





GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Wilson José Witzel

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Pedro Henrique Fernandes da Silva

DIRETOR DO DEGASE

Márcio de Almeida Rocha

ESCOLA DE GESTÃO SOCIOEDUCATIVA - ESGSE

Livia de Souza Vidal

CONSELHO EDITORIAL

Aderaldo Pereira dos Santos

André Luiz Porfiro

Livia de Souza Vidal

Paulo Henrique Menezes da Silva

Raul Japiassu Câmara

EDITORES DESTE NÚMERO

Aderaldo Pereira dos Santos

André Luiz Porfiro

REVISÃO

Antonino Sousa Fona

DIAGRAMAÇÃO

Jackson Cardoso de Oliveira

Stephanie Nunes de Oliveira

CAPA

Quadro *Em Família*, do artista plástico Sergio Vidal

EQUIPE ESGSE

DIREÇÃO

Livia de Souza Vidal

DIVISÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Ana Caroline da Silva Santana, Janaina de Castro e Mirian Maria da Fonseca

DIVISÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS E ESTÁGIOS

Tânia Mara Trindade Gonçalves, Ida Cristina Rebello Motta, Eliza dos Santos Lopes e Carlos Henrique de Souza

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO, PUBLICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Ana Caroline da Silva Santana e Emerson Adauto da Silva

NÚCLEO CENTRAL DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

Evandro Gomes Macedo e Cristiane Dionízio Gomes Schirmer

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Miguel Durão Domingues da Silva, José Carlos Rodrigues da Silva e Luiz Carlos Marques

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

Aderaldo Pereira dos Santos e Raul Japiassú Câmara

BIBLIOTECA DO DEGASE CLAUDIO TOURINHO SARAIVA

Danielle Torres, Lilian Casimiro e Viviane Pinto

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DO DEGASE

André Luiz Porfiro

Sumário

Seção Roda

É possível haver democracia no Brasil sem real democracia racial?

Livia de Souza Vidal

Angela Davis e Frederick Douglass: e escrita de si como ativismo

Raquel Barreto

Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro para a educação das relações étnicas raciais: a prática da capoeira no Programa Mais Educação do município de Guapimirim - RJ

Paulo Henrique Menezes da Silva

Seção Treinel

Identidade Negra

Aparecida Martins

Narrativa de si

Daniela Araújo do Nascimento

Histórias importam

Elisangela Gomes de Azevedo Ferreira

Carta aos "Vendados Irmãos Brancos"

João Antonio Prado Gonçalves Raia de Oliveira

"Eu também sou pobre e não escolhi o crime": o individualismo racista da fragilidade branca.

Juliana Vinuto

Impressões de uma branca sobre o curso NEAB

Lílian Zimbardi

Carta

Marcus Eduardo dos Santos de Paula

Relato de experiência

Rosângela Alves Garcia

O escudo

Sérgio Rogério dos Santos

Seção Caxinguelê

Dimensões do Olhar—reflexões sobre o projeto I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S

Roberta Aleixo

Seção Aruanda

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, CAÓ

Com Caó não tem caô: racismo é crime e dá prisão

André Pereira de Almeida

BEATRIZ NASCIMENTO

Maria Beatriz Nascimento: a Terra é meu quilombo. Onde estou, eu estou.

1942 – 1995

Sandra Martins da Silva

RIACHÃO

Riachão: o último malandro da Bahia

Pedro R. J. Abib

CHICA XAVIER

Chica é fé, Chica é amor, Chica é arte e Chica é resistência!

Luana Xavier

Seção Berimbau

O que disse o velho militante José Correia

Leite sobre a Frente Negra Brasileira, organização do Movimento Negro da década de 1930.

Aderaldo Gil (Aderaldo Pereira dos Santos)

Seção Zum-zum-zum

Novos corpos e novas trajetórias do cinema negro latino-americano

Roberta Filgueiras Mathias

Apresentação

Neste ano de 2020, que marca a comemoração dos cinco anos do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro do DEGASE (NEAB- D), apresentamos a Revista Aú, número 3. Nela reunimos uma variedade de artigos em seções com nomes inspirados em movimentos e ações da Capoeira. Desta feita, vale lembrar que o próprio título da revista, correspondente a um movimento desta luta afro-brasileira, outrora perseguida, agora, um dos principais símbolos nacionais da cultura negra brasileira.

A revista tem seu corpo formado por textos de autoria de professores do *III Curso Estudos Afro-Brasileiros e Socioeducação - Ampliando nossos olhares sobre Movimentos Antirracistas*, promovido pelo NEAB-D; trabalhos de estudantes do referido curso; uma análise com texto e fotos sobre um projeto desenvolvido com adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas no DEGASE; homenagens a personalidades negras que, com seus feitos, nos dão energia para seguir na ação antirracista; artigo sobre acontecimentos históricos do Movimento Negro; e, finalizando, uma resenha sobre arte e artistas negros.

Na primeira seção, Seção Roda, Livia de Souza Vidal nos presenteia com sua reflexão sobre a democracia no Brasil, pensada a partir do questionamento que dá título ao seu texto: “*É possível haver democracia no Brasil sem democracia racial?*”. Na sequência, Raquel Barreto traça, com a maestria que lhe é peculiar, suas análises a respeito da “escrita de si” de dois importantes intelectuais americanos: Ângela Davis e Frederick Douglas. A primeira, uma das principais intelectuais e ativista negra dos EUA, no tocante à luta feminista e ao combate ao encarceramento em massa; o segundo, exemplo de intelectual negro que superou os obstáculos impostos pelo racismo americano. Para fechar esta seção, temos o texto do mestre de Capoeira Paulo Henrique Menezes da Silva. Paulo disserta com propriedade sobre o potencial da Capoeira, este Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro, para a educação antirracista.

A Seção Treinel mostra o resultado de nove trabalhos de estudantes que fizeram o *III Curso Estudos Afro-Brasileiros e Socioeducação*. As reflexões acerca das temáticas que cada um optou por desenvolver são contribuições relevantes que podem enriquecer o percurso de uma educação antirracista no DEGASE.

Na Seção Caxinguelê, Roberta Aleixo analisa, com seu olhar precioso, a relação entre arte e educação no contexto socioeducativo, tendo como objeto de reflexão o *Projeto I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S - Expressão Pictórica Coletiva* que entre os anos de 2003 e 2012 foi desenvolvido em duas unidades do DEGASE.

A Seção Aruanda é uma das seções especiais da Revista Aú. Isto porque é nela que determinadas personalidades negras que contribuem ou contribuíram de alguma forma para a valorização da luta, do saber e da cultura negra são lembradas e valorizadas. Neste sentido, Carlos Alberto de Oliveira, o popular Caó, tem sua justa homenagem na escrita de André Pereira de Almeida, que destaca o importante

Apresentação

papel de Caó no processo que levou o racismo ser considerado crime no Brasil. Depois é a vez de Sandra Martins da Silva homenagear a mulher negra que se tornou referência pioneira em estudos sobre quilombo e feminismo negro: Maria Beatriz Nascimento. Pedro R.J. Abib e Luana Xavier fecham a seção Aruanda homenageando dois ícones da cultura negra brasileira. O primeiro discorre sobre o grande Riachão, cantor e compositor baiano que recentemente nos deixou, indo para o Òrun, e Luana abre suas memórias e vivências com a avó, para nos mostrar um outro ângulo de uma das principais atrizes brasileira: Chica Xavier.

Na estreia da Seção Berimbau, pensada para refletir aspectos do papel e da história do Movimento Negro, assinada por Aderaldo Gil, militante deste movimento social, nos traz a Frente Negra Brasileira, organização criada na década de 1930. Em engenhosa construção narrativa, Gil dialoga com autores referenciais do Movimento Negro para tecer o cenário da emblemática Frente Negra, a partir de memórias José Correia Leite, considerado um dos principais militantes negros de nossa história.

Na Seção Zum-Zum-Zum, a vez é do cinema. Roberta Filgueiras Mathias abre um panorama sobre o cinema negro latino-americano. Fiel à linguagem, Mathias torna-se uma anfitriã e nos apresenta plataformas para acessarmos as diversas produções citadas. O diálogo, então, é ampliado: texto e filmes complementam-se. Vale dizer, neste sentido, a importância da atuação de cineastas negras usando a sua arte como instrumento de combate ao racismo.

Para concluir, na capa da Aú, temos *Em Família*, reprodução do quadro do artista plástico Sergio Vidal. O olhar fotográfico e estilizado do artista apresenta um realismo feliz, um retrato sobre o cotidiano do povo brasileiro. Considerado um dos principais ícones da pintura negra brasileira, as obras de Vidal já foram expostas em diversas galerias do Brasil, Estados Unidos, Bélgica, França e México. Agora, com singelo prazer, temos Sergio Vidal, também, na Revista Aú.

Boa leitura!

É possível haver democracia no Brasil sem real democracia racial?

Livia de Souza Vidal¹

"somos chamados a renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais – e a sociedade – de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade" (bell hooks, 2013, p.50)

O racismo no Brasil é uma experiência gravíssima que perpassa todas as nossas relações sociais. Podemos constatá-lo através do genocídio da juventude negra, do encarceramento seletivo, dos índices de interrupção da trajetória escolar de crianças e jovens negros, do sofrimento de mães e mulheres nos espaços de saúde e casas de parto, da gritante diferença salarial, da baixa representatividade em espaços de tomada de decisão, produção e difusão do saber, bem como dos índices de violência doméstica e sexual que demonstram que a maioria das vítimas são mulheres negras. Estas e tantas outras não citadas situações evidenciam a desigualdade racial que perpassa nossas relações cotidianas, essas experiências têm sido cada vez mais estudadas e discutidas nos meios acadêmicos.

Os estudos sobre a “realidade racial brasileira” em espaços acadêmicos tomam um vulto importante nos anos 50 quando da ocorrência do Projeto UNESCO. Momento reconhecido por consolidar “no campo das ciências sociais, uma produção acadêmica que julgava como falsa consciência o mito da democracia racial” (MAIO, 2000, p.116). Neste momento, contou-se com o protagonismo de um importante intelectual brasileiro, Florestan Fernandes que “considera que os estudos sobre as relações raciais eram um indicador preciso do amadurecimento das ciências sociais no Brasil” (MAIO, 2000, p.121).

Neste sentido interessa-nos refletir sobre a urgente apropriação na Educação dos conhecimentos, pesquisas e reflexões produzidas desde então sobre relações raciais no Brasil. Para tanto discutiremos as políticas visando à equidade racial que vêm sendo consolidadas ao longo da história, travando um diálogo entre elas, o pensamento de Florestan Fernandes e de Nilma Lino Gomes acerca do tema. Entendemos que o processo democrático comprometido com as liberdades e com a igualdade deve prezar pela inclusão das diversidades.

¹ Pedagoga e Diretora da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (ESGSE/ DEGASE), Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestra em Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sociedade pela Université de Liège e Université Catholique de Louvain-la-Neuve (ULg e UCL/Bélgica); componente da Coletiva Mulheres de Pedra e Facilitadora em Justiça Restaurativa.

Relações raciais e democracia no Brasil

O sociólogo Florestan Fernandes, ao refletir em 1966 sobre os “Aspectos da Questão Racial”² traz à tona reflexões relevantes sobre a democracia no Brasil, afirmando que ela “ainda não existe, porém, e nunca existirá se os dados das investigações científicas não forem aceitos objetivamente e aproveitados de forma concreta na construção de uma sociedade multirracial” (FERNANDES, 1966, s/p.). Os escritos de Fernandes no citado texto discorrem longamente sobre o comprometimento dos brancos no processo de transformação e construção de uma real democracia e convoca a uma tomada de posição.

Sinaliza um risco significativo para a não transformação ancorado no medo de se ter preconceito e uma “confusa combinação de atitudes e verbalizações ideais que nada têm a ver com as disposições efetivas de atuação social” (FERNANDES, 1996, s/p). Visto que “diante do ‘preconceito de cor’ é(há) a tendência a considerá-lo algo ultrajante (para quem o sofre) e degradante (para quem o pratique)” (FERNANDES, 1966, s/p.). E segue suas reflexões responsabilizando diretamente os brancos:

Ignorando a natureza do drama real das populações negras e mestiças, o papel que a escravidão teve para criar esse drama, os deveres da fraternidade cristã, os imperativos da integração nacional numa sociedade de classes etc., o “branco” propende a um típico ajustamento de “falsa consciência” (FERNANDES, 1966, s/p.).

Florestan evidencia a grave situação vivida por pessoas negras no período do pós-abolição. Como poderiam negros se integrarem de forma igualitária e respeitada sem um processo profundo de transformação de comportamento e pensamento? Para ele, “isso equivale, do ponto de vista e em termos da condição social do “negro” e do “mulato”, a uma condenação à desigualdade racial com tudo que ela representa num mundo histórico construído pelo branco e para o branco” (FERNANDES, 1966, s/p.).

Florestan, considerado um “dos principais expoentes da história educacional, nos planos nacional e internacional” (HADDAD, 2010), como é sabido, possui uma origem simples, precisou interromper os estudos aos nove anos de idade para ajudar nas despesas da família. Tendo passado pela Madureza, o supletivo da época, chega à universidade com uma trajetória diferenciada.

Os estudos sobre a questão racial se solidificam na trajetória de Florestan, após a defesa de sua tese “A função social da guerra na sociedade Tupinambá”, defendida em 1951 na Universidade de São Paulo (USP), onde já exercia docência como assistente de Fernando de Azevedo, desde 1945. Os estudos de Florestan, de acordo com Lilian Schwarcz (2013), estavam comprometidos em “fundar uma sociologia científica no Brasil; uma teoria e uma produção engajadas e que lidassem com os impasses existentes no próprio país”. É a partir do Projeto UNESCO que o tema das relações raciais passa a ser aprofundado, trazendo como marca a identificação da existência de um problema e o questionamento da até então defendida “democracia racial”.

2 Artigo escrito para O tempo e o modo, Lisboa, para ser publicado no número de novembro-dezembro de 1966.

A partir de então, podemos identificar uma ampla produção e reconhecimento do sociólogo, neste campo, evidenciada, notadamente, nas seguintes contribuições: o livro “Branços e Negros em São Paulo”, publicado em 1953 em coautoria Rogers Bastides; a orientação da tese de doutorado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso intitulada “Formação e desintegração da sociedade de castas : o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul”, defendida em 1961; seu livro “A integração do Negro na Sociedade de Classes”, publicado pela primeira vez em 1964; “no mesmo ano, Florestan faz uma conferência no ‘Curso de Introdução ao Teatro Negro’” (GUIMARÃES, 2002, p. 56); “O negro no mundo dos brancos”, livro publicado em 1972.

Esta última obra, apesar de publicada em 1972, período de exílio, resulta de “uma longa jornada: os ensaios (teriam sido) redigidos entre 1965 e 1969, elaborados, porém, na época da pesquisa da Unesco” (SCHWARCZ, 2013, p. 123). Produzidos, assim, quando ainda estava no Brasil, antes de sua aposentadoria compulsória, em 1969, em consequência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em consequência da ditadura. A obra reúne artigos publicados em diversos lugares do mundo: Aspectos da Questão Racial, Lisboa, em 1966; Além da Pobreza: O Negro e o Mulato no Brasil, NY, em 1969; A Persistência do Passado, Boston, 1968; Imigração e Relações Raciais, NY, em 1965; dentre outros.

Avanços e retrocessos da “realidade racial brasileira”

O racismo e suas consequências demonstram um panorama atual que não pode ser considerado uma experiência vivida pelas ditas “minorias”, não são situações excepcionais na sociedade brasileira, mas afeta a maior parte da população. Precisamos assumir que essa experiência não é uma exceção. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, 54% da população brasileira é composta por pessoas que se autodeclaram negras, categoria que resulta do somatório das autodeclarações de pessoas pretas e pardas. Estudos realizados têm ajudado a evidenciar o racismo em suas mais diversas expressões. Está confirmado, ele existe e precisa ser enfrentado. Nesse sentido podemos nos perguntar o que temos feito para transformar tal situação?

No texto Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra, Nilma Lino Gomes e Ana Amélia de Paula Laborne (2018) abordam um tema com o qual trabalhamos há sete anos, dentro do Sistema Socioeducativo do RJ, e temos encontrado poucos pares na Educação que estejam preocupados com a temática. Somente nos últimos três anos, pesquisadores da área da Educação passaram a relacionar a temática racial aos estudos sobre juventude. As autoras afirmam que “a cor da pele, quanto mais escura, mais se torna uma marca que estigmatiza. A periferia e a favela, como locais de moradia, são suficientes para que o extermínio seja decretado.” (GOMES e LABORNE, 2018, p. 4).

Nilma Lino Gomes foi a primeira reitora negra no Brasil, tendo assumido, em 2013, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), em Redenção, no Ceará. Gomes foi professora do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação e coordenadora-geral do

3 Dados relativos aos últimos levantamentos do IBGE, Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 05/11/2019.

Programa Ações Afirmativas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 2010, integrou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Oriunda de família pobre, que sempre a incentivou a estudar e a ter orgulho de ser negra, formou-se em pedagoga pela UFMG em 1988. Fez seu Pós-Doutorado em Sociologia na Universidade de Coimbra, concluído em 2006. Em 2015, assumiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, na qualidade de ministra, ocupando o cargo até o impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016. No discurso de posse, Nilma comprometeu-se com a luta pela vida da juventude negra.

Em 2018, palestrando na Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), Nilma afirmou que “viver o racismo no Brasil é ser um corpo estranho, ser negro e ser negra no contexto do racismo é ser um corpo estranho, é ser um corpo que as pessoas sempre duvidam dele, é ser um corpo que chega pela primeira vez em lugares de poder” (informação verbal)⁴

E transcorre suas reflexões pontuando que “se nós queremos superar o racismo, nós temos que dar visibilidade aos corpos negros em espaços de reconhecimento e de forma de reconhecimento e de forma digna” (Ibid., 8’10). Em sua fala pauta que “ser uma exceção, como muitas vezes a minha trajetória é, só significa a confirmação de quão racista são as nossas sociedades e as nossas estruturas” (Ibid., 2’15).

No texto “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”, Nilma Lino Gomes investiga “o diálogo entre a produção acadêmica e os movimentos sociais” (2012, p.39) e questiona o que é identidade. Apresenta sua perspectiva sobre identidade negra e os desafios para a construção desta identidade. Sinalizando que “construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as)” (GOMES, p. 43).

A autora discute o uso sociológico do termo raça e enfatiza a necessidade de praticarmos uma Educação para a desconstrução das desigualdades raciais, uma Educação antirracista, como vem a citar Angela Davis em sua fala na CLACSO de 2018. Interessante que Nilma amplia a discussão do termo raça em sua perspectiva biológica e genética, já abandonada, trazendo referências sociais para a discussão. Segue apresentando termos deste campo de reflexão e finaliza ressaltando a importância de um processo educacional antirracista.

[...]quanto mais a sociedade, a escola e o poder público negam a lamentável existência do racismo entre nós, mais o racismo existente no Brasil vai se propagando e invadindo as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais dos negros (GOMES, s/d, p. 47).

Vale ressaltar que raça e racismo são discutidos neste projeto de pesquisa a partir de uma abordagem sociológica. O antropólogo Kabengele Munanga (2016) afirma que “raça não tem mais um fundamento biológico e que seu uso em ciências

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ru2T2p0SiwE> Acessado em: 11/03/2020

sociais é uma construção sociológica que auxilia na análise de um sistema social” (MUNANGA, 2016, p. 221). Seguimos sua linha de raciocínio, tendo em vista que os exemplos anteriores denunciam que raça continua sendo utilizada em nossa sociedade para diferenciar não somente características físicas, atrelando a elas superioridade/inferioridade cultural, sequela histórica dos refutados estudos racialistas.

Reparação, diálogos possíveis

As consequências do racismo e da discriminação racial não atingem somente o Brasil, haja vista a Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024⁵ lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU), conclamando todos os países a se posicionarem e agirem em prol do reconhecimento, da justiça e do desenvolvimento das populações afrodescendentes. Uma proposta política internacional de reparação que visa a “honrar e preservar a memória histórica de pessoas afrodescendentes” (ONU, 2014, p.6), pois reconhece que suas culturas e identidades têm sido sistematicamente menosprezadas e suas populações têm sofrido consequências trágicas.

No Brasil, políticas de reparação vêm sendo elaboradas ao longo da história, encontrando uma expressão significativa nos últimos anos com o objetivo de “criar possibilidades para o desenvolvimento pleno da população negra brasileira através de ações afirmativas” (ABREU, 2016, p. 166). A política de cotas, a demarcação de terras quilombolas, o reconhecimento do patrimônio cultural de expressões como jongo, capoeira, funk, dentre outras, bem como a lei de n. 10.639/2003 comprovam uma atuação política com perspectiva reparadora. E entendemos que essa reparação é elaborada com objetivo duplo – reparar a sociedade brasileira como um todo e a população negra em especial no que tange à violação histórica, o crime de escravidão, atuando ao mesmo tempo em relação à violação atual, consequência da anterior, que é o racismo que marca nossas relações cotidianas.

Essas tomadas de decisão políticas sinalizam que não há mais silêncio oficial em relação a esta insuportável situação. Militantes, estudiosos e tantas outras pessoas buscaram histórica e cotidianamente denunciar e construir alternativas que caminham no mesmo sentido da proposta agora encampada pela Década Internacional de Afrodescendentes. Entretanto, sabemos que a reparação ainda não é uma decisão assumida e afirmada de forma integral. E entendemos que as decisões oficiais não são suficientes para alterar tantos anos de opressão e desigualdades mascaradas.

E, nesse contexto, concordamos com as pesquisadoras Hebbe Mattos e Martha Abreu ao pontuarem que essa lei traz “para o âmbito da escola, (pela primeira vez), a importante discussão das relações raciais no Brasil e o combate ao racismo, tantas vezes silenciado ou desqualificado pelas avaliações de que o Brasil era uma democracia racial” (ABREU e MATTOS, 2009, p. 9). Entendemos que pela primeira vez esta temática integra o currículo oficial da Educação e possui documentação legal específica, que se propõe:

5 Disponível em : <https://nacoesunidas.org/afro/programa/>. Acesso em: 05/11/2019.

[...]oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade (ABREU e MATTOS, 2009, p. 9).

A reparação histórica pode ser vislumbrada em relação ao crime de escravidão reconhecido internacionalmente. Entendemos que existe uma dívida incalculável a ser restaurada e que políticas de reparação podem auxiliar nesta caminhada. Por outro lado, as relações de desigualdade racial, nas mais diversas expressões do racismo, vivenciadas na atualidade, também podem ser objeto de reparação.

Na perspectiva da Justiça Restaurativa, a reparação pode ser uma resposta possível a um dano ou crime cometido:

[...]o crime é uma violação de pessoas e relacionamentos. Ele cria a obrigação de corrigir os erros. A justiça envolve a vítima, o ofensor e a comunidade na busca de soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança (ZEHR, 2008, p. 170).

A reparação, neste sentido, seria uma atitude proposta por aquele que se entende responsável por causar um dano, um mal a outra pessoa, seria uma forma de corrigir a situação, reparar ou restaurar as relações. Entretanto, na Justiça Restaurativa, esse processo acontece de forma direta entre as partes envolvidas em determinado conflito. Tanto o racismo quanto a escravidão são danos de ampla proporção e a reparação proposta para no campo da Educação, não foi definida por quem deverá executá-la. Será que esse processo legal por si só garante a real responsabilização das instituições escolares e dos profissionais responsáveis pela implementação das diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana?

No paradigma restaurativo de justiça, quando a responsabilização é imposta ou terceirizada se torna ineficaz. Justamente uma das críticas que faz ao Sistema Jurídico tradicional é sobre a sua notória incapacidade de promover responsabilização. No sistema tradicional de Justiça, o juiz determina a responsabilidade e imprime uma punição que deveria gerar sentimento de culpa, constrangimento e repulsa à ação delituosa. Entretanto, como sabemos, esses resultados dificilmente se consolidam. Os mecanismos da justiça tradicional se sustentam a partir da atribuição de culpa e da punição, a desejada responsabilização pode ser entendida como um sinônimo da culpa.

Um real processo de responsabilização advém do reconhecimento do dano, da compreensão da dor vivida por quem sofreu o dano e de uma construção conjunta de acordos em busca da reparação. As pessoas envolvidas na construção restaurativa de justiça nomeiam sentimentos que afloram e que estão latentes relativos à violação/ dano vivenciado, identificam necessidades que precisam ser cuidadas (proteção, respeito, escuta, igualdade, encorajamento, pertencimento, identidade, etc.) e se responsabilizam mutuamente para que essas necessidades possam ser atendidas na medida do possível.

As políticas de reparação como a Lei n. 10639/2003 e as Diretrizes curriculares correspondentes foram pensadas e consolidadas por pessoas que fizeram o percurso crítico sobre as consequências do racismo em nosso cotidiano e estão plenamente convencidas da necessidade de políticas afirmativas e de ações práticas que promovam a superação do racismo. Entretanto esse percurso não necessariamente foi percorrido pelos profissionais da educação, muitas vezes autores e/ou vítimas de expressões e atitudes racistas cotidianas. Serão eles os promotores da aplicação das legislações que visam sua transformação? De que maneira? A partir de qual arcabouço teórico, tendo em mãos quais ferramentas críticas para se distanciar de relações tão arraigadas em sua construção identitária? O quanto de dor essa proposta política, aplicada nua e crua, acompanhada de um simples cumpra-se tem provocado?

Educação e racismo

“Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores(as), sobre a importância da diversidade cultural?” (GOMES, s/d, p. 43).

Quinze anos após a promulgação das Diretrizes e da legislação que promove a proposta de ensino de promoção da diversidade étnica e racial, sabemos que ainda existem limitações e dificuldades para a efetivação delas.

Carlos Hasenbalg, refletindo sobre a desigualdade racial no Brasil, afirma que “as pesquisas sobre educação indicam que crianças não-brancas completam menos anos de estudos que as brancas (...). As disparidades no acesso, permanência e finalização dos ensinos médio e superior são ainda mais acentuadas” (GUIMARÃES, 2006, p. 261).

Construir propostas e estratégias cotidianas de promoção de relações raciais saudáveis e respeitadas no espaço escolar é, nesse contexto, contribuir para uma formação antirracista e cidadã. E entendemos que, para além de conhecimentos, esse ambiente escolar precisa abrir espaço para que “as tensas relações produzidas pelo racismo” (OLIVEIRA, 2016, p. 297) se apresentem e possam encontrar espaço para que sejam cuidadas.

O currículo é pensado como texto, identidade, território político, relação de poder, discurso, de acordo com Silva (2017), ao discutir perspectivas críticas e pós-críticas da educação. Na perspectiva pós-crítica, busca ir além da tomada de consciência e da análise econômica da sociedade, integrando as subjetividades: o pessoal como um corpo político, as reflexões sobre diversidade e as relações de poder que as tecem e que precisam ser problematizadas.

A questão central para as teorias de currículo é “o que ensinar?”. Sendo uma ferramenta de transformação, o conhecimento a ser ensinado está diretamente relacionado ao tipo de pessoa que se quer formar ou transformar. Nesse sentido, Tomaz Tadeu da Silva (2014) propõe um exercício de pensar currículo a partir de um compromisso com a problematização da diferença e da identidade. Segundo ele:

[...] a identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2014, p. 81).

Permite-nos defender que um trabalho comprometido com a diferença e com a promoção de relações cuidadosas e respeitadas entre diferentes pode ser promovido nas escolas. Porém “não se trata simplesmente de celebrar a diferença e a diversidade, mas de questioná-las” (SILVA, 2017, p. 102). Para o autor, consolidar um currículo antirracista implica necessariamente em “desconstruir o texto racial do currículo” (SILVA, 2017, p. 103) que está marcado por mitos, inclusive aquele da supremacia de uma raça ariana, como relata Munanga (2016).

Os textos dos currículos, oficiais ou ocultos, ainda vigentes nos espaços escolares, “confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas” (SILVA, 2017, p. 101). Problematicar essas concepções e suas expressões, as relações de poder, é fundamental, para que não se corra o risco de, ao exaltar a diversidade, camuflar desigualdades, como tem sido visto em algumas experiências de educação para as relações raciais.

Trabalhar a temática racial implica necessariamente em expor tensões e relações conflituosas que estruturam nossa história e estão presentes em nossas instituições, inclusive as escolares. Vivemos em uma sociedade racista e reconhecer isso implica em reconhecer nossas contradições e alinhar novas tessituras. Mas o que faremos com isso? Vamos exaltar a História, atribuir reconhecimento à memória do legado afro-brasileiro e precisamos ir além na perspectiva da reparação, precisamos dialogar sobre essas tensões, esses conflitos que, vividos de forma subjetiva e pessoal, refletem uma trama política e social.

Referências

- ABREU, Martha. Diversidade cultural, reparação e direitos. **Educação e Relações Raciais**, Niterói, v.1, p. 165-170, 2016.
- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana": uma conversa com historiadores. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, jan./jun. 2008, p. 5-20.
- BOONEN, Petronella Maria. **A Justiça Restaurativa, um desafio para a educação**. 2011. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- CRUZ, Ana Cristina Juvenal da; ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. A pesquisa sobre criança e infância no Projeto UNESCO. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP, v. 9, n. 2, p. 321-345, 2015.
- FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. RJ: Fator, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2013.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Entrevista com Carlos Hasenbalg. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 259-268, 2006.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ações afirmativas e princípio constitucional da igualdade**: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA. Rio de Janeiro; São Paulo: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Ação Educativa**, Brasília, DF, out. 2012. Disponível em: www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf. Acesso em 12/03/2020.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018.

GUIMARÃES, Antonio S. A. Democracia Racial. In: OLIVEIRA, Iolanda de (org.). **Cadernos PENESB 4 – relações raciais e educação**: temas contemporâneos. Niterói, RJ: EdUFF, 2002.

HOOKE, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

INEP. **Memória viva da educação brasileira**. Brasília, DF: INEP, 1991. 62 p.

MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO: Ciências Sociais e o “credo racial brasileiro”. **Revista USP**, São Paulo, n.46, p. 115-128, jun/ago. 2000.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais I. **Educação e Relações Raciais**, Niterói, v.1, p. 205-228, 2016.

NUNES, Gilcerlândia Pinheiro de Almeida. “**A Integração do Negro na Sociedade de Classes**”: uma difícil via crucis ainda a caminho da redenção. (resenha) *Cronos*, Natal-RN, v. 9, n. 1, p. 247-254, jan./jun. 2008.

Oliveira, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

PAIXÃO, M. J. P. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETTO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARVANO, Luiz M. (org.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil (2009-2010)**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade**: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar. São Paulo: Odysseus, 2003.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSO, Camila. **Igualdade das relações étnico-raciais na escola:** possibilidades e desafios para a implementação da Lei 10.639/2003. Petrópolis: Ação Educativa; São Paulo: Ceafro e Ceert, 2007.

VIDAL, Livia de Souza. **A justiça restaurativa no sistema socioeducativo:** análise de uma experiência. 2017. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2017.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes:** um novo foco sobre o crime e a justiça. São Paulo: Palas Athenas, 2008.

Angela Davis e Frederick Douglass: A escrita de si como ativismo

Raquel Barreto¹

É publicada pela vez no Brasil *Uma Autobiografia* (Boitempo, 2019), de Angela Davis, originalmente lançada nos Estados Unidos em 1974, após o término do julgamento que conferiu à autora notoriedade internacional. Graças à exitosa campanha por sua libertação, intitulada *Free Angela and all political prisoners* (“Libertem Angela e todos os presos políticos”), foi transformada em um ícone do *Black Power*, e sua imagem tornou-se popular. O livro será uma oportunidade para conhecer a autora a partir de seu relato pessoal.

A produção autoral da filósofa Angela Y. Davis tem se tornado referência para debates e pesquisas no Brasil. A boa recepção da autora coincide com as mudanças provocadas pelas ações afirmativas nas universidades, que criaram demandas por novas referências epistemológicas, menos eurocêtricas.

A obra de Angela se dedica às questões sociais, políticas e culturais. No elenco dos temas que investiga e analisa, destacam-se as relações entre o racismo, o capitalismo e a compreensão da existência de um *continuum* histórico que liga a escravidão, a abolição e as prisões (as novas *plantations*), além de reflexões sobre encarceramento da população negra (e outros grupos étnicos minoritários) nos Estados Unidos, feminismo negro, cultura popular e outros assuntos.

Uma autobiografia apresenta um enfoque distinto da autora, não observado nas demais publicações: o relato em primeira pessoa dos primeiros 28 anos de sua trajetória. Neste período, de caráter formativo, já se delineavam temáticas que singularizaram sua teoria. O livro cobre as décadas de 1950 e 1970, atravessando uma conjuntura política, social e cultural de muitas transformações nos Estados Unidos e no mundo.

O convite para a elaboração da autobiografia partiu da escritora Toni Morrison – a única mulher negra a ganhar um Nobel de Literatura, em 1993. Na década de 1970, Toni trabalhava na Radom House, uma das principais editoras de língua inglesa. Durante sua gestão, garantiu que mais autores africanos e afro-americanos fossem publicados. Essa seria sua contribuição política: “Eu vou publicar essas vozes em vez de marchar”, disse, em referência às marchas do Movimento por Direitos Civis.² Seguindo esse propósito, convidou Angela, recém-saída de um histórico

1 Raquel Barreto - Historiadora formada pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia da Universidade Católica - Rio e atualmente doutoranda em História pela UFF. Desenvolveu no seu mestrado um estudo comparado sobre as trajetórias políticas e intelectuais de Angela Y. Davis e Lélia Gonzalez. No doutorado pesquisa o Partido dos Panteras Negras (1966-1982) e o seu projeto político.

2 No original, “I will publish these voices instead of marching”. Disponível em <https://news.ucsc.edu/2014/10/morrison-davis-q-a.html>

processo judicial, para que escrevesse sua autobiografia.

Inicialmente, o convite não foi aceito. Davis considerava que ainda era muito jovem para escrever uma autobiografia e, além disso, não queria personalizar a militância. Para convencê-la, Morrison argumentou que autobiografia poderia focar não apenas na autora, mas no movimento em que atuou. “Quando decidi, afinal, escrever o livro, foi porque passei a vislumbrá-lo como uma autobiografia *política* que enfatizava as pessoas, os acontecimentos e as forças que, durante minha vida, me impulsionaram em direção ao meu atual engajamento.”

Na cultura política estadunidense, as autobiografias têm um papel de destaque, frequentemente usadas por políticos e pessoas públicas que pretendem construir uma narrativa pública e oficial de si. Há, por exemplo, um número considerável de ex-presidentes que publicaram uma ou mais autobiografias, escritas tanto no período eleitoral como naquele posterior a seus mandatos. Na comunidade afro-americana, a prática também é recorrente. *Autobiografia de Malcolm X* (1965), líder e ideólogo do nacionalismo negro, por exemplo, é uma obra fundamental que serviu para toda uma geração de militantes do movimento *Black Power*.³

A autora

Angela Davis nasceu em 1944 no Alabama, um estado legalmente segregado por um conjunto de leis, em vigor entre 1876 a 1965, que negavam direitos civis e políticos à população negra. Em 1963, o Alabama ganhou destaque internacional por causa da ação de supremacistas brancos que jogaram uma bomba em uma igreja protestante, matando quatro meninas negras.

Em sua autobiografia, a autora salienta como sua trajetória foi marcada por uma forte relação com os estudos, o que lhe permitiu ingressar em prestigiosas instituições de ensino, obter bolsas, fazer intercâmbio na Europa, oportunidades que a grande maioria dos afro-americanos da mesma geração não tiveram.

Sua graduação foi em Literatura Francesa pela Universidade de Brandeis, tendo como trabalho de conclusão uma análise sobre o autor francês Alain Robbe-Grillet (1922-2008), representante do *Nouveau roman*. Angela analisou as possibilidades lançadas pela obra do autor - marcada pelo anonimato, pela impessoalidade e pelas máquinas que fragmentavam a existência - para o entendimento da realidade contemporânea.⁴

A aproximação com a Filosofia iniciou ainda na graduação, através dos contatos com o filósofo e professor Herbert Marcuse (1898-1979), que lecionava em Brandeis na ocasião. Angela decidiu fazer o doutorado em Filosofia. O plano inicial era cursá-lo na Universidade de Frankfurt, com Theodor Adorno. Porém, em 1967,

3 O livro se baseou em longas entrevistas concedidas, entre 1963 a 1965, ao jornalista Alex Haley, que posteriormente escreveu uma obra de grande sucesso chamado *Roots* (1976). A *Autobiografia de Malcolm X* foi publicada no Brasil na década de 1990 pela Record e está esgotada no mercado. O discurso de Malcolm distinguiu-se no contexto pelo forte apelo ao orgulho e à autodeterminação negra, em contraste radical com a perspectiva adotada por setores do Movimento por Direitos Civis. No entanto, vale notar que pesquisas históricas nos Estados Unidos vêm problematizando a percepção homogênea e conformista do Movimento Direitos Civis ao revelarem que, em seu interior, concorriam propostas distintas sobre a solução para o problema racial nos Estados Unidos. Muitas questões levantadas na primeira metade da década de 1960 por Malcolm X, como a autonomia política e cultural ou a reivindicação da autodefesa, só formariam parte das agendas políticas das organizações do poder negro após sua morte, em 1965.

4 O tema foi explorado em KAPLAN, Alice. *Dreaming in French. The Paris Years of Jacqueline Bouvier Kennedy, Susan Sontag, and Angela Davis*, Chicago/London: University of Chicago, 2012, p. 179.

devido ao clima político intenso nos Estados Unidos de agitações e movimentos, ela decidiu sair da Alemanha, voltar aos Estados Unidos e continuar a formação com Marcuse, que, na ocasião, lecionava na Universidade da Califórnia, em San Diego.

Sua militância se iniciou nesse período, participando de organizações do movimento Black Power, do Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos da Penitenciária Estadual de San Quentin e do Coletivo Che-Lumumba, composto por militantes negros do Partido Comunista dos Estados Unidos. Seu intenso engajamento a transformou em alvo da perseguição estatal em duas conhecidas ocasiões. Primeiramente em 1969, quando se tornou a primeira professora negra de Filosofia da Universidade da Califórnia. O então governador do Estado, Ronald Reagan, queria impedi-la de assumir o cargo por ser membro do Partido Comunista. E depois, em agosto de 1970, quando, após três meses de fuga e clandestinidade, foi presa pelo FBI, falsamente acusada por crimes que não cometeu. O objetivo era conter sua possível influência política na comunidade negra - a prática, recorrente no período, atingiu a outros militantes negros através das ações do *Cointelpro*.⁵ A cobertura midiática do processo judicial, que a inocentou no final, proporcionou-lhe popularidade internacional.

No período em que esteve presa, aguardando o julgamento, Angela produziu artigos em que elaborou reflexões conceituais. Desenvolveu, particularmente, dois aspectos centrais de sua teoria: a análise das prisões e suas relações com o racismo nos Estados Unidos; e a gênese de uma teoria sobre a condição das mulheres negras pautada nas dimensões de classe, raça e gênero. Dessa forma, ofertou uma contribuição original à Teoria Crítica e a *Black Radical Tradition*.⁶

Autobiografia

Um *autobiografia*, apesar de política, como a autora definiu, manteve características próprias do gênero, isto é, a conformidade a certos padrões narrativos que procuram construir uma apresentação pública de si, o estabelecimento de uma sequência lógica entre os acontecimentos da própria vida, a análise e justificava das próprias escolhas, ou seja, “tornar-se o ideólogo de sua própria vida”. O objetivo, para Angela Davis, era a justificar seu engajamento político nas lutas por transformações revolucionárias.

É interessante observar que, contrariando a forma tradicional das autobiografias - que começam com as origens familiares, o nascimento ou as memórias de infância-, a autora inicia o relato no exato momento em que se tornava uma fugitiva do Estado e entrava na clandestinidade. Desfaz qualquer imagem heroica de si ao expor seu medo e sua fragilidade: “Imagens de ataques lampejavam em minha mente, mas não eram abstratas – eram cenas nítidas de metralhadoras

⁵ *Cointelpro* foi um programa de contra inteligência do governo estadunidense que se dedicou a perseguir dissidentes políticos de forma ilegal. Sabe-se hoje, por meio de ampla documentação sigilosa liberada pelo próprio governo, que movimentos e lideranças eram monitorados. Há evidências que provam o envolvimento do FBI e dos departamentos de polícias em assassinatos, além da imputação de crimes a membros da chamada “esquerda radical” - em particular, os militantes negros revolucionários, alguns dos quais ainda se encontram presos até presente. O caso mais conhecido, no qual o Estado reconheceu e indenizou a família, foi o assassinato de Fred Hampton, liderança do Partido dos Panteras Negras, executado enquanto dormia em 1969.

⁶ Angela é uma filósofa inserida na *Black Radical Tradition* (Tradição Radical Negra), que pode ser definido como uma teoria política e filosófica que defende a ideia do capitalismo racial, calcada em um longo histórico de resistências coletivas negras iniciadas no período da escravidão. Pressupõe uma perspectiva negra na análise da teoria marxista e enfatiza a necessidade lutas coletivas para a transformação social.

surgindo na escuridão, cercando Helen e eu, abrindo fogo...” , escreve.

O livro recupera o ritmo acelerado e efervescente dos múltiplos acontecimentos históricos que proporcionaram mudanças sociais e culturais que perduram no presente. Um exemplo significativo a mencionar foi a *descolonização estética do corpo negro* e sua resignificação como lugar de inscrição política, bastante evidente no “cabelo afro” da autora - estilo nomeado no Brasil, sintomaticamente, de *black power*.

Uma dimensão inseparável da definição de quem é autora é o fato dela ser uma mulher negra, algo que atravessa sua trajetória e sua produção intelectual. Em *Uma autobiografia*, aparecem algumas das circunstâncias nas quais ela confrontou as expectativas e presunções sobre os comportamentos que deveria ter. No movimento pela libertação negra não foi diferente: “Eu me familiarizei muito cedo com a presença generalizada de uma lastimável síndrome entre alguns ativistas negros do sexo masculino – confundir sua atividade política com a afirmação de sua masculinidade. Eles viam – e alguns ainda veem – a condição de homem negro como algo separado da condição de mulher negra. Esses homens enxergam as mulheres negras como uma ameaça à realização de sua condição de homens – particularmente aquelas mulheres negras que tomam a iniciativa e trabalham para se tornarem líderes por meio de seus próprios esforços.”

É importante ressaltar a importância da publicação, uma vez que há poucas mulheres negras que escreveram textos memorialísticos ou autobiográficos. No Brasil, podemos mencionar a Carolina Maria de Jesus como um dos raros exemplos. Nos Estados Unidos, por características próprias da formação de seu campo literário e da história dos afro-americanos, existe um número maior de publicações do gênero.

Uma autobiografia é um relato intimista sobre a geração de militantes negros/as engajados/as em um projeto revolucionário de transformação política, social e cultural contra a exclusão social e o racismo, que custou a vida ou liberdade de muitos. Detalha a atmosfera e o ambiente coletivo daqueles anos. Lança um olhar, a partir de seu tempo histórico, para si e, ao mesmo tempo, para o movimento, evidenciando as transformações mútuas e uma relação indivisível entre ambos: “Para mim, a revolução nunca foi uma “coisa temporária a se fazer” antes de eu me estabilizar; não era um clube da moda com jargões recém-criados nem um novo tipo de vida social – que se tornava emocionante pelo risco e pelo confronto e glamoroso pelo vestuário. Revolução é coisa séria, a coisa mais séria na vida de uma pessoa revolucionária. Quando alguém se compromete com a luta, deve ser para sempre.”

Seguindo uma tradição

Quando decidiu escrever uma *autobiografia política*, Angela não inventou propriamente um conceito, mas seguiu uma tradição já estabelecida de textos autobiográficos de homens e mulheres negras ex-escravizados/as conhecidas como *slave narratives*, que reúne escritos publicados entre 1760 a 1865. Segundo especialistas, foi o primeiro gênero literário de prosa criado por afro-americanos/as.

As obras possuem características afins, estruturas narrativas que seguem algumas convenções. São *relatos de vida* (ou um fragmento dela) elaborados por uma

pessoa que já se encontrava na condição de liberta ou fugitiva da escravidão. Iniciavam com o nascimento (que poderia ser no continente africano), traçam o percurso do protagonista da escravidão à liberdade - que poderia incluir a fuga, mas sem revelar detalhes comprometedores sobre o feito, e com omissão de informações que pudessem identificar algumas pessoas. Descrevem, também, experiências de castigos físicos e o uso da violência por parte dos senhores ou capatazes. Os títulos das narrativas possuem, usualmente, a menção “escritos por ele/a mesmo/a”, o que pode ser interpretado como um esforço, por parte dos narradores, para reforçar a ideia da autoria e a veracidade dos fatos narrados no texto. Essas autobiografias proporcionam um testemunho vivencial sobre o cativo e foram usadas, em seu contexto, pelo movimento abolicionista como um potente instrumento de denúncia do terror da escravidão.

As *slave narratives* desempenham um papel importante ao proporcionar às pessoas que foram escravizadas a possibilidade de elaborar sua experiência e passado. Cabe lembrar que a escravidão, como sistema de dominação, pressupunha a negação da humanidade e transformação de seres humanos em objetos-mercadorias, alicerçada na subjugação física, na tentativa de romper a consciência de si e aniquilar e na aniquilação da identidade da pessoa escravizada.

As autobiografias femininas acrescentavam experiências específicas, como a violência sexual - estupros e assédios - e os ciúmes das sinhas. Um exemplo conhecido é o livro *Incidents in the Life of a Slave Girl* (Incidentes na vida de uma jovem escrava), lançado em 1861 por Harriet Jacobs (1813-1897), que se destacou por denunciar a exploração sexual de mulheres escravizadas. A autora também participou do movimento abolicionista.

O gênero deixou marcas e influências em obras contemporâneas de autoria negra, como *Amada* (1987), de Tony Morrison, e *Kindred* (1979) de Octavia Butler, que recuperam partes das estruturas ou das temáticas das *slave narratives* para ambientarem histórias no período da escravidão.

Frederick Douglass

No conjunto das *slave narratives*, destacam-se as obras de Frederick Douglass (1818-1895), considerado o autor mais relevante do gênero por não reproduzir suas formas tradicionais e adotar um estilo próprio. Escreveu três autobiografias em diferentes etapas de sua vida: *Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave. Written by Himself* (Narrativa da vida de Frederick Douglass, um escravo americano. Escrito por ele mesmo), de 1845; *My Bondage and My Freedom*, (Minha servidão e minha liberdade), publicada em 1855; *Life and Times of Frederick Douglass* (A vida e os Tempos, de Frederick Douglass), de 1881. As publicações alcançaram imensa popularidade e traduzidas para vários idiomas.

A trajetória de Douglass é bastante singular. Nasceu em Maryland, filho de mãe negra escravizada e de pai homem branco que não conheceu. Foi alfabetizado pela esposa de um de seus “proprietários” (prática considerado ilegal), o que determinou sua formação. Aos 21 anos, conseguiu fugir para o estado de Massachusetts com ajuda de um líder abolicionista. A partir daí, engajou-se no movimento abolicionista e se tornou sua principal liderança. Além de ter sido homem público, orador, escritor e jornalista, participou ativamente da política

americana e apoiou o sufrágio feminino. Viajou à Europa para divulgar e obter apoio à abolição da escravidão.

Douglass compõe a tradição política e filosófica que formou Angela Davis. O primeiro curso que ela ofertou na Universidade da Califórnia, em 1969, intitulava-se *Os temas filosóficos recorrentes na literatura negra*. Abordava conceitualmente a ideia da liberdade a partir da produção literária negra, que evidenciava os limites entre o conceito da liberdade e sua prática, reforçando a ausência histórica de liberdade para os afro-americanos. O primeiro autor analisado no curso foi Frederick Douglass, a partir de sua autobiografia e de sua experiência negativa da liberdade como escravizado.

Em *Life and times of Frederick Douglass*, o autor relata que, na infância, perguntou a si mesmo: Por que sou escravo? Por que algumas pessoas são escravas e outras senhores?, assinalando a consciência sobre sua própria condição de escravizado. A narrativa de Douglass atravessou a jornada física e filosófica da escravidão à liberdade. No percurso para alcançar sua liberdade, compreendeu a importância da resistência física e da consciência. Um acontecimento bem ilustrativo foi o fato de resistir fisicamente e confrontar a um de seus senhores mais violentos, Sr. Covey, que o havia *quebrado no corpo, na alma e no espírito*. “Minha resistência foi completamente inesperada, Covey [o senhor] ficou todo surpreso. Ele tremeu como uma folha. Isso me deu segurança, eu o segurei inquieto, fazendo com que o sangue corresse onde eu o tocava com as pontas dos meus dedos.”⁷

A consciência da importância do conhecimento foi determinante para negar sua condição de escravo. Seu processo de alfabetização iniciou com a Sra. Auld, esposa de um seus “proprietários”, que se dispôs a ensiná-lo, até o momento que seu esposo descobre e proíbe. O diálogo do casal, reproduzido por Douglass, exemplifica os riscos que a educação de um escravo poderia trazer: “Se você ensinar aquele *nigger* (falando de mim) como ler, não haveria como mantê-lo. Seria impossível para ele continuar sendo escravo.”⁸

A primeira etapa a se vencer, antes da fuga, foi a consciência de sua condição de escravo e a possibilidade de recusá-la mentalmente para depois empreender a ação: “Quando eu tinha uns 13 anos de idade, e tinha conseguido aprender a ler, cada aumento de conhecimento, especialmente qualquer coisa respeitando os estados livres, era um peso adicional à escravidão. Era uma realidade terrível e eu nunca mais seria capaz de aceitá-la em meu espírito jovem, que queria ser livre”.⁹

Diálogos possíveis

As autobiografias de Angela Davis e Frederick Douglass convergem em

7 No original: “My resistance was so entirely unexpected that Covey seemed taken all aback. He trembled like a leaf. This gave me assurance, and I held him uneasy, causing the blood to run where I touched him with the ends of my fingers.” DOUGLASS, F. *Narrative of the life of Frederick Douglass: an American Slave*. New York: The Library of America, 1994.

8 No original, “If you teach that nigger (speaking of myself) how to read, there would be no keeping him. It would forever unfit him to be slave.” DOUGLASS, F. *Narrative of the life of Frederick Douglass: an American Slave*. New York: The Library of America, 1994.

9 No original, “When I was about thirteen years old, and had succeeded in learning to read, every increase of knowledge, especially anything respecting the free states, was an additional weight to the almost intolerable burden of my thought “I am a slave for life”. DOUGLASS, F. *Life and Times of Frederick Douglass*. New York: The Library of America, 1994.

alguns aspectos e elencam questões que ajudam a entender dois contextos distintos de lutas políticas negras nos Estados Unidos. A leitura de Douglass ilustra o movimento abolicionista e a condição de escravizado no século XIX, enquanto que o livro de Angela propicia um panorama da década de 1960, do movimento de libertação negra, através do olhar de uma mulher negra militante.

As duas narrativas representam a elaboração de uma definição de si, que rompe com a definição pré-estabelecida feita pelo outro de como eles deveriam ser. Para os dois autores, a educação desempenhou um papel fundamental em suas conscientizações, e foi percebida como forma de emancipação.

A experiência da privação da liberdade, determinada pela condição racializada dos autores, aparece nos dois relatos. No caso de Douglass, a experiência foi mais contundente, pois se tratou da escravidão, que determinou, em grande medida, a sua existência e identidade. Para a filósofa, foi a prisão e o processo por motivos políticos. Nas duas situações, essas vivências influenciaram as trajetórias, as militâncias e as produções autorais. Douglass defendeu e atuou pela abolição da escravidão. Davis defende e atua pela abolição das prisões.

Observadas em perspectivas comparadas, as autobiografias demonstram como sujeitos negros, mediados pelas questões de seu tempo histórico, construíram definições para liberdade e as possíveis formas de alcançá-la.

Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro para a Educação das Relações Étnico-Raciais: a prática da Capoeira no Programa Mais Educação do município de Guapimirim - RJ

Paulo Henrique Menezes Da Silva¹

Devemos lembrar que os povos afrodescendentes estão entre os mais afetados pelo racismo. Muitas vezes, eles têm seus direitos básicos negados, como o acesso a serviços de saúde de qualidade e educação. (BAN KI-MOON - Ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, 2015).

Segundo a Organização das Nações Unidas, a população afrodescendente está entre as comunidades mais pobres e marginalizadas do mundo. Ela apresenta alto índice de mortalidade e mortes maternas, além de acesso limitado à educação de qualidade, serviços de saúde, moradia e seguridade social. Sofre, ainda, discriminação no acesso à Justiça e enfrenta índices de violência policial e filtragem racial² alarmantemente alto. Portanto, faz-se necessário garantir igualdade na Justiça e nos sistemas de aplicação da lei, para promover e defender os Direitos Humanos da população afrodescendente em todos os lugares.

Para isso a Organização das Nações Unidas declarou o período de 2015 a 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes, reconhecendo que estes

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade PPGPACS/IM/UFRRJ; Especialista em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania pelo NDH/UFG; Graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes; Pesquisador do Grupo de Estudos Patrimônio e Cultura Afro-Brasileira - CNPq (GEPcAfro); Membro do LEAFRO - Laboratório de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas da UFRRJ; Mestre de Capoeira, Editor da Revista Íbamò e Membro da Rede Nacional de Ação pela Capoeira; Membro do NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Degase; E-mail: phmsmenezes@gmail.com

2 Filtragem racial é quando uma pessoa negra é injustamente escolhida pela cor. Quando está parada, ela é tida como suspeita e, quando está correndo, como criminosa, caracterizando, assim, o racismo, segundo a campanha Vidas Negras, da ONU. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZTHSCTut7LA>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

representam um grupo distinto cujos Direitos Humanos precisam ser promovidos e protegidos. Cerca de 200 milhões de pessoas autoidentificadas como afrodescendentes vivem nas Américas. Muitos outros milhões vivem em outras partes do mundo, fora do continente africano.

Segundo informações da ONU:

[...] seja como descendentes das vítimas do tráfico transatlântico de escravos ou como migrantes mais recentemente, estas pessoas constituem alguns dos grupos mais pobres e marginalizados. Estudos e pesquisas de órgãos nacionais e internacionais demonstram que pessoas afrodescendentes ainda têm acesso limitado a educação de qualidade, serviços de saúde, moradia e segurança.³

Todos eles são, com frequência, vítimas de discriminação perante a Justiça, enfrentam alarmantes índices de violência policial e discriminação racial. Além disso, seu grau de participação política é baixo, tanto na votação quanto na ocupação de cargos políticos.

Adicionalmente, os afrodescendentes podem sofrer de múltiplas formas de discriminação baseadas em outros critérios relacionados, como idade, sexo, idioma, religião, opinião política ou outra classe social, incapacidade e origem, dentre outros.

A Declaração de Durban⁴ e seu Programa de Ação reconhecem que afrodescendentes foram vítimas da escravidão, do tráfico de escravos e do colonialismo e continuam sofrendo o resultado destas violações.

O processo de Durban deu visibilidade às pessoas afrodescendentes e contribuiu para um avanço substancial na promoção e proteção de seus direitos, como resultado de ações concretas tomadas pelos Estados, pela ONU, por outras organizações internacionais e regionais e pela sociedade civil organizada.

Ainda assim, apesar de avanços originais, o racismo e a discriminação racial, sejam diretos ou indiretos, de fato ou de direito, continuam a se manifestar em desigualdade e desvantagem.

No Brasil, segundo dados do IBGE (2014), nós, negras e negros, somos mais de 50% da população brasileira. Ainda assim são grandes as dificuldades que enfrentamos. A esse respeito o Núcleo de Pesquisa “Relações Raciais: Memória, Identidade e Imaginário” da PUC/SP que estuda as relações raciais no Brasil desde 1990 escreve:

3 ONU. 2015-2024 - Década Internacional de Afrodescendentes. 2015. Disponível em: <http://decada-afro-onu.org/index.shtml>. Acesso em: 18 de novembro de 2018. 18.

4 A Declaração de Durban e seu Programa de Ação foram aprovados em 08 de setembro de 2001 em Durban, na África do Sul, durante a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, com a participação de 173 países, 4 mil Organizações Não Governamentais e mais de 16 mil participantes, afirmando que racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, quando equivalem a racismo e discriminação racial, constituem graves violações de todos os Direitos Humanos e obstáculos ao pleno gozo destes direitos. Declaração de Durban e Programa de Ação. 2001. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2018.

Seção Roda

Existe um grande número de estudos sobre relações raciais no Brasil que mostram que há uma disputa entre duas grandes correntes, de um lado, uma que identifica harmonia nas relações sociais e, de outro, uma que afirma que há racismo no país. O racismo, aqui, é definido como uma [...] crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (MUNANGA, 2000, p.24).

Guimarães (2004) Hasenbalg (2005) e Paixão (2006), estudiosos das relações raciais, concordam com essa definição. Para o primeiro,

[...] racismo, em primeiro lugar, é referido como sendo uma doutrina, quer se queira científica, quer não, que prega a existência de raças humanas com diferentes qualidades e habilidades, ordenadas de tal modo que as raças formem um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais. [...]. Além de doutrina, o racismo é também referido como sendo um corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela ideia de raça e superioridade racial, seja no plano moral, estético, físico ou intelectual (GUIMARÃES, 2004, p.17).

O princípio fundamental da Constituição da República Federativa do Brasil, inciso IV, artigo 3º, assegura que é dever do Estado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Portanto, reafirma que, no tema do racismo, não existe meio-termo ou caminho do meio, uma sociedade é racista ou não é.

Ainda a respaldar esta certeza, estamos fundamentados pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288, de 20 de julho de 2010) que busca igualar as condições de oportunidades e representatividades do negro na sociedade brasileira, instruindo a defesa dos direitos étnicos individuais.

No Capítulo II, que trata do “Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”, do referido estatuto, o artigo 20 que trata da cultura diz que:

Art. 20 - O poder público garantirá o registro e a proteção da capoeira, em todas as suas modalidades, como bem de natureza imaterial e de formação da identidade cultural brasileira, nos termos do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo Único: O poder público buscará garantir, por meio dos atos normativos necessários, a preservação dos elementos formadores tradicionais da capoeira nas suas relações internacionais.

Já nos artigos 21 e 22, que versam sobre o esporte e o lazer, respectivamente, o estatuto afirma que:

Art. 21. O poder público fomentará o pleno acesso da população negra às práticas desportivas, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais.

Seção Roda

Art. 22. A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, nos termos do art. 217 da Constituição Federal.

§ 1º A atividade de capoeirista será reconhecida em todas as modalidades em que a capoeira se manifesta, seja como esporte, luta, dança ou música, sendo livre o exercício em todo o território nacional.

§ 2º É facultado o ensino da capoeira nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos.

Temos, ainda, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que incluem no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Inclusive a Resolução CNE/CP nº 01/2004, em seu artigo 2º, § 2º afirma que:

O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

Já as ações educativas de combate ao racismo e a discriminações previstas no Parecer CNE/CP Nº 003/2004, nos impõe:

[...] a valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura e a educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando a preservá-lo e a difundi-lo.

Portanto a capoeira, patrimônio cultural imaterial do Brasil, tendo o Ofício dos Mestres de Capoeira registrado no Livro de Registro de Saberes, criado para receber os registros de bens imateriais que agregam conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano da sociedade brasileira e, no caso da capoeira, os conhecimentos tradicionais transmitidos pelos seus mestres e mestras relacionados à cultura, memória e identidade, bem como a Roda de Capoeira, registrada no Livro das Formas de Expressão, livro este criado para registrar as manifestações artísticas em geral. Sendo a roda um elemento estruturante da capoeira, já que é nela que acontece o “jogo”, estando presentes ali o lúdico, a brincadeira e o lado da resistência, reagindo, quando necessário, contra o sistema opressor. Nela é expressa a história da resistência negra no Brasil, tendo o seu reconhecimento como patrimônio demarcado a conscientização sobre a importância da herança cultural africana para o nosso país. Portanto, entendemos serem estes patrimônios culturais afro-brasileiros importantes instrumentos pedagógicos na desconstrução do racismo e das discriminações no ambiente escolar.

Seção Roda

Citamos como mais um instrumento legal as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, instituída através da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que estabelece que o currículo seja:

[...] um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças [...] (Artigo 3º).

Segundo a referida resolução, para que os objetivos das propostas pedagógicas das instituições de educação infantil sejam efetivados, devem estar previstas as condições essenciais para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que possam assegurar, dentre outros, “a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América” (BRASIL, 2010, p. 20).

Quanto à proposta pedagógica e à diversidade, estas instituições deverão prever as mesmas condições descritas anteriormente, com vistas a assegurar “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e a discriminação” (BRASIL, 2010. p. 21).

Portanto, nossa luta por um mundo mais justo passa, sem dúvida, pela desconstrução do racismo e por isso a cada dia temos que afirmar nossa negritude e o protagonismo negro, em diversos espaços sociais. E na escola não é diferente. Compreendemos que a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 ainda não foram devidamente debatidas e os conteúdos propostos por elas ainda carecem de uma discussão sistematizada, para que as diferenças sejam respeitadas no cotidiano escolar. Sendo o currículo um campo de disputa, este é também um documento de nossa identidade racial e cultural.

Portanto, entendemos que no Programa Mais Educação, os conteúdos previstos no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana precisam ser levados em conta, para que, na realização das atividades propostas, possamos implantar ali um espaço de lutas contra o racismo e todas as formas de discriminação, já que reconhecemos o papel importante que a escola tem na erradicação dos preconceitos.

É a partir desta visão que analisamos as atividades propostas através das aulas de capoeira no Programa Mais Educação da cidade de Guapimirim, estado do Rio de Janeiro, tendo em vista esta cidade ter grande predomínio de religiões neopentecostais, o que tem influenciado e interferido nas ações relacionadas à implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Na execução das atividades complementares no Programa Mais Educação, participam diversos atores, dentre eles o articulador escolar, que tem a responsabilidade de coordenar e organizar as atividades, promovendo a interação entre a escola e a comunidade, integrando as atividades com o PPP - Projeto Político

Pedagógico. Outro ator importante neste processo é o facilitador, tendo em vista que este é o responsável por realizar as atividades propostas.

No caso da capoeira, dentre as 22 (vinte e duas) escolas municipais, 13 (treze) escolheram esta atividade, apesar das dificuldades encontradas, tendo em vista o preconceito de algumas comunidades à prática da capoeira, já que ligavam esta às religiões de matriz africana, implicando até com as músicas utilizadas nas aulas, o que entendemos como preconceito de cunho religioso. Ao constataremos este fato, decidimos por analisar o impacto das questões religiosas na realização da atividade da capoeira no Programa Mais Educação e propusemos intervenções com vistas à desconstrução do racismo e da discriminação ainda existente em relação às práticas culturais de matriz africana no espaço escolar, partindo da análise das atividades desenvolvidas pelo Professor de Capoeira durante as aulas do programa. Pois, segundo Cunha Junior:

Não basta o educador ser um bom jogador de capoeira, precisa ter o sentido da prática educativa, ou seja, a capoeira na escola é mais do que um conjunto de exercícios corporais, faz parte de um processo pedagógico no qual um dos sentidos é a identidade cultural, a socialização dos participantes e sua expressão individual (CUNHA JUNIOR, 2018, pág. 119).

Entendemos que esta pesquisa contribuiu sobremaneira para fortalecer o debate, no ambiente escolar, da prática da capoeira enquanto importante instrumento de valorização das culturas africanas e afro-brasileiras e afirmação da identidade cultural e racial de seus praticantes, ensejando, assim, uma educação patrimonial para a defesa e preservação de nossos patrimônios culturais.

A capoeira no programa mais educação

A prática da capoeira no Programa Mais Educação está atrelada ao desenvolvimento de atividades ligadas às práticas corporais, lúdicas e esportivas, tendo como premissa o resgate da cultura local e o fortalecimento da diversidade cultural.

Entendo que a capoeira deveria estar no campo da cultura e da arte, tendo em vista o Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira serem patrimônios culturais de natureza imaterial, o que, acreditamos, poderia fortalecer os processos de pertencimento ao local de sua prática e de sua história.

Como garantir ações de salvaguarda para a preservação da capoeira? Até que ponto a apropriação da capoeira da forma como vem ocorrendo (capoeira gospel, capoeira de Jesus) contribui para o processo de preservação deste patrimônio cultural?

Tenho constatado ao longo dos últimos anos um conjunto de iniciativas que tentam tomar a direção da capoeira. Essas iniciativas visam impor uma caracterização de maneira unilateral, sempre com objetivos de institucionalizar e aparelhar a capoeira para atender a manobras políticas que favorecem a pequenos grupos.

Sou capoeirista comprometido com a capoeira em sua riqueza ancestral, simbólica, ritualística e cultural e entendo que a iniciativa de rotular a capoeira como gospel ou de Jesus se caracteriza como uma forma clara de apropriação da cultura de um povo e sua consequente descaracterização.

Capoeira - patrimônio cultural afro-brasileiro

As atividades na capoeira, enquanto patrimônio cultural afro-brasileiro no Programa Mais Educação, têm o objetivo de integrar os educandos aos valores étnico-raciais de nossa ancestralidade, contribuindo, assim, na construção de sua identidade através da identificação consigo mesmo e com o patrimônio cultural afro-brasileiro.

Para isso faz-se necessário levar ao conhecimento do educando a influência africana na construção da identidade brasileira, despertando nestes o respeito às diferentes culturas que formaram a nossa sociedade e a nossa ancestralidade.

Entendo que a prática da capoeira na escola influencia no comportamento dos educandos, propiciando novas visões de mundo através da escrita e da leitura, questionando as várias formas de preconceitos e racismos ainda evidentes no ambiente escolar.

A capoeira no Programa Mais Educação está no campo da arte, da cultura e do esporte. E percebemos que a aceitação da comunidade escolar em relação à capoeira apontava ainda para práticas racistas e preconceituosas. O que ficou latente para nós durante a pesquisa é que, caso a capoeira fosse rotulada de gospel ou capoeira de Jesus, não haveria nenhum tipo de problema com a comunidade escolar.

Nós entendemos ser este ato mais uma violação ao nosso patrimônio cultural afro-brasileiro, tendo em vista a ignorância destas pessoas em conhecer a sua própria história. Acreditamos que, se houvesse a possibilidade daquela comunidade pesquisar a história da capoeira, esta seria um importante instrumento para desencadear estudos sobre as culturas africanas e afro-brasileiras. Utilizar a capoeira e os diversos movimentos de resistência da comunidade negra seria uma estratégia positiva para incorporar este tema nas ações das aulas de capoeira no Programa Mais Educação e ainda articular ações com as diversas disciplinas da grade curricular da escola, tendo em vista este conteúdo ser obrigatório nos ensinos fundamental e médio de escolas públicas e particulares.

Conclusões

Entendemos que os evangélicos podem e devem ser capoeiristas, desde que não alterem, neguem ou demonizem os atos e as estruturas simbólicas e ritualísticas contidas na capoeira, ainda que discordem por desconhecimento, ignorância ou doutrinação. A capoeira é uma manifestação humana de matriz africana que se constituiu como diversa e livre, porém sua diversidade e sua liberdade em nada coincidem com a ideia de que se pode negar sua história ou descaracterizá-la para atender quem quer que seja ou qualquer doutrina religiosa. O que marca, inclusive, a característica de liberdade da capoeira, dentre outras coisas ligadas a sua existência cotidiana, é exatamente a luta do povo negro, escravizado em solo brasileiro, pela liberdade.

O artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) afirma que:

Todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios e de que todo o homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.⁵

Portanto entendemos que as iniciativas de apropriação cultural se contrapõem aos diversos dispositivos legais elencados a seguir: artigos 13 e 15 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), assim como o Decreto nº 591, de 6 de Julho de 1992 que destacam a preservação da dignidade humana à cooperação internacional; confronta também o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecido como Protocolo de São Salvador (1988); o Artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil; a Convenção 169 da OIT - Organização Internacional do Trabalho promulgada pelo Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004; a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2001) que afirma os direitos das pessoas pertencentes às minorias à livre expressão cultural e observa que ninguém pode invocar a diversidade cultural para infringir os Direitos Humanos e limitar o seu exercício; a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003); o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE - CP 003/2004 - que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; a Declaração de Friburgo sobre Direitos Culturais (Fribourg, 2007); o PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000; o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007; o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que tem como objetivo primordial a salvaguarda da tradição africana preservada no Brasil, sendo constituído por um conjunto de políticas públicas que visa principalmente à garantia de direitos, à proteção do patrimônio cultural e ao enfrentamento à extrema pobreza, com a implementação de ações estruturantes.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 10 nov. 2018.

5 ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

Seção Roda

BRASIL. **Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em 10 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 10 de nov. 2018.

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 10 de nov. 2018.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2004.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 de nov. 2018.

BRASIL. **Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9608.htm. Acesso em: 10 de nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE - CP nº 003/2004.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 10 de nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 01/2004.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União. Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Secretaria de Educação Básica. Brasília. MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. SEPPIR. **Estatuto da Igualdade Racial.** 5.ed. 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013 – 2015.** Brasília, Janeiro de 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade e Inclusão. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC: SECADI, 2013.

BRASIL. **Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

BRASIL.**Roda de Capoeira**. IPHAN. Ministério da Cultura. Ministério das Relações Exteriores. 2014.

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Protocolo Adicional à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos. Protocolo de San Salvador**. 1988. Disponível em: http://www.cidh.org/basicos/portugues/e.protocolo_de_san_salvador.htm. Acesso em 10 de nov. 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: **REVISTA DO PATRIMÔNIO**, nº 24, Cidadania, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Os Inventários nas políticas de Patrimônio Imaterial. In: FONSECA, Maria Cecília Londres (Coord.). **Celebrações e Saberes da Cultura Popular**: pesquisa, inventário, críticas e perspectivas. 2. ed., Rio de Janeiro: Iphan, CNFCP, 2006.

GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra. **Apropriação Cultural**. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/tag/apropriacao-cultural/>. Acesso em: 10 de nov. 2018.

GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra. **Diáspora Africana**. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/diaspora-africana/>. Acesso em: 10 de nov. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (org.). **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito e Discriminação**. São Paulo. Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 103-133.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades no Brasil**. Traduzido por Patrick Burglin. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

JUNIOR, Henrique Cunha. A Capoeira e a Educação dos Afrodescendentes. **Revista Íbamò**. v. 1. Ano 1. Associação de Capoeira Kilombarte. Rio de Janeiro, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. A. P. (Org) **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileiro**. Niterói: EDUFF, 2000.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais e Resolução Referente à Ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em 10/05/2018.

ONU. **Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. 16 de dezembro de 1966. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf> . Acesso em: 10/05/2018.

ONU. **2015-2024 - Década Internacional de Afrodescendentes**. 2015. Disponível em: <http://decada-afro-onu.org/index.shtml>. Acesso em: 28 de jul. 2018.

ONU. **Discurso do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/ministro-da-cultura-gilberto-gil-na-homenagem-a-sergio-vieira-de-mello-36642/10883. Acesso em 15 de ago. 2018.

ONU. **Vidas Negras**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZTHSCTut7LA>. Acesso em: 10 de nov. 2018.

PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto Anti-Racista** - Ideias em prol de uma utopia chamada Brasil. Coleção Política da Cor. DP&A Editora. 2006.

REIS, Leticia Vidor de Sousa. **O Mundo de Pernas Para o Ar: a Capoeira no Brasil**. FAPESP. Publisher Brasil. São Paulo. 1997.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVERIO, Valter Roberto. (Org.). **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

TAVARES, Julio Cesar de. **Dança de Guerra - Arquivo Arma: elementos para uma teoria da capoeiragem e da comunicação corporal afro-brasileira**. Belo Horizonte. Nandyala, 2012.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2001. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2018.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2018.

UNESCO. **Declaração de Friburgo Sobre Direitos Culturais**. 2007. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Direitos-Culturais-Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Friburgo.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2018.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. **Declaração e Programa de Ação de Durban**. 2001. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf. Acesso em 10 de nov. 2018.

VIEIRA, Luiz Renato. A Capoeira e as Políticas de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial: legitimação e reconhecimento de uma manifestação cultura de origem popular. In: GONÇALVES, Alanson M. T. (Org.). **Capoeira em Perspectivas**. Belo Horizonte. Editora Tradição Planalto. 2012.

Identidade negra:

Aparecida Martins

Aparecida, seu discurso é inclusivo, mas você não vivenciou na pele o racismo”. Observei-o, achando seu discurso radical e extremista. Não retruquei, entretanto fiquei a refletir sobre sua colocação por algum tempo. Porém, logo o assunto caiu no esquecimento, ele era o professor que eu escolhera (entre outros alunos) para me orientar, precisava saber de sua disponibilidade, decidir o tema a ser abordado, o tempo passava...

Apesar de seu aceite em me orientar, houve desistência de minha parte; tomei conhecimento de algumas exigências estabelecidas por ele: a referência bibliográfica deveria ser de apenas autores negros. Assim, meu leque de consultas ficaria bem restrito, pensei...

Acredito que nada na vida é por acaso e que existe a consciência das coincidências. Pensar nesse professor e em sua fala, no momento em que estamos sendo convidados e, principalmente, permitindo-nos a pensar e repensar o mito da democracia racial, é singular e significativo para mim. Este está sendo meu momento com ele... verdadeiramente, hoje, estou disponível e aberta para sua fala.

Jurandir Freire Costa, ao prefaciар o livro *Tornar-se Negro*, de Neuza Santos Sousa, sintetiza com profundidade a violência que o negro sofre em sua essência: “Ser negro é ser violentado de forma constante por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (COSTA, 1983 apud SANTOS, 1983, p.2).

Assim, indivíduos negros em seu processo de formação experimentam no próprio corpo seu verdadeiro campo de batalha. O sujeito se percebe e se relaciona com o meio através de seu corpo, a identidade se baseia na relação do modo como ele vive e percebe seu corpo.

Bell Hooks discorre, no texto *Alisando o Nosso Cabelo*, sobre as vicissitudes vivenciadas nas manhãs de sábado, quando as mulheres se reuniam na cozinha para alisar os cabelos.

Para ela e suas irmãs, ter a permissão de alisar o cabelo era deixar de ser percebida como menina (cujo cabelo poderia estar penteado e trançado) para ser quase uma mulher. Era um ritual, um momento de transição para o mundo adulto. Estava associado somente ao rito de iniciação de sua condição como mulher.

O tempo passou e o contexto do ritual havia desaparecido, não haveria mais vínculos íntimos e pessoais entre as mulheres negras. O alisamento ganhou um novo significado: o de opressão e da exploração da ditadura branca, o desejo era de mudar a aparência para imitar a aparência do branco.

Novamente cito Jurandir Freire, ao definir a representação da brancura: “A brancura transcende o branco (...). Nada pode macular esta brancura que, à ferro e fogo, cravou-se na consciência negra como sinônimo de pureza artística; nobreza

Seção Treinel

estética; majestade moral; sabedoria científica etc. (...) O belo, o bom, o justo e o verdadeiro são brancos” (COSTA, 1983 apud SANTOS, 1983, p.2).

A partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo de perseguição do próprio corpo. Ele vai controlar, observar, vigiar este corpo que se opõe à construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar.

As crianças... Reporto-me a elas, pois são as mais violentadas com o padrão imposto, com a ditadura cruel. Nasceram simplesmente crianças, abertas, inteiras, cheias de potencialidades e aos poucos vão sendo encarceradas, podadas, colocadas dentro das “caixas”. Emanuella, minha filha, não é negra, mas possui um cabelo fora do padrão eleito como belo: encaracolados, ligeiramente avermelhados e com volume. Passeávamos pelo shopping e uma menina, um pouco mais velha que ela, olhou-a e exprimiu sua sentença: “que cabelo horrível!!!!” Observei a dona da referida fala: tinha cabelos longos e lisos até a cintura. Aguardei uma reação da minha filha. Não houve resposta, apenas silêncio e uma profunda tristeza tomou conta de seu olhar. Continuamos a caminhar e perguntei o porquê de não ter respondido, ela começou a chorar. Constatei o quanto ela estava surpresa e magoada com a observação. Ela mesma nunca vira seu cabelo sob essa perspectiva, mesmo ao acordar, quando o mesmo se encontra desalinhado e para o alto. Ela tomou para si a verdade da menina e chorando, passou a ter (mesmo que por um curto tempo) o juízo de valor da outra e sentenciou para si mesma que o seu cabelo era feio.

Perguntei- lhe se achava seu cabelo feio, respondeu que não e afirmei que também não achava, que de fato seu cabelo não é feio, que as pessoas são diferentes e que combinam com os cabelos que têm.

O que fazemos com nossas crianças? Que discursos e valores são esses que os adultos transferem para elas?

É contraditório quando mulheres elogiam os cachos e, quando se olha para os seus, estão alisados. Complexo isso, irônico até. Bonito para o outro e não para mim? Outra disse adorar cachos, porém começou alisar os seus e não estava se sentindo satisfeita com os mesmos alisados. Indaguei o porquê de alisar, já que não a agradava. Não soube responder...

Bell Hooks, ainda em seu texto, relata, em uma de suas conversas centrada na construção social da identidade da mulher negra dentro de uma sociedade sexista e racista, sobre quando uma mulher negra contou-lhe que sua filha de 7 anos estava deslumbrada com a ideia do cabelo loiro, de tal forma que ela havia feito uma peruca que imitava os cachinhos dourados. A mãe queria saber o que estava fazendo de errado em sua tutela, já que na sua casa a condição do negro era afirmada e celebrada. Mas ela não havia considerado que o seu cabelo alisado era uma mensagem para sua filha...

Que alienação é esta que vivemos nos dias atuais? Que demandas são estas que estamos comprando sem ao menos questioná-las?

Seção Treinel

Em uma cultura de dominação e artificialismo, devemos lutar diariamente por permanecer em contato com nós mesmos e com os nossos corpos, uns com os outros. Especialmente as mulheres e homens negros, já que são esses corpos que frequentemente são desmerecidos, menosprezados, humilhados e mutilados em uma ideologia que aliena. Celebrando nossos corpos, participamos de uma luta libertadora que libera a mente e o coração.

Referências

COSTA, Jurandir Freire. Prefácio: Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: *Tornar-se negro ou As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social* de Neuza Santos Sousa. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

HOOKS, Bell. **Alisando o Nosso Cabelo**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/>. Acesso em: janeiro/2017.

Narrativa de si

Daniela Araujo do Nascimento

Acredito na narrativa de si. Acredito que é uma forma de romper o silêncio e dar voz àqueles a quem uma perversa e persistente engrenagem racista tem negado e invisibilizado sua cultura, seu conhecimento, suas ricas e preciosas histórias de vida. Penso também na narrativa como uma forma de atribuir sentido às minhas experiências, o que me possibilita refletir, agir, transformar. É essa possibilidade de reflexão/ação que me impulsiona, motiva e me permite trazer breves relatos sobre a minha vivência como mulher, negra e pobre da Baixada Fluminense.

Nasci, cresci e moro até hoje em Nova Iguaçu. Com dificuldades, estudei numa das melhores escolas do município e tal fato me apresentou desde cedo as múltiplas facetas do racismo estrutural arraigado nas entranhas da sociedade brasileira. A escola tinha uma única professora negra, eu era a única menina pretinha da sala, do transporte escolar. No recreio, seguia só e, vez por outra, encontrava alguma coleguinha que, bem como eu, na sua solidão de criança negra, procurava refúgio no banco mais escondido do pátio. Era uma verdadeira sessão de tortura: os apelidos, as zoações, os apontamentos, o “deixa eu ver o seu cabelo” eram uma constante. Cada dia naquele lugar me causava enorme angústia.

À medida que crescia, ia, consequentemente, negando uma identidade negra afirmativa construída por meu pai. Nasci no ano de 1976, por essa época, o movimento Black Power tinha causado um reboiço no cenário musical do Brasil. Ouvíamos Bob Marley, Gilberto Gil, Jorge Ben (ainda não era Ben Jor), usava continhas nas pontas de minhas incontáveis tranças que mamãe fazia com todo carinho e zelo nos finais de semana. Mas, certa vez, na volta para casa, as meninas do transporte escolar pediram para ver meu cabelo solto. Inocente, desfiz minhas tranças e soltei os mais de 45 centímetros de cabelo naturalmente crespo que minha mãe cultivava com todo apreço. Quis morrer naquele dia. Todos apontavam para mim e riam, riam copiosamente.

Na adolescência, tinha cabelos curtos, alisados e passava horas usando pente de ferro quente, dormia mal por conta dos bobes de cabelo e os pinguinhos de chuva tornaram-se meus piores inimigos. Tinha muitos amigos, era a “miss simpatia” da escola (sim, fui eleita!), era a menina mais legal (eu acho ou, pelo menos, era o que os outros alunos e alunas diziam). Não tinha namorado, mas estava sempre dando uma forcinha para aquela amiga de cabelos lisos e longos ficar com o garoto mais bonito (loiro) da escola.

No final dos anos 1990, buscava incansavelmente entrar para a universidade. Não saía, lia a madrugada inteira. Perdi amigos, entrei para uma universidade pública de renome, casei. Saí do Rio por alguns anos e voltei para a mesma universidade. Ali, conheci muita gente, mas afeiciei-me às meninas cuja realidade estava mais próxima da minha. Tinha uma amiga que morava em Mangueira, outra na Favela do João e uma que morava em Mesquita. Eu e a de Mesquita levávamos mais de duas horas para ir e para voltar do campus. Nessa altura, já era mãe e duas de minhas amigas também. Naquela faculdade, tivemos uma professora negra. Reza

Seção Treinel

a lenda que ela havia sido empregada doméstica e, incentivada pela patroa, tornou-se doutora em Grego. Era um exemplo para mim. Admirava aquela mulher. Seu modo discreto e elegante de se vestir - quase europeu -, sua fala contida. Tudo nela parecia querer, a qualquer custo, caber numa caixinha. E cabia.

Ao longo do curso, conheci uma disciplina intitulada Literatura Africana, oferecida em dois períodos. A partir de então, apaixonada pelas muitas Áfricas que conheci e buscando preencher lacunas que iam surgindo pelo caminho, passei a frequentar cursos que abordassem o tema e cheguei às relações étnico-raciais. Esse momento foi de profundo choque para mim, foi como se tivesse acordado de um sono profundo e, ao abrir os olhos, deparei-me com uma cruel realidade que me fez perceber que tudo por que passei, durante toda a minha história de vida, foi sempre perpassado pela minha condição de mulher, pobre e negra.

Percebi que as dificuldades que encontrei durante a minha trajetória de vida pessoal e profissional foram atravessadas de maneira lancinante pela barreira social e pelas barreiras de gênero e cor. Percebi também que a moradia caracteriza-se como mais um fator de exclusão social e cultural. Ter alisado o meu cabelo, negando minha identidade negra, foi um meio que encontrei de parecer mais aceitável, o que não evitou o fato de ser preterida pelos meninos da escola por conta da cor de minha pele. Ter sido inserida num contexto acadêmico de qualidade não me isentou de ter acesso apenas a um grupo social específico. Ter tido como referência apenas uma professora negra, desde a educação básica até a graduação, não foi um privilégio.

Todas essas “descobertas” podem ser assim denominadas, porque temos, no Brasil, um mecanismo de exclusão e hierarquização de grupos humanos muito bem articulado, forjado ao longo da história dessa nação: o racismo. De maneira velada, é ele que decide o lugar que o negro deve ocupar nessa sociedade e define a forma como devemos nos comportar, em prol da manutenção de um status quo. Se você é negro ou negra, certamente, acabou encontrando algum ponto de intercessão entre as nossas vivências. O que evidencia que nada pelo que passamos é apenas mera coincidência. Não é “mimimi”, fala que visa a deslegitimar e desqualificar a discussão sobre preconceito, racismo e discriminação no país. Por isso, a necessidade de se ter voz e tocar o dedo na ferida mesmo, falando sobre racismo, sexismo e outros tantos ismos que incidem diretamente na vida da mulher negra nessa sociedade, bem como na vida de todo o povo negro brasileiro. Daí, a importância de se valorizar as narrativas negras como um meio de transformação significativo e de desconstrução de paradigmas equivocados que insistem em se manter nas relações que estabelecemos ao longo do percurso. Nossa realidade social, cultural, histórica urge por mudanças nesse sentido.

Histórias importam

Elisangela Gomes de Azevedo Ferreira

Muitas histórias importam, como diz Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana. Temos que romper com os estereótipos e tentar desvelar o aparente, pois, por trás de uma história, há sempre outros lados e perspectivas, outros prismas. Estas perspectivas também devem ser contadas. Precisamos de histórias múltiplas e não únicas.

Importam as nossas histórias, pois, através delas, influenciamos, e as com que entramos em contato, pois estas nos influenciam. Somos o somatório de nossas histórias em contato com as dos outros, que nos trazem experiências e visões externas. Esse somatório contribui para construção de nossa visão de mundo.

Nunca me considereei uma pessoa racista. Não me recordo de ter atitudes nessa direção, mas devo reconhecer que minha visão de mundo mudou muito ao longo do tempo. Sempre me interessei pela “cultura negra” e tudo o que isso pudesse significar. Nos anos 80, enquanto meus colegas adolescentes curtiam Madonna, eu era super ligada na Bahia e era fã de Olodum e Banda Mel. Tenho paixão pela Bahia e por tudo que vem dela. No entanto, mesmo com toda a admiração, não tinha uma visão da perspectiva histórica da vida dos negros em nosso país. Além disso, ainda era contra o sistema de cotas raciais, e peço perdão por isso. E foi por uma dessas histórias que atravessaram meu caminho, graças a Deus, que pude refletir, analisar, reconhecer minha ignorância e mudar de opinião.

“Ver é irreversível”, segundo Clarice Lispector, e foi quando conheci um baiano, primo de uma amiga, em visita ao Rio de Janeiro que pude entender o que isso realmente significava.

Alan, o baiano, em relato sobre suas impressões da cidade, disse-me que estava gostando muito dos passeios, mas que não via muitos negros como ele nos pontos turísticos que visitava. A princípio estranhei tal afirmação. Nunca havia parado para observar esse fato. A partir de então jamais parei de fazer essa “contagem”. Se tivermos um pouco de empatia e pararmos para contabilizar, nos depararemos com a ausência de negros em alguns locais da sociedade: nas universidades, na política, nas novelas, no jornalismo, nos melhores cargos de uma empresa...

Falou-me ainda sobre a ausência de políticas públicas de inclusão do negro nos diversos espaços da sociedade, através da educação. Chegamos ao sistema de cotas. relatei minha opinião contrária, quando fui impactada por seus argumentos. Pude perceber a dívida histórica que temos com os afrodescendentes brasileiros e que nunca conseguiríamos pagar, por maiores que fossem nossos esforços. Estaremos sempre em débito com o povo negro, povo esse que construiu nosso país. Falou-me ainda das frases e expressões racistas que reproduzimos sem nos dar conta. Perguntou-me: “Não seria melhor falar escravizados ao invés de escravos?” E muitas outras coisas. A partir dessa conversa, minha visão se expandiu, agradeço-lhe muito por ter aberto meus olhos e minha reflexão sobre o tema. Essa história trouxe-me um novo caminhar.

Seção Treinel

Não é possível ignorar a desigualdade racial. A zona sul de nossa cidade é extremamente branca, enquanto as periferias... Nos ambientes elitizados, não encontramos negros, enquanto nos presídios... Isso não é coincidência! Isso demonstra como nossa sociedade trata os negros. As prisões são as “senzalas modernas”. Uma sociedade miscigenada como a nossa deveria ter equilibrada numericamente a presença dos negros nos diversos espaços, mas isso não acontece e não é por falta de capacidade das pessoas negras, mas por falta de oportunidade!

A busca pela igualdade racial não avançará enquanto não houver uma conscientização contínua e massificada de nossa sociedade, em especial na educação de base, nas séries iniciais. Para exemplificar, entra nesse relato outro personagem, o professor das séries iniciais. É urgente a discussão sobre o racismo com esse público. Faço parte desse grupo e percebo a falta de um olhar para a diversidade racial e cultural entre meus pares.

Próximo ao dia dos pais, na escola onde trabalho, foi sugerida uma atividade a ser realizada com meus alunos de educação infantil, crianças com 4 anos de idade. Ouvi atentamente as instruções que eram as seguintes: vamos pintar as mãozinhas das crianças com tinta guache, depois vamos carimbar a mão na folha de papel, formando a carinha do papai, para montar um mural, sendo que pintaremos a palma da mão de uma cor formando o rosto e pintaremos os dedinhos de preto para formar o cabelo do papai. Achei fofa a ideia. No entanto, só havia dois potes de tinta, um rosa e um preto, para rosto e cabelo respectivamente. Pensei então: “Cadê as outras cores?” Pois, se representaríamos os pais, deveríamos considerar as suas diferenças. Os pais não são todos rosinhos de cabelinho preto. Imaginei meus alunos negros representando seus pais com carinha rosa! Não haveria representatividade na atividade, se não considerássemos as diferenças entre as pessoas, nesse caso os pais. Lógico que não conseguiríamos uma fidelidade de cores, mas que houvesse a tentativa e a presença da diversidade entre elas.

Levei as tintas para minha sala de aula, misturei com algumas que eu já tinha e, buscando alguma semelhança, fizemos muitos pais coloridos, de peles e cabelos diversos! Ficaram lindos. Creio que os alunos gostaram mais de fazer estes pais coloridos e eu também!

Depois, descobri que as coisas poderiam ser ainda piores. Na falta da tinta rosa, uma professora fez todos os pais com o rosto amarelo e cabelo preto, corroborando minha percepção de que representatividade e diversidade racial não eram fatores a se considerar, ali. Infelizmente!

Nessa faixa etária, trabalhamos com muitas pinturas, desenhos e atividades de artes e sempre surge famoso “cor de pele”! Sempre pergunto aos alunos, quando se referem a esta cor: “da pele de quem estão falando? Conheço muitas cores de pele, e você? Preciso saber a que cor de pele você se refere...” Enfim! Temos muito trabalho pela frente, sempre!

Considerando que a Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, e a Lei nº 10.639/2003, que a altera e inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, não são de conhecimento pleno da maioria dos professores, torna-se urgente o debate acerca desta e o estabelecimento de estratégias para que a lei seja

Seção Treinel

cumprida efetivamente. Para isso, não bastam apenas as leis. É imprescindível coragem, energia e muito trabalho por parte dos professores.

No que se refere a documentos, tratados e decretos, o Brasil teoricamente parece estar na direção esperada na busca pela igualdade racial, mas o que podemos perceber é que na realidade esses ideais não saem dos escritos para a vida prática, com facilidade, a não ser sob muita luta.

É necessário que se mobilizem os profissionais de educação a pensar e buscar suas memórias com relação às questões étnico-raciais. Precisamos pensar sobre isso. Precisamos falar sobre isso. Através dessa reflexão, poderemos atrair o despertar para o assunto e então buscar caminhos produtivos para pesquisa e intervenção no mesmo. Torna-se relevante provocarmos o contato com as realidades hoje invisíveis, pela estrutura racista de nossa sociedade, para que, assim, olhares sejam aguçados, estimulados na direção da igualdade racial, assim como o meu foi, ao entrar em contato com a vivência de Alan, meu amigo baiano.

Vale ressaltar que, para o racismo existir e se perpetuar, não se precisa necessariamente de atitudes ou manifestações explícitas ou agressivas. O racismo se reinventa, adapta-se aos novos tempos. Muitas vezes estas manifestações são sutis, veladas, mas não menos violentas. Isso torna a questão muito desafiadora. Surgem questões que merecem nossa atenção: Como os professores estão lidando com essa demanda? Como a vivência e concepções dos professores influenciam uma prática de promoção de igualdade racial? Como as crianças entendem o pertencimento étnico-racial?

Não podemos ignorar que as vivências de nossas crianças, estabelecidas no espaço da sociedade brasileira de negação do racismo, trazem muitas consequências para seu desenvolvimento, por isso a urgência de se pensar políticas públicas que contemplem essa realidade, investindo na educação com um olhar efetivo para a igualdade racial.

Essa invisibilidade promove uma construção, por parte das crianças, de uma identidade racial baseada em conceito negativo sobre os negros, a qual acaba sendo difundida na escola e na sociedade como um todo. Essas crianças acabam por identificar as características que são valorizadas na sociedade e muitos já internalizam um ideal de “branqueamento”.

Nessa direção, podemos citar as políticas afirmativas e de construção de uma identidade positiva do negro na sociedade. É necessário que se faça: a utilização de materiais como livros paradidáticos que contem histórias com personagens, heróis e princesas negras; a utilização de bonecos e bonecas negras, trabalhando a identidade e propiciando que as crianças se identifiquem, se reconheçam e se percebam pertencentes a este grupo étnico; a confecção de cartazes com imagens de pessoas de diferentes origens étnico-raciais; a promoção da reflexão sobre a prática de reprodução de frases e brincadeiras racistas. Romper com a lógica de reprodução racista!

É ainda competência da escola orientar seu currículo no intuito de se desenvolver o princípio filosófico da diversidade de pensamento, de conteúdo ético e político que deve buscar a eliminação de práticas reducionistas que limitam,

inferiorizam e excluem os indivíduos, como o racismo, a homofobia, a xenofobia, a misoginia ou qualquer outra prática excludente.

Segundo Canen (1997), trabalhar temas como tolerância, respeito e apreciação da diversidade cultural é buscar uma educação baseada no multiculturalismo, ou seja, é quebrar a homogeneização cultural presente na escola. No entanto, falar em diversidade cultural implica falar em relações de poder na sociedade. Para essa autora, esse é um dos compromissos de uma educação transformadora, em uma sociedade multicultural como a nossa, onde a diversidade de grupos étnico culturais e sociais é reconhecida. “Há que promover uma sensibilização em professores e futuros professores para a necessidade de trabalhar currículos e práticas pedagógicas que levem em conta essa realidade” (CANEN, 1997, p. 481).

Indubitavelmente, a educação não pode eliminar todas as desigualdades da sociedade, mas ela pode, no entanto, colaborar na construção de uma percepção de igualdade entre os seres humanos, pois segundo Paulo Freire: “*Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.*” (1987, p. 87).

Referências

CANEN, Ana. **Formação de professores: diálogo das diferenças.** Ensaio: Avaliação, Políticas Públicas Educacionais. Rio de Janeiro, v.5 n.17, p.477-494, out/dez, 1997.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do Silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil.** 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 1998.

_____. **Veredas das noites sem fim: um estudo com famílias negras de baixa renda sobre o processo de socialização e a construção do pertencimento racial.** Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, 2003.

DIAS, Lucimar Rosa. **Diversidade étnico-racial e Educação Infantil.** Três escolas, uma questão, muitas respostas. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

_____. **No fio do horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo [tese de Doutorado].** São Paulo: Universidade de São Paulo -- Faculdade de Educação, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Carta aos “Vendados Irmãos Brancos”

João Antonio Prado Gonçalves Raia de Oliveira

Caros Irmãos Brancos,

Venho, por meio desta, encarecidamente prestar algumas satisfações sobre o que eu fiz por crescer inserido na sua cultura, absorver sua história como ovelha mansa e como isso me fez pensar e agir em relação aos meus Irmãos Negros.

Para começo de conversa, eu sou um homem e fui ensinado a me identificar como homem e branco. Cresci em uma família pouco abastada, mas ainda dita tradicional, com ensinamentos ditos cristãos, ainda que não fosse. Fui ensinado em uma escola com parâmetros curriculares eurocêntricos, ainda que também não fosse. Fui doutrinado a acreditar que negros: eram pobres, porque não se esforçavam o bastante; que cheiravam mal, por falta de asseio; que tinham traços estéticos feios, porque não seguiam o padrão de beleza branca; que eram amaldiçoados, por serem imorais. Vejam bem, irmãos brancos: uma criança sendo bombardeada por preconceitos tão frequentemente e que não eram discutidos.

Alcançando essas estruturas, ao ganhar uma parcela de maturidade, fui apresentado a um novo conceito: raça. A raça que, aos meus olhos, era uma, transfigurou-se em várias. A raça que se apresentava humana, tornou-se branca, amarela, preguiçosos e escravos (com ênfase hierárquica na branca). Então, a partir da raça, houve o racismo. “Racismo não existe!”, eu ouvia sempre. “Preto é favelado, é escória, é sub-raça”, repetiam. “Os escravos só eram escravos, porque se vendiam”, declaravam ano após ano na escola. As informações eram tratadas de forma tão natural e corriqueira, que era um conhecimento comum a todos.

A frente disso, conheci, na universidade, um mundo mais amplo. O mundo onde os negros pobres coitados não conseguem alcançar, porque são inferiores. O mesmo mundo das injustas e racistas cotas raciais, onde “todos são iguais perante a lei”. Entretanto, para minha surpresa, caros irmãos brancos, na universidade tinha negros. Professores negros que contavam outras histórias. Contaram-me histórias sobre abusos e violências, sobre invasões e verdadeiros extermínios culturais. Imaginem vocês como tamanha foi minha surpresa ao descobrir que os europeus não faziam tráfico de escravos, mas sim sequestro e tráfico de pessoas negras que foram escravizadas. Como me chocou ao entender que povos inteiros foram exterminados em prol do lucro alheio e branco. Eu entrei em choque com minha própria identidade ao entender que meus caros irmãos brancos foram capazes de tantas atrocidades. Maior ainda foi o choque ao reconhecer que tenho ancestrais negros e que eles sofreram essa violência. Minha depressão ao cair em mim que minha divindade Iemanjá era a mesma mãe do povo que meus irmãos brancos massacraram. A pior parte foi quando eu entendi que estava reproduzindo diariamente o mesmo massacre, quando todos os dias acatava o senso comum de tudo que estava sendo idealizado para meus irmãos negros.

Seção Treinel

As coisas ficaram complicadas, caros irmãos brancos. Eu tive vergonha da minha própria existência e falta de humanidade. Como pude estar tão cego ao que é notório e nocivamente repetido todos os dias? Como pude estar alheio às circunstâncias que meus irmãos negros foram submetidos por todos esses anos? Foi quando eu entendi: eu estive vendado por um tecido muito costurado por vocês, caros irmãos brancos. Uma venda tão bem feita que não me tapava os olhos, mas que me permitia ver muito bem pelas suas cores. Ou melhor, pela sua cor: Branca.

Devido ao acima exposto, Vendados irmãos brancos, que me disponho a escrever-lhes essa carta, pois tenho o dever de lembrá-los de suas vendas. Exatamente isso: lembrá-los! Porque essa venda é exposta, é sabida e não há necessidade para alertas de suas existências. A venda da branquitude é uma venda muito bem clara, não está oculta, porém suas costuras são feitas com esmero e por muitos séculos, de tal modo que ela se faz esquecer. Seus bordados foram tão bem calculados e esquematizados que nos trazem constantemente a ilusão de que sempre foi assim, mesmo tendo a consciência lógica do contrário.

Vendados Irmãos Brancos, o racismo existe e existe o tempo todo. O racismo mata, dizima famílias e povos, extermina a história e a cultura de uma forma irreparável. O racismo é o ponto-cruz dessa venda, porque é a partir disso que a venda é costurada. A imposição da supremacia branca na sociedade é a linha base que avança do centro às margens da venda, unindo todos os retalhos. A doutrinação unilateral na educação é um retalho importante para manter as vendas no lugar. O controle sobre a história e a aculturação imposta aos negros sobre suas raízes formam retalhos para diminuir a força desse povo, onde quer que estejam. A demonização de suas religiões, tão ricas e antigas, é a forma de montar sua fé e convertê-los às ideias dos brancos. A falta de acesso à dignidade, saúde e educação é o retalho final que impede aos negros o acesso às ferramentas que lhes dão voz para lutar.

Então, Vendados Irmãos Brancos, eu os culpo por criar essa venda. Eu os culpo por terem sido inescrupulosos com todos, negros e brancos, por todo sofrimento que causaram. Eu os culpo pela negligência e pela crueldade. Eu também me culpo por não a ter notado antes, mas não basta notar a venda. Eu, como branco, tenho a obrigação de lembrá-los constantemente da existência dessa cruel venda branca até que possam retirá-la genuinamente e permanentemente. E até lá, vendados irmãos brancos, eu estarei lutando com meus irmãos negros para que essa venda nunca mais cubra meus olhos, tampouco daqueles que eu alcançar, pois como branco, eu tenho uma dívida muito grande e velha para saldar.

Com pesar, mas sem esmorecer, eu os convido, vendados irmãos brancos, a retirarem suas vendas e lutar por uma sociedade onde realmente haja respeito, igualdade e dignidade, para que não sejam mais vendados e possamos ser juntos irmãos negros, brancos e acima de tudo humanos.

Atenciosamente,

João Antonio Prado Gonçalves Raia de Oliveira.

“*Eu também sou pobre e não escolhi o crime*”: o individualismo racista da fragilidade branca.

Juliana Vinuto

Algumas frases clichês são utilizadas para supostamente resolver de maneira simples problemas que são complexos, históricos e estruturais. Um desses chavões é o que intitula este artigo, utilizado usualmente por pessoas que afirmam também terem experienciado uma infância pobre e, ainda assim, não “escolheram” o crime, o que indicaria que pessoas que cometem infrações o fizeram por falta de caráter. A palavra *escolha* tem importância analítica aqui, já que revela um processo de deliberação, na qual há sempre opções colocadas. As pessoas que lançam mão deste argumento analisam sua própria trajetória, observam que tiveram algumas opções de vida e, a partir destas, puderam se distanciar do mundo do crime. Segundo esse argumento, qualquer adolescente pobre, seja branco ou não, terá experiências, desafios e possibilidades semelhantes, o que supostamente revelaria que o crime é uma escolha individual e, portanto, deve ser punido sem atenuantes.

Almejo discutir aqui o conceito de *fragilidade branca* proposto por Robin DiAngelo a fim de pensar como pessoas que utilizam apenas sua própria história de vida para analisar a vida das demais, acabando por des-historicizar contextos de vulnerabilidade, fortalecendo formas racistas de entender a sociedade brasileira.

Oracy Nogueira (2007) já nos alertou sobre a especificidade do racismo brasileiro, que é baseado em um preconceito de marca, ou seja, baseia-se na discriminação relacionada à aparência física dos indivíduos. Nogueira opõe nosso preconceito ao existente nos Estados Unidos, no qual há um preconceito de origem, no qual a descendência dos indivíduos irão posicioná-lo dentro da hierarquia racial. No Brasil, aparência; Nos Estados Unidos, descendência. Nesse sentido, o racismo no Brasil se baseará no colorismo, ou seja, quanto mais traços negroides uma pessoa tiver – como tom escuro de pele, nariz mais largo, dentre outros –, maior discriminação essa pessoa sofrerá.

Acredito que o termo *fragilidade branca*, construído a partir da experiência estadunidense, ainda assim pode nos ajudar a pensar as relações raciais em contextos de colorismo. Em especial, penso que este conceito nos ajudará a entender os pressupostos e efeitos da afirmação “*Eu também sou pobre e não escolhi o crime*”.

A fragilidade branca

Quando pensamos em racismo, estamos muito mais acostumados a ler trabalhos sobre negritude do que sobre branquitude, apesar do fenômeno do racismo ser relacional e, portanto, ser construído a partir de ambas as dimensões. A branquitude vem sendo estudada desde W. E. B. Du Bois (*The Souls of Black Folk* de 1903 e *Black Reconstruction in America* de 1935) e Franz Fanon (*Peau noire, masques blancs* de 1952), mas foi nos anos 1990 que este campo de estudos ganhou força, sobretudo com a publicação de Theodore W. Allen, *The Invention of the White Race* (o volume 1 publicado em 1994, e o volume 2 em 1997). Em comum, todos os trabalhos almejam discutir como as identidades brancas eram socialmente construídas tanto quanto as demais identidades, apesar da aparência de universalidade e normalidade das primeiras. Nesse sentido, os autores concordam que a branquitude enquanto suposta universalidade emergiu em instituições coloniais e escravocratas, acarretando em muitos privilégios para o povo branco da época, privilégios herdados de alguma forma por seus descendentes até hoje.

Na década de 2000 os estudos sobre branquitude ganham notoriedade no Brasil (CARDOSO, 2014), sobretudo com o trabalho de Edith Piza (*Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu*, de 2000 e *Porta de Vidro: entrada para branquitude*, de 2002), que pensaram racialmente a branquitude brasileira, descrevendo seu papel fundamental para as hierarquias raciais. Se concordamos com a definição proposta por Lourenço Cardoso de que a branquitude é “um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, e materiais palpáveis que colaboram para reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e o do racismo” (CARDOSO, 2011, p.81), poderemos observar que os estudos sobre racismo tem muito a ganhar ao focalizar os efeitos da branquitude nas relações raciais.

Gostaria de discutir neste pequeno texto um conceito que me parece potente para pensar branquitude no Brasil. Robin DiAngelo cunhou o termo *fragilidade branca* (2011) para analisar o comportamento de pessoas brancas quando tem suas ideias sobre racismo confrontadas por outras narrativas, notadamente aquelas construídas por não-brancos. Segundo a autora, muitos brancos nascem e crescem em um ambiente que os isola do debate sobre racismo, nunca tendo a oportunidade de pensar seus privilégios, e consequentemente nunca questionando as formas que contribuem para a opressão do povo negro, algumas vezes sem perceber. Mesmo quando residem em bairros pobres, muitos brancos não acessam opiniões de pessoas negras nem narrativas que questionam seu papel na reprodução do racismo. Tal contexto faz com que pessoas brancas sintam-se desajustadas em discussões que debatam a forma estrutural do racismo, ou seja, que discutam os benefícios que qualquer branco obterá em uma sociedade hierarquizada racialmente.

DiAngelo afirma que muitos brancos tem uma postura defensiva de recusa do debate quando se veem obrigados a pensar de forma racializada sobre sua própria vida, usualmente reagindo com negação ou silenciamento. Como se consideram, implícita ou explicitamente, como modelos universais de seres humanos, demonstram inabilidade para ouvir qualquer debate racial que seja centrado sobre o papel do branco na exclusão dos não-brancos, ou seja, quando são convocados a

Seção Treinel

pensar seus privilégios de raça na reprodução da estrutura racista. Segundo DiAngelo (2011, p. 60, tradução livre):

Em outras palavras, as pessoas de cor são quase sempre vistas como “tendo uma raça” e descritas em termos raciais (“o homem negro”), mas os brancos raramente o são (“o homem”), permitindo que brancos se vejam como objetivos e não-racializados. Por sua vez, ser visto (e nos ver) como indivíduos fora de uma dada raça liberta os brancos da carga psíquica da raça em uma sociedade totalmente racializada. A raça e o racismo tornam-se problemas deles (dos negros), não os nossos (dos brancos).

Neste contexto, muitos brancos ficam particularmente incomodados frente à narrativas que destacam seus privilégios no acesso desigual à ascensão social, sobretudo quando se questiona a ideia de meritocracia, tese que permite o conforto de acreditar que tudo o que pessoas brancas conquistaram foi única e exclusivamente próprio esforço, sem questionar o contexto de oportunidades que é disponibilizado para algumas populações em detrimento de outras.

Assim, o ambiente social isolado no qual brancos são protegidos da obrigatoriedade de pensar sobre seu comportamento na reprodução do racismo cria um contexto de conforto e, por sua vez, não os equipa para experienciar discussões sobre racismo, causando um forte estresse quando são obrigados a fazê-lo. Esse estresse acarreta em atitudes que visam cessar o debate, como manifestações de culpa, raiva e medo que visam reestabelecer o conforto racial com o qual eles estão acostumados a viver.

O privilégio branco de não discutir, estudar e entender racismo retira a obrigatoriedade de se posicionar sobre questões raciais e, como consequência, sentem-se inseguros nas raras situações em que são convocados ao debate por pessoas não brancas. Tal situação revela um mecanismo da fragilidade branca para manter seu conforto racial, no qual brancos confundem desconforto com falta de segurança e bloqueiam o debate a partir de algumas posturas específicas, usualmente indicando os demais participantes do debate como agressivos:

A linguagem da violência que muitos brancos usam para descrever empreendimentos anti-racistas não é sem significado, pois é outro exemplo da forma como a Fragilidade Branca distorce e perverte a realidade. Ao empregar termos que conotam abuso físico, brancos citam o clássico discurso que definem pessoas de cor (particularmente afro-americanos) como perigosas e violentas. Este discurso perverte a direção real do perigo que existe entre brancos e não-brancos. A história da brutal, extensa, institucionalizada e contínua violência perpetrada por brancos contra pessoas de cor - escravidão, genocídio, linchamento, chicoteamento, esterilização forçada e experimentação médica, para mencionar alguns - torna-se profundamente banal quando os brancos afirmam que não se sentem seguros ou estão sob ataque quando simplesmente estão em uma rara situação de falar sobre raça com pessoas de cor (DIANGELO, 2011, p. 65, tradução livre).

Quando são desafiados a sair do privilégio de não ser questionado sobre

Seção Treinel

racismo e a ouvirem novas interpretações construídas por não brancos, muitos brancos simplesmente descartam essas novas perspectivas, mesmo quando informadas por dados empíricos. Assim, ao invés de reconhecer que não estão familiarizados com o tema e que precisam pesquisar e ouvir mais sobre o assunto, costumam simplificar a discussão sumarizando com frases como “tudo é questão de esforço individual”, que algumas experiências “também são vivenciadas por brancos pobres”, ou que “há apenas raça humana”. DiAngelo (2006, p. 56, tradução livre) afirma que:

Devido aos fatores discutidos anteriormente, há muito sobre o racismo que os brancos não entendem. No entanto, em nossa arrogância racial, não aceitamos debater o conhecimento das pessoas que viveram, respiraram e estudaram esses problemas por muitos anos. Nos sentimos livres de descartar essas perspectivas informadas ao invés de ter a humildade de reconhecer que não nos são familiares, refletir mais sobre eles ou procurar mais conhecimento. Nós trivializamos a inteligência e a experiência dos outros e as contornamos com trivialidades simplistas que muitas vezes começam com “As pessoas só precisam de...”

Brancos são receptivos ao debate racial apenas quando conseguem identificar indivíduos específicos como racistas, mas dificilmente admitem uma estrutura racista que lhes concede privilégios, e quando este ponto é colocado em debate, se manifestam para reestabelecer o conforto racial e acabar com a situação de estresse. Tal fragilidade em ouvir narrativas que implicam brancos na reprodução do racismo cria uma demanda por parte destes de serem julgados apenas por suas intenções, e não pelos efeitos de seu comportamento. Por exemplo, quando alguém faz uma piada ou um comentário racista e é questionado, afirma que não foi sua intenção e almeja ser avaliado a partir disso, e não a partir do desconforto que ao comentário causou. Ou quando pessoas afirmam que também foram pobres e não escolheram o crime, sem levar em conta como essa frase desconsidera o peso do racismo na vida de não-brancos, que agrava qualquer situação de opressão. Isto é, brancos acreditam que se não tiverem um objetivo declaradamente racista não podem ser considerados enquanto tal, se desresponsabilizando das consequências de suas afirmações. Talvez por isso, todo mundo conheça um racista, mas ninguém se considere enquanto tal.

O individualismo racista da fragilidade branca.

DiAngelo considera o discurso do individualismo uma das principais barreiras que impedem pessoas brancas, bem intencionadas ou não, de entenderem o racismo. Para a autora, tal discurso é um grupo específico de ideias, palavras e símbolos que cria, comunica, reproduz e reforça a tese de que cada pessoa é um indivíduo único e que associações como raça, classe ou gênero não são relevantes para as oportunidades de ascensão social. Assim, o fracasso não é visto como uma consequência de um sistema, mas como falha individual, desconsiderando a história e as formas em que a riqueza foi distribuída e acumulada ao longo das gerações para beneficiar os brancos até hoje.

DiAngelo lista uma série de dinâmicas que revelam o quanto pensar em termos individuais pode ter consequências racistas, já que reproduz estruturas de

Seção Treinel

poder que beneficiam a população branca em detrimento das outras populações. Assim, o individualismo reproduz o mito da meritocracia, mas apenas quando brancos ocupam posição de poder, já que quando alguém não-branco ocupa tal lugar, há uma queixa de isso ocorreu apenas por erro, interesses escusos, piedade, ações afirmativas, etc. Pensar a meritocracia como um privilégio branco revela um pressuposto de que negros são inerentemente não qualificados para trabalhos que interessam os brancos, ou seja, há uma convicção profundamente internalizada de que as únicas pessoas qualificadas são brancas.

Ademais, pensar em termos individualistas oculta a acumulação de riqueza entre gerações, desconsiderando que muitas famílias enriqueceram com a escravidão, proporcionando heranças a seus descendentes, enquanto que famílias negras herdaram apenas a precariedade que a escravidão causou aos seus antepassados. Nesse sentido, o individualismo só pode se basear no desconhecimento dos padrões de desigualdade que se desenvolvem em diferentes momentos históricos e em diversas partes do mundo. Além disso, o individualismo desconsidera o poder da mídia dominante e da socialização coletiva para moldar nossas perspectivas, como se fosse possível não ser influenciado pelas implacáveis mensagens raciais que recebemos diariamente em filmes, propagandas, livros didáticos, professores, familiares, etc.

Por fim, outro ponto que indica como o discurso individualista pode ser racista é que ao negar o significado que a raça tem para aqueles vistos como racializados, brancos nunca precisam levar em consideração as vantagens que adquiriram por conta de sua branquitude, vantagens que ocorrem mesmo em situações de vulnerabilidade e pobreza. É este o contexto no qual o argumento “eu também sou pobre e não escolhi o crime” pode ser reprodutor de racismo: ao lançar mão de uma experiência pessoal que, a princípio, é conhecida apenas por aquele que fala e, portanto, não pode ser contestada, desconsidera-se a atual estrutura de poder, que foi construída nos últimos séculos, que hierarquiza pessoas por conta de seu suposto pertencimento racial. Quando uma pessoa traz informações sobre o racismo e é contestada com uma experiência pessoal, revela-se um movimento no qual almeja-se desestabilizar a autoridade da pesquisa empírica a fim de proteger as opiniões pessoais. Trata-se de um movimento de recusa do debate que almeja manter brancos confortáveis, protegidos do debate racial, mantendo o privilégio de não se implicar na problemática e reproduzindo a ideia de que todos os pobres terão sempre as mesmas oportunidades, o que é uma grande falácia.

A própria DiAngelo, que é branca e teve uma infância de fortes privações sociais (2006), discute como o privilégio branco a colocou numa situação de vantagem com relação aos seus vizinhos negros, mesmo quando sentia vergonha pela sujeira na qual estava inserida por conta de sua situação de vulnerabilidade social. A autora afirma que (2006, p. 54): “Ao refletir sobre as primeiras mensagens que recebi sobre ser pobre e Branca, agora percebo que minha avó e eu precisávamos de pessoas de cor para nos limpar e nos realinhar à cultura branca dominante, da qual nossa pobreza nos separou”. Assim, tendo a pensar que quando uma pessoa pobre faz esse tipo de afirmação, almeja ressaltar sua própria normalidade a fim de se aproximar de um grupo considerado superior moralmente, mas ao desconsiderar que na pobreza há intersecções de raça que dificultam ainda mais a vida de negros pobres, acabam por fortalecer a estrutura racista de opressão.

Seção Treinel

Enfim, sigo com DiÂngelo ao afirmar que problematizar o privilégio de raça não invalida outras opressões, ou nos torna pessoas piores numa luta entre bandidos e mocinhos. Apenas nos ajuda a encarar de frente o racismo, nos dando ferramentas mais potentes para lidar com suas consequências. Como diz a autora (2006, p. 52):

Para Brancos que experimentam opressão em outras áreas de nossas vidas (como classe, gênero, religião ou orientação sexual), pode ser difícil centrar um local através da qual vivenciamos privilégios. Ao liderar as discussões em cursos de educação multicultural, creio que estudantes brancos muitas vezes resistem à centralização do racismo em suas análises, sentindo que fazê-lo invalida suas opressões. Esses alunos também sentem que essas opressões os tornam "menos" privilegiados racialmente. No entanto, ao invés de diminuir meu privilégio de raça, minha localização de classe oprimida foi uma primeira avenida através da qual eu entendi o que significa ser branco.

Referências

- ALLEN, Theodore W. **The invention of the White race, vol. 1.** London and New York: Verso, 1994.
- _____. **The invention of the white race, Vol. 2: The origin of racial oppression in Anglo-America.** London and New York: Verso, 1997.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, 2010.
- _____. **O branco ante a rebeldia do desejo:** um estudo sobre a branquitude no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2014.
- DIANGELO, Robin. White fragility. **The International Journal of Critical Pedagogy**, v. 3, n. 3, 2011.
- _____. My class didn't trump my race: Using oppression to face privilege. **Multicultural Perspectives**, v. 8, n. 1, p. 51-56, 2006.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. **The souls of black folk.** Oxford University Press, 2008.
- _____. **Black reconstruction in America:** An essay toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880. Oxford University Press, 1935.
- FANON, Frantz; **Peau noire, masques blancs.** Paris: Editions du Seuil, p. 118-119, 1952.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007.

Seção Treinel

PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. GUIMARÃES, A. SA; HUNTLEY, L. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, p. 97-126, 2000.

_____. Porta de vidro: entrada para a branquitude. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, p. 59-90, 2002.

Impressões de uma branca sobre o curso NEAB

Lílian Zimbardi

Creio que minha colaboração, em relação às impressões que tive no curso, é insipiente diante das reais vivências dos participantes negros no curso, mas gostaria de relatar a experiência de uma branca que é contra as posições racistas que levam ao processo de exclusão do negro. Então quero falar um pouco da branquitude crítica, ou seja, aquela que se refere ao indivíduo ou grupo branco que desaprova publicamente o racismo.

Inicialmente fiquei chocada quando, em uma das aulas, a professora disse que um branco nunca poderá lutar como um negro que sentiu na pele a dor do racismo. Senti-me como se estivesse sendo excluída do processo de luta, mas depois entendi a questão do racismo estrutural e que, de fato, nunca sentirei na pele o que um negro passa. Fala tão óbvia da qual ainda não me tinha apercebido. Em verdade posso me sentir como mulher, que sofre as consequências do machismo, ou, em função de minha idade, sentir o preconceito sobre esta questão, posso até vivenciar outros processos de exclusão, mas não esse. No entanto, isso não impede que eu tenha um pensamento crítico em relação às questões raciais e que queira me posicionar politicamente sobre o fato. Nem tão pouco me desautoriza a querer aprofundar meu conhecimento sobre a questão para ter um melhor engajamento, através de divulgação da questão ou outras atitudes que possam colaborar com o antirracismo.

No início do curso, pensava que, no Brasil, a questão racial era muito mais social do que em relação à raça. Acreditava, com meu pensamento de branca e ignorância, que um negro com elevada posição social não sofreria tanto preconceito, no entanto, a partir do filme trazido por Flávia e Sandro e depois sendo adicionadas outras falas, vi que esse contexto é mais um em que os brancos e as forças dominantes sociais se inserem para dizer que o preconceito é mais social do que racial e, desta forma, abafar os movimentos de luta racial. Neste sentido, muito me comoveu a fala de uma colega, de quem não sei o nome, que me declarou que, mesmo estando no mestrado, sofria preconceito, processo de exclusão e humilhação. Eu realmente acreditava que um negro com mestrado ou doutorado sofreria menos a dor do racismo.

Sim, sou branca ou talvez não e não saiba, já que meu cabelo liso não é tão liso assim, mas não é por isso que vou deixar de querer me somar a esse grito dos negros corajosos, lutadores, inteligentes e especiais que tantos ensinamentos nos trazem. Afinal, se ideologicamente sou a favor de uma sociedade mais justa, como posso me calar diante de tantas injustiças? Como posso deixar de buscar enxergar meus próprios pensamentos imbuídos dessa hegemonia que sequer por vezes percebo? Como posso me calar?

Seção Treinel

Essa é a pequena contribuição que posso dar diante de tantos aprendizados que tive e que nem todos estão colocados nessas poucas expressões e impressões escritas. Na verdade, o que se somou ao meu ser individual, em termos de aprendizado, não é 20% do que escrevi.

Para finalizar, gostaria de colocar a fala de uma socióloga, Marília Moschkovich, branca, engajada na luta racial e feminista, que traduz de certo modo o meu pensamento:

Quando nascemos, nós, pessoas de pele e fenótipo socialmente lido como “brancos” (doravante aqui denominados apenas “brancos”, pra facilitar a leitura) somos ensinados que existem pessoas negras. Somos ensinados que têm a pele diferente da nossa. Em todas as formas de transmissão de cultura – escola, televisão, conversas em família, entre outros – a cor da nossa pele nunca é tratada como uma questão. É como se não tivéssemos cor. Nesse pensamento está baseada a expressão racista “pessoa de cor”, que pressupõe que nós brancos e brancas não temos cor.

Sem perceber, passamos a vida acreditando verdadeiramente nessa mentira. Quando conseguimos alguma coisa, não associamos a conquista à nossa identidade ou classificação racial, mas a um mérito individual que simplesmente não existe. Isso não quer dizer que nenhum de nós brancos sejamos bons no que fazemos, calma aí. Significa apenas que uma pessoa negra tão boa quanto, ou melhor, ficou de fora na seleção em que nós passamos. Por diversos motivos. Foi quando tomei contato com o feminismo negro de Patricia Hill Collins e Bell Hooks que tomei consciência (não, não é um trocadilho) desses motivos. (MOSCHKOVICH, Marília.)

Ainda sou mera aprendiz no processo de luta feminista ou racial, mas tudo tem que ter um início e o curso do NEAB me ajudou a entender um pouco mais sobre esse processo e essas questões.

Referência

MOSCHKOVICH, Marília. Consciência Negra para feministas brancas. **Carta Capital**, São Paulo, 20 de nov. 2013. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/consciencia-negra-para-feministas-brancas-7583.html> >. Acesso: 05.01.2017.

Carta

Marcus Eduardo

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2017.

Cara professora Lívia.

Fiquei muito contente com a possibilidade de escrever uma carta como trabalho final do III Curso estudos Afro-Brasileiros e Socioeducação - “Ampliando nossos olhares sobre Movimentos Antirracistas”. Desde o primeiro encontro, com a exibição do filme, “O lá e o aqui” sobre a percepção de estudantes Africanos em relação ao mito da democracia racial brasileira, senti que o curso me demandaria uma sobrecarga emocional muito grande, lembrei de situações vividas no dia a dia, do racismo cotidiano que muitas vezes me fez mesmo questionar se não era paranoia minha, mania de perseguição ou coisa assim. Mas muito cedo minha mãe negra, cozinheira de Estaleiro, me perguntaria quantas crianças iguais a mim havia na sala de aula? Ela formularia essa pergunta, pois eu era bolsista de um Colégio particular, um Colégio onde ela já sabia qual seria a minha resposta... “_Na minha sala só tem eu mãe...”. “_Só tem você pretinho assim?...” “ _É mãe...” E então ela desfiava o Rosário, Rosário de como deveria ser meu comportamento e eu seguia. “Estude mais, seja o melhor, o mais educado, nunca vá sujo ou fale alto, peça desculpas mesmo se estiver certo, corte bem baixinho esse cabelo, documento no bolso, a gente é preto meu filho, tem que andar bem direitinho, saber se comportar”.

As roupas que usávamos na nossa religião eram secas em um varal escondido, atrás de casa, num lugar onde os olhos dos vizinhos não alcançassem e pudessem ver. “Não precisa ninguém saber isso filho, isso é uma herança nossa, uma coisa nossa”, “Não precisa ninguém saber que você é de Candomblé filho, bota o Fio de Contas no bolso e vai pra Escola, que Òssalá te abençoe”, “Às vezes meu filho, as pessoas não entendem, a gente tem de compreender”. E assim fui sendo educado a ser negro, e, que por ser negro, eu deveria ter um comportamento que fosse diferente dos outros, era como de certo modo se eu fosse natural, se agisse normalmente, poderiam perceber minha negrura e aí sim seria mal tratado, mas se eu me comportasse bem, se eu conseguisse ser o melhor, então eu teria de ser tratado igualmente, ser o melhor para mostrar aos outros que eu não era diferente, que eu não era inferior, meus primeiros anos na Escola foram assim...Os outros também...Sempre bolsista, sempre com a pressão de ter de ser melhor. Pedro Paulo Soares, poeta negro brasileiro, conhecido como Mano Brown, trata da questão de crescer com essa pressão em sua vida no poema “Negro Drama” e Frantz Fanon no seu livro “Pele negra máscaras brancas” também nos convida a pensar na dor de ser negro quando diz: “ Por mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco.” E quantas manobras emocionais e práticas mirabolantes um homem negro tem de fazer para se comportar de um modo que o faça ser aceito numa sociedade em que vigora um sistema racista? Se: “O belo, o bom, o justo e o verdadeiro são brancos” Se: “O branco é, foi e continua sendo a manifestação do Espírito, da Idéia, da Razão.” Se: “O branco, a brancura, são os únicos artífices e legítimos herdeiros do progresso e

Seção Treinel

desenvolvimento do homem.” Se eu vivo em uma constituição social em que “eles são a cultura, a civilização, em ultima palavra a humanidade.”

Que tipo de música eu posso ouvir? Qual a religião eu devo professar? O que será o que eu posso usar enquanto vestimenta para não ser “confundido” com “a descrição do elemento marginal” e me tornar mais um “caso isolado” de violência no imaginário popular e policialesco? E tendo em vista o fato de que eu nunca alcançarei a condição de branco, a branquitude que traz em si mesma o salvo conduto social, levando-se em consideração que mesmo sendo o tempo todo instado a obter tal condição e padrão de comportamento, fico a pensar quanta auto violência se faz necessária para burlar o racismo que há nessas situações e na frustração desta dualidade.

Ouvi também em outra aula que “o corpo negro é passível de todas as atrocidades” e fiquei perplexo com a dificuldade que algumas pessoas têm em entender que oito meninos pretos, mortos queimados e mais dezenas com sequelas permanentes é muito menos grave quando acontece numa Unidade do DEGASE do que seria se acontecesse-se em um Colégio como o São Bento, por exemplo.

Quem são os meninos e meninas que trancamos diariamente nas celas de nossas Unidades e que vão ser minados de todas as suas esperanças de romper com as doenças sociais e vicissitudes malfazejas com que convivem desde a primeira infância, serão negros? Serão ainda em sua maioria herdeiros das mazelas históricas do último país a abolir a escravidão no mundo? Como grupos de quatorze, quinze, vinte homens controlam os números estratosféricos de meninos e meninas em nossas Unidades? Mãos para trás, cabeças baixas e raspadas, refeitórios lotados onde os meninos têm de sentar em bancos de cimento, em cima de sua mão esquerda para que caibam mais meninos sentados? Viaturas lotadas, celas lotadas? E não me permito o subterfúgio e eufemismo de chamar nossas celas de alojamentos. Estão acabando com a esperança e com a vida da juventude negra brasileira e o nosso Órgão faz parte da engrenagem que mói carne negra no nosso Estado. Violência será esse o nosso único caminho? A nossa única pedagogia? “A violência parece-nos a pedra de toque, o núcleo central do problema a ser abordado. Ser negro é ser violentado de forma contínua e cruel sem pausa ou repouso” Será diferente disso o tratamento dado ao menino negro interno no DEGASE? Quem são os nossos meninos? Serão eles os filhos das favelas, das vielas e becos onde se finaliza o tráfico de drogas? São eles os traficantes? Ou seriam pequenos varejistas do grande e milionário esquema do verdadeiro tráfico e guerra as drogas? Seria a “guerra as drogas” uma desculpa para se matar homens negros de ambos os lados da “guerra”? Termino o curso com mais questionamentos do que quando comecei, termino o curso mais consciente e com a certeza de que iniciativas como essas são mais profícuas do que cursos com spray de pimenta ou coisas parecidas, termino o curso levando comigo Fanon, Malcon, Angela Davis, Lélia Gonzalez e muitos mais, termino o curso com mais três livros sobre o tema para ler e com o sentimento de que sempre fui ativista sem saber.

Atenciosamente, Marcus Eduardo.

Relato de experiência

Rosângela Alves Garcia

Há vinte anos, iniciei minha carreira de Assistência Social no serviço público. Nunca esquecerei o desconforto moral e a angústia existencial que se instalaram em mim desde os primeiros dias de trabalho no DEGASE.

A imagem impactante: umas duas dezenas de adolescentes sentados no chão e de cabeças baixas. Aguardavam a triagem para habitarem os alojamentos. Ah! Os alojamentos, superlotados, escuros. Sujos e com um cheiro insuportável que misturava suor, sêmen e urina, entre outras coisas.

Por alguma razão ancestral e/ou solidária, naquele lamentável cenário, vislumbrei o que foram os porões dos navios negreiros e as senzalas. Assim sendo, até hoje me percebo frente ao questionamento íntimo: Qual o meu papel nesse nefasto contexto? Sinhazinha? Feitora? Encarcerada? Justiceira? Abolicionista? Estava eu, entre os adolescentes, suas famílias, a instituição e o poder público. Todos portadores de direitos e deveres, diversos e até antagônicos que caberia a mim intermediar.

Todas as teorias e filosofias, presentes em minha formação acadêmica, dificilmente dariam conta dessa utópica missão. Entendi que, por mais que fundamentasse meus relatórios e pareceres técnicos, em nada tal realidade poderia ser transformada. Trata-se de um dilema social, forjado por interesses econômicos e políticos hegemônicos. Consolidados em milênios de história civilizatória. Portanto, precedem as instituições pelas quais passei e me encontro. A questão é estrutural, presente na cognição de todos, inclusive na minha.

A criminalização da pobreza, o encarceramento e a banalização do genocídio da juventude negra tem nome. Seu nome é Racismo, ou seja, a discriminação social baseada no conceito de que existem diferentes raças humanas e que uma é superior às outras. Esta noção tem base em diferentes motivações, em especial as características físicas e outros traços do comportamento humano. Consiste em uma atitude depreciativa e discriminatória não baseada em critérios científicos em relação a algum grupo social ou étnico.

Além de todos os “ismos” a que está exposta a clientela da instituição, o racismo é o determinante perverso e velado que permeia o sistema e o processo socioeducativo. Não representando diferença significativa no campo social que se humanize o atendimento, oriente sobre direitos e deveres ou desenvolva projetos para promoção social.

Em 13 de maio de 2015, lança-se o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Novo DEGASE (NEAB-ND). Enunciando que o “combate ao racismo é a preocupação primeira de nosso grupo. Nossa intenção é tornar o NEAB-ND um pilar da promoção da igualdade racial no Sistema Socioeducativo. Nessa perspectiva, estamos promovendo ações que contribuam para a valorização, difusão e preservação de culturas negras bem como apresentar outra África, ressaltando as

Seção Treinel

suas contribuições para a história universal, destacando a participação de seus heróis e de sua cosmogonia. Nosso intento vai ao encontro do consignado na Lei 10.639/2003, em processo de consolidação no sistema de educação. Estamos na luta para efetivarmos no Brasil uma cultura de respeito aos Direitos Humanos e às diversidades, superando, assim, práticas de discriminação racial, ainda vigentes”.

Instaura-se um espaço de luta antirracial na Socioeducação, ainda que de forma tardia. O racismo estrutural deve ser enfrentado em todo o Sistema Sociojurídico. No Brasil e no mundo, a luta contra o racismo e todas as suas manifestações, requer reconstrução cognitiva, cultural, social e estrutural do mundo civilizado.

Tenho acompanhado com interesse e entusiasmo, ainda que em processo de construção, os movimentos, os coletivos, os grupos, os cursos e etc. Tantas frentes de luta, tantos desejos de justiça, tantas esperanças, tantos marcos históricos e legais. No entanto, tanto ainda há por fazer, o caminho é longo, extenso, movediço, sofrido, mas possível.

E ser possível é o máximo.

Sei que não verei o DEGASE que sonhei, não colherei os frutos das sementes que plantei e não importa. Fiz a minha parte e o meu melhor. Decidi ser abolicionista, esse é o meu papel.

O Escudo

Sérgio Rogério dos Santos

Ao ser apresentado ao curso que seria ministrado pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiro do Novo DEGASE, pensei na possibilidade de adquirir 40 (quarenta horas) para minha progressão de nível, para tanto fiz minha matrícula e dirigi-me à Escola de Gestão Paulo Freire.

Ao chegar, deparei-me com um pequeno grupo de servidores e não servidores (dois) deste insigne Departamento. Foi distribuído um cronograma das aulas a serem ministradas, assim como o conteúdo programático.

Ocorreram mudanças no cronograma durante o curso, todavia, ao meu sentir, não perdemos a essência dos conhecimentos transmitidos.

Todas as aulas ministradas, assim como a fala dos colegas foram importantes para minha reflexão, tanto as que me despertaram indignação, como as que me comoveram.

Não posso afirmar se foi bom ou ruim reviver esses acontecimentos, se quero ou não permitir que essas reflexões ganhem maiores dimensões em minha mente, todavia, não posso negar que mexeram comigo.

Em especial ver que meus irmãos negros com uma boa/excelente condição financeira/cultural/intelectual, [estudantes em instituições de ensino superior aqui no Brasil] oriundos de países que falam a língua portuguesa [no continente Africano] sofrem discriminação, por conta apenas da cor de sua pele [que é a cor de minha pele].

Fica patente que a [boa] condição sociocultural não tem quase nenhuma influência para afastar o preconceito. Sei que é difícil generalizar e afirmar que um ou outro negro bem sucedido é muitas vezes tolerado pela sociedade, talvez não seja a melhor forma de enxergar esse problema, entretanto é a minha constatação.

Vi que a luta vem de muito tempo, que nos Estados Unidos da América do Norte, em especial onde houve a separação, ocorreu o desenvolvimento dos negros na sociedade. Creches, escolas, universidades apenas de negros, hospital onde todos os funcionários são negros, bairros inteiros apenas de negros. Não estou aqui defendendo este ou aquele modelo, todavia, segundo os dados ministrados na aula, ficou claro e cristalino o desenvolvimento e fortalecimento dos negros nesses estados. Mostrando que, diferentemente, dos estados onde essa segregação era velada, os negros não obtiveram o mesmo sucesso em suas carreiras, sendo que algumas dezenas conseguiram finalizar a graduação.

É cediço que o nosso país é uma nação racista, preconceituosa, onde quem tem mais, quase sempre, tem mais oportunidades, assim como a cor da pele e a aparência abrem ou fecham portas.

Seção Treinel

Percebi, ainda, que todo esse conteúdo me fez refletir sobre as minhas experiências, de como as minhas vivências fizeram com que eu me fechasse sobre as questões que envolvem o preconceito de raça, notadamente da raça negra.

Não posso afirmar que irei permitir a quebra desse ESCUDO, pois ele somente poderá ser quebrado de dentro para fora. Apenas posso afirmar que esse curso me fez pensar sobre um assunto escondido num receptáculo guardado numa fenda quase abissal.

Dimensões do Olhar – reflexões sobre o projeto I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S

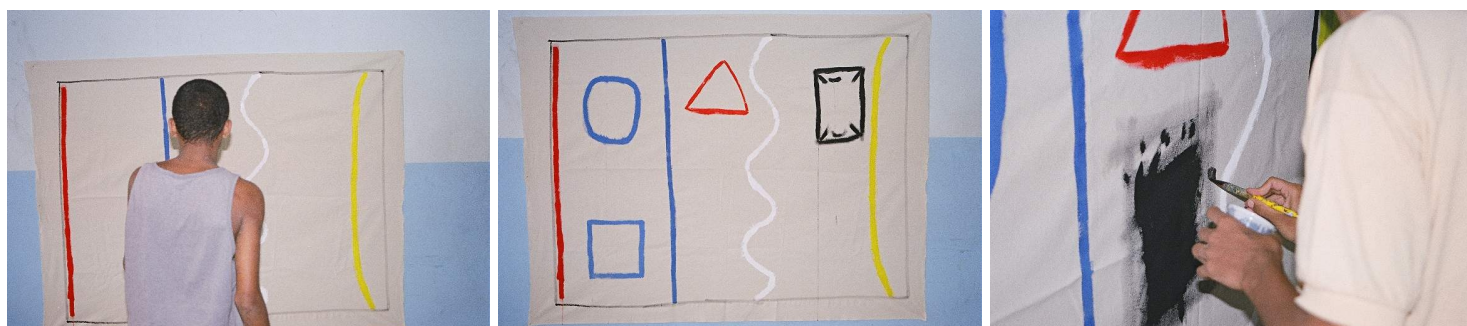
Roberta Aleixo¹

“Queremos sugerir que a identidade não se faz com um só elemento caracterizador, mas nas inter-relações sociais, onde a origem, meio formador, aspirações e frustrações se combinam”

NASCIMENTO, Beatriz. *Literatura e identidade*.

II Perfil de Literatura Negra – Mostra Internacional de São Paulo. 1987

Quando os adolescentes estão sob os cuidados do DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas) pretende-se que eles reelaborem a sua atuação social a partir de outras perspectivas de ressignificação. Um dos caminhos percorridos para compreender o que existe dentro e fora de cada um deles é a Educação. Acredita-se nela como ferramenta de transformação e na arte enquanto meio capaz de promover um desenvolvimento pessoal, ampliação estético visual e de determinar, ordenar, aspectos a serem inseridos no mundo. O Projeto I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S – Expressão Pictórica Coletiva, desenvolvido pelo CRIAAD de Nova Iguaçu², nos anos de 2003 a 2011, e no CAI-Baixada³, no ano de 2012, sob a coordenação de André Porfiro e Orlando Rafael, utilizou a prática artística como instrumento de ampliação de referenciais estéticos, sociais e criativos.



1 Processo de criação de painel para a exposição Paralelos de Liberdade. CRIAAD Nova Iguaçu, 2005

1 Mestranda em Artes - PPGARTES/UERJ; Licenciada em Artes Visuais; Graduada em Comunicação Social.

2 Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente, unidade do DEGASE de cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade no município de Nova Iguaçu;

3 Centro de Atendimento Intensivo Belford Roxo, unidade do DEGASE de cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade.



2 Primeiro painel criado no Projeto I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S. CRIAAD Nova Iguaçu, 2003

A Arte-Educação foi chave potencializadora das emoções, da criatividade e de reflexões das relações dos adolescentes com aquilo que é determinado social e legalmente, são meninos em conflito com a lei. Entretanto é interessante não escapar que os elementos geradores desses conflitos são as descobertas da necessidade de se ajustar a sistemas contidos de regras de conduta e convenções sociais que podem não ser apreensíveis da maneira como estão expostos a eles. Se como a sociedade impõe não é passível de compreensão imediata, é preciso alternativas para isso acontecer. As atividades artísticas desenvolvidas no interior dos centros de recursos serão a tentativa de uma ponte capaz de estabelecer esse entendimento, elas podem, enquanto alternativa, operar com instrumentos mais tangíveis.



3 Processo de criação de painel para a exposição Paralelos de Liberdade. CRIAAD Nova Iguaçu, 2005



4 Processo de criação de um painel. Projeto I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S, CRIAAD Nova Iguaçu, 2004

A Arte foi um instrumento utilizado para contribuir no desenvolvimento pessoal dos jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas, que precisavam de alguma maneira, tentar reestabelecer as relações a eles impostas por meio de normativas. Entendendo a atividade, enquanto meio para educar e a liberdade, enquanto fim da Educação, chega-se à conclusão de que o trabalho desenvolvido pelos jovens foi o caminho percorrido para alcançar o propósito da Educação.



5 Processo de criação de painel para a exposição Paralelos de Liberdade. CRIAAD Nova Iguaçu, 2005



6 Exposição Pode ser Visto, Biblioteca Central da UFF - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010

O objetivo do projeto, em termos práticos e materiais, foi produzir pinturas coletivas realizadas por adolescentes convidados pelos coordenadores. É evidente a escolha de participar ou não, eles estavam livres para atuar. O trabalho prático contribuiu para o desenvolvimento e elaboração da linguagem visual que, por sua vez, foi ação. Eles teciam no campo da visualidade suas identidades.



7 : Processo de criação de painel. CRIAAD de Nova Iguaçu, setembro, 2010



8 Adolescente assinando o painel - CAI-Belford Roxo, 2012

O exercício de experimentação artística configurava-se como um jogo contido de regras, participantes, início e fim. As relações intersubjetivadas contribuíram na elaboração da subjetividade por meio da pintura que se apresentava enquanto espaço de diálogo e o embate, produzindo a construção de si e do mundo. Eles estabeleceram um jogo, com base na visualidade, experimentações, emoções, criatividade e possibilidades, que manipulava com as ferramentas específicas da pintura e com o deslocamento e a desenvoltura do corpo que percorria e ultrapassava o espaço, chegando à tela, às lonas estendidas a frente deles. Podemos deduzir que a reflexão da liberdade, identidade começava no corpo, no que talvez seja a expressão primeira da pintura, o gesto.

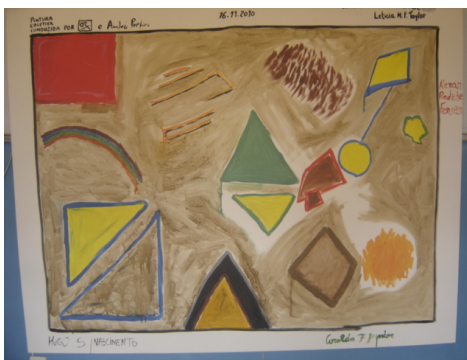


9 Processo de criação de dois painéis simultaneamente. CRIAAD de Nova Iguaçu, novembro, 2010



10 Pincelada de um adolescente cumprindo medida de semiliberdade em um painel - Forum Mundial de Educação, Nova Iguaçu, 2006

O trabalho desenvolvido por eles ampliava as possibilidades de questões elementares que tangem a visualidade: as cores primárias e as formas básicas. A partir desse lugar na pintura eles iniciavam as experimentações. A oferta cromática era reduzida e a criação seguia a curiosidade e o desejo, extrapolando tudo aquilo que poderia ocorrer com a cor, com o espaço e com as formas.



11 Painéis criados em setembro e novembro de 2010. CRIAAD de Nova Iguaçu.



12 Adolescentes cumprindo medida de semiliberdade no CRIAAD de Nova Iguaçu criando um painel para a exposição Paralelos de Liberdade, V Encontro Internacional de Performance, Belo Horizonte, MG, 2005

As suas bases construtivas estão instadas na forma e na cor, os dois elementos basilares da pintura que serviam como asas para os adolescentes se desligarem de uma realidade presentacional e transporem para o quadro as sensações que ultrapassavam o visível. O mundo exterior se apresentava de outra maneira, na dimensão humana da abstração⁴. Tudo surgirá das particularidades e escolhas visuais dos alunos, assumindo acepções e emoções significativas a eles. O protagonismo, a liberdade residem também no fato de eles decidirem como o conhecimento, a visualidade anterior irá transcorrer, esgotar e concorrer naquela tela e qual produto aquilo irá gerar, porque o que é inserido no conhecimento daquilo que os olhos, o corpo e a vivência apreendem será capaz de gerar resultados na construção estética. As contribuições na visualidade não serão necessariamente as imagens presentes em espaços de legitimação artística: museus, galerias ou quadros dos ditos grandes pintores, mas sim suas próprias referências.

4 SCHAPIRO, Meyer.



13 Processo de criação de um painel- CRIAM Nova Iguaçu, 2004

Os processos de criação dos adolescentes eram assistidos por profissionais de distintas áreas, olhares externos e não alheios. Eram espectadores daquela ação envolvida na visualidade da tela, dos corpos e dos referenciais estéticos dos jovens. Os professores, as antropólogas reagiam às expressões que compunham aquelas cenas que eram gestos de elaboração a partir da atividade prática do desenvolvimento pessoal, das relações e ressignificações que os alunos estabeleciam na pintura. A reelaboração do visível acontecia a todos, não era apenas um distanciamento do figurativo reconhecível aos olhos daqueles que observavam e sim

Seção Caxinguelê

a possibilidade de distorcer a maneira de compor e afirmar identidade, elaborar e praticar a liberdade e protagonizar a própria ação. Foi pensar em como desenhar isso no mundo de maneira significativa e alternativa. Diante disso, todos os olhares se concentravam na realização da atividade, era a mais instigante e provocadora das etapas, localizava-se justamente nesse lugar de repensar uma atuação social, de existência de si no outro e reestabelecia a prática coletiva. Ali eles subvertiam a máxima da pintura mimética – a tela é a janela para realidade. Naquelas salas, os meninos apropriavam-se de trajetórias pessoais, das suas vivências e da livre expressão, para entender seus processos, trabalhando o mundo interior e exterior, existência e coexistência.



14 Criação de um painel do Projeto I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S por adolescentes cumprindo medida socioeducativa no CAI-Baixada - Belford Roxo, 2012

A visão estabeleceu-se ao longo de uma história da arte como o sentido mais intrínseco da verdade. É necessário ir além e perceber que o corpo na sua totalidade sensível e expressiva é também capturável do mundo e que nossas memórias e histórias são também espaços responsáveis pela criação e produção de saberes. Ao contrário do que possa parecer, abstrair não é tornar mais racional, mais lógico ou

Seção Caxinguelê

agir a partir do invisível. Abstração é liberdade de cor e forma no espaço que, no CRIAAD e no CAI, se estende até os desejos. É sensibilidade de tocar no universo com os sentires. É expurgar no suporte as emoções que o real não dá conta, esgotando a ideia de tela enquanto janela da realidade. A dita e suposta realidade, por vezes impostas enquanto universal, nunca será suficiente a nenhum de nós. Por isso as alternativas, as fugas e os sonhos. Por isso a Arte!!



15 Exposição Cores e Terra - I Seminário Estadual sobre Medidas Socioeducativas do Rio de Janeiro
-Auditório dos Correios - Rio de Janeiro - 2010

Tudo terminava com a observação do próprio trabalho, olhavam para si naquela quase sufocante pintura de traços individuais irreconhecíveis, pois se juntavam a outros e outros tornando-se muitas vezes uma coisa só, mas se afirmavam enquanto presença única nas assinaturas. A pintura demonstrava como a atuação individual na coletividade tensiona, reconfigura o que está fora deles e não é controlável, entretanto essa atuação não anula sua existência nem despotencializa o outro.



exposição de pintura coletiva em grande formato

Abertura: 28 de setembro, às 18h

Local: Salão da Biblioteca Central da UFF

Rua Visconde do Rio Branco s/n - Campus do Gragoatá

Visitação: 28/09 a 29/10, de segunda a sexta, das 9h às 20h

Pode Ser Visto - Seminário: dia 19/10 às 18h

com Leticia Taylor (psicóloga do CRIAAD de Nova Iguaçu)

Rodrigo Silva Lima (Serviço Social UFF) e Sueli Barbosa Thomaz (Pedagogia UNIRIO)

Realização



PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO



16 Cartaz da exposição *Pode ser Visto*: exposição de pintura em grande formato - Salão da Biblioteca da UFF, Niterói, 2010

Os trabalhos realizados fizeram-se livres dos portões e muros do CRIAAD e do CAI, ganharam novos espaços e novas feições. Quando as pinturas saem, levam também um pouco de cada jovem, de cada olhar e de cada desejo. O que os coordenadores desenvolveram junto aos adolescentes coloca-se no lugar de possibilidades, de outras maneiras de enxergar o que está diante deles. Foi a tradução daquilo que se espera alcançar com a Educação, fio condutor das Medidas Socioeducativas e de ressignificação social. Foi através da Arte, da exigência das outras maneiras de perceber, que se desenrolou I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S, separada por hifens, em caixa alta, formada por elementos diferentes, mas simétricos, autônomos, protagonistas, possuidores de especificidades e sonoridades distintas.



17 Último painel criado no Projeto I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S, CAI- Belford Roxo, 2012

Referências

- BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- LANIER, Vicent. "Desenvolvendo à arte arte-educação". In: BARBOSA, Ana Mae (org.). Arte educação: leitura no subsolo. São Paulo: Cortez, 2018.
- NASIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição. Literatura e identidade. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- SCHAPIRO, Meyer. A dimensão humana da pintura abstrata. São Paulo: Cosac e Naify, 2001.
- Todas as fotos apresentadas no artigo são do acervo do projeto.



Foto: Jorge Ferreira

Carlos Alberto de Oliveira, Caó

Por: André Pereira de Almeida¹

¹ Socioeducador do DEGASE, Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ.

Com Caó não tem caô: racismo é crime e dá prisão

"Passados praticamente 100 anos da data da abolição, ainda não se completou a revolução política deflagrada e iniciada em 1888. Pois imperam no país diferentes formas de discriminação racial, velada ou ostensiva, que afetam mais da metade da população brasileira constituída de negros ou descendentes de negros, privados do exercício da cidadania em sua plenitude. Como a prática do racismo equivale à decretação da morte civil, urge transformá-lo em crime."²

Fui agraciado pelo editorial da revista *Aú*, com a grata incumbência de homenagear um indivíduo que foi um exemplo de dignidade, perseverança, resiliência, militância estudantil e política, ativismo negro e luta pela democracia. Caó foi e é um modelo para todos os brasileiros que almejam uma sociedade mais justa e igualitária.

Carlos Alberto Oliveira dos Santos nasceu na Bahia, em Salvador, no dia 20 de dezembro de 1941, filho da costureira Martinha Oliveira dos Santos com o marceneiro Temístocles Oliveira dos Santos. Conhecido como Caó, o ilustre brasileiro resolveu incorporar o apelido por razões políticas e alterar o nome de batismo para Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos, no início dos anos 80. Desde a juventude, Caó se embrenhou na militância política. Com 15 anos de idade, ainda em Salvador, ele fez parte da Associação de Moradores do Bairro e exerceu o cargo de secretário no período de 1956 a 1959. Concomitantemente, a partir de 1958, milita no movimento estudantil e exerce a vice-presidência do Centro Acadêmico Rui Barbosa do Colégio Estadual da Bahia, até 1959.

A vida universitária começa em 1960, quando Caó ingressa no curso de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O ativismo político estudantil permanece e é eleito vice-presidente de intercâmbio internacional da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1962. No ano seguinte, assume a presidência da União Estadual dos Estudantes (UEES) da Bahia. Permanece no cargo até a derrocada da democracia, com a instauração da ditadura civil-militar de 1964.

Malquistado pelo novo governo golpista e autoritário, Caó passa a ser perseguido e busca acolhida no Rio de Janeiro. Estreia no jornalismo como redator e editor político do jornal *Luta Democrática*. Em 1966, transfere-se para Faculdade Nacional de Direito (FND) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e

² Extraído do discurso de Carlos Alberto Caó, em 11 de maio de 1988, ao apresentar emenda ao projeto de Constituição Federal, que resultou no inciso XLII, do artigo 5º, da Carta Magna.

Seção Aruanda

retoma o estudo das leis, tendo concluído o bacharelado em Ciências Jurídicas em 1967. Ainda em 1966, um novo desafio profissional surge, ele sai do antigo emprego e passa a trabalhar para a Tribuna da Imprensa. Concomitantemente, presta serviços de tradução para a Editora Civilização Brasileira. Em 1968, licencia-se da Tribuna da Imprensa, trabalha na TV Tupi e em O Jornal e funda o Clube de Repórteres Políticos.

A perseguição política capitaneada pelos militares se agrava e nosso valoroso brasileiro vive a fase mais violenta e drástica de sua vida. Devido à militância estudantil pregressa, é julgado e condenado em Salvador. Preso em 1970 e com uma pena de dois anos para cumprir, é demitido da TV Tupi e mantido encarcerado na Bahia por seis meses, até o Superior Tribunal Militar (STM) decidir que sua pena estava prescrita. O valente comunicador e ativista político regressa ao Rio de Janeiro e é obrigado a abandonar a área política, para continuar a trabalhar como jornalista. Assume a função de repórter econômico no Jornal do Brasil, em 1971, seguido dos cargos de subeditor e editor de economia. Em 1974, trabalha na revista Veja. Junto com jornalistas simpatizantes, também organiza e funda a Associação de Jornalistas Especializados em Economia e Finanças (AJEF), sendo eleito presidente em 1975. Com o ativismo político fervendo nas veias, enfrenta o peleguismo imposto pela ditadura civil-militar aos sindicatos e associações, e preside o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Guanabara, no triênio de 1978 a 1981. É reconduzido, por igual período, com ampla mobilização da categoria.

Podemos considerar o ano de 1982 um momento crucial para Carlos Alberto Caó Oliveira, para o movimento negro e a defesa dos desassistidos. Filiado ao PDT em 1981, candidata-se a Deputado Federal pelo Rio de Janeiro e consegue a segunda suplência do partido para a Câmara dos Deputados. É a estreia de Caó na política partidária e será esta que lhe possibilitará elaborar as mudanças legais e estruturais fundamentais para o combate ao racismo e ao preconceito no Brasil. É empossado no mandato parlamentar em 1983, mas logo é licenciado. A convite do então Governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, assume o cargo de Secretário do Trabalho e da Habitação. Na pasta, fomentou a instalação do plano inclinado nas comunidades do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho e implementou um programa habitacional destinado às classes desfavorecidas, denominado Cada Família Um Lote, tendo regularizado milhares de terrenos.

Caó é autor da Lei Federal 7.437 de 20 de dezembro de 1985, que: “Inclui, entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 - Lei Afonso Arinos”. Assim, o incansável ativista e militante da causa negra tipifica o racismo como contravenção, e alimenta o embrião da legislação que criminalizará o racismo. A lei em tela passou a ser reconhecida como Lei Caó.

Em 1986, é exonerado a pedido do cargo de Secretário do Trabalho e da Habitação, para novamente ser candidato a Deputado Federal. Mais uma vez obtém

Seção Aruanda

a suplência pelo PDT e em 1987 assume o mandato e integra a Assembleia Nacional Constituinte. Como um enviado de Aruanda, Caó foi a pessoa certa, no momento oportuno. Nos trabalhos da elaboração da nova Constituição Federal, ele estrategicamente inclui uma emenda que resultará no inciso XLII do artigo 5º. Esse qualifica o racismo com a seguinte redação: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. Ou seja, o racismo passa a figurar como um crime não passível de fiança, sem prescrição e passível de prisão. O texto do inciso substituiu a própria lei elaborada por Caó, que aprimorou a Lei Afonso Arinos de 1951. Caó reconheceu certo valor estratégico na lei que serviu para acautelar e minorar o cometimento do odioso racismo, numa dada época, mas com perspicácia também defendeu que a legislação estava ultrapassada, e assim falou na Constituinte de 1988: "Torna-se imperiosa uma caracterização mais realista de combate ao racismo, configurando-o como crime assim definido em lei".

Deputado ativista e incansável no combate ao racismo, Caó também apresentou o projeto de lei 688, que redundará na Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, com a seguinte redação, já no primeiro artigo: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor”. Assim, a lei regulamentou o texto constitucional, definiu os crimes em razão de preconceito e discriminação de raça ou cor, e tipificou o crime de racismo, estabelecendo pena de prisão. A partir daí o racismo deixou de ser uma mera contravenção penal e passou a ser classificado como crime. Com muita luta, Caó acabou com o caô, o racismo virou um ato criminoso passível da punição de encarceramento. Assim, ele pôde proferir as seguintes palavras:

O racismo não desapareceu nem vai desaparecer. Mas a lei pegou, sim. Há hoje na sociedade uma consciência de que racismo é um crime. A sociedade passou a ser menos tolerante, a exigir igualdade e a não aceitar a discriminação. O que faz a lei pegar é a punição.³

O trabalho da Constituinte finda, mas Caó continua sua jornada na luta contra o racismo e defesa dos direitos sociais. Coordena no Congresso Nacional a elaboração da legislação salarial, chefia a primeira missão parlamentar brasileira à África do Sul e fomenta a concessão da comenda Grande Colar para Nelson Mandela, devido à histórica luta contra o *apartheid*. A honraria é conferida pela Câmara dos Deputados.

Caó também encontrou percalços no campo da militância política. Além dos seis meses na prisão, também lutou pelo embargo da África do Sul na Constituinte, em conjunto com dois importantes membros da luta antirracista, Abdias do Nascimento e Benedita da Silva. Malgrado a segregação, massacre e exclusão da população negra, vítima do *apartheid* de quatro décadas da nação africana, o

³ Texto presente na justificativa do Projeto de Resolução nº 717/2018, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que concedeu o Título de Benemérito do Estado do Rio de Janeiro Post Mortem, ao Deputado Constituinte Carlos Alberto de Oliveira dos Santos – CAÓ.

embargo não foi aprovado por razões “econômicas”. Caó se manifestou:

O argumento era de que o rompimento de relações comerciais e diplomáticas prejudicaria a África e a própria África do Sul. Foi uma grande derrota porque, naquele momento, falar contra o racismo no Brasil era também falar contra o *apartheid*.⁴

No ano de 1990, buscou a reeleição, mas não obteve sucesso, tendo que sair da Câmara no fim do mandato. Também tentou a eleição para o Senado em 1994, e para a Câmara dos Deputados em 1998 e 2002, não conseguindo mais se eleger. Os últimos cargos políticos ocupados por Caó foram: a volta para a Secretaria de Trabalho e Ação Social do estado do Rio de Janeiro, em 1991, com o retorno de Leonel Brizola como Governador, quando participou da coordenação da segunda fase do movimento da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida, capitaneada pelo sociólogo Betinho.

No dia 4 de fevereiro de 2018, aos 76 anos de idade, nosso bravo brasileiro jornalista, advogado, político e fundamentalmente militante do movimento negro fez sua última jornada e migrou para o Orun, encontrar os grandes de Aruanda. Em Orun, ele permanece em espírito, mas também se presentifica em Ayé, toda vez que o crime de racismo resulta numa punição no Brasil. Sabemos que ainda há muito a ser feito e que a luta antirracista permanece aguerrida, mas Caó nos municiou com um instrumental precioso para que a luta não vire um trabalho de Sísifo.

Referências

ALERJ. **Projeto de Resolução nº 717/2018, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: < <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/02ac6f279b568e24832566ec0018d839/85e7c3557f490959832582710065dc3a?OpenDocument> >. Acesso em: ago. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: ago. 2019.

_____. **Lei Federal nº 7.716/1989.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm >. Acesso em: ago. 2019.

_____. **Lei Federal nº 7.437/1985.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7437.htm >. Acesso em: ago. 2019.

JUSBASIL. **Movimento negro não conseguiu emplacar embargo à África do Sul na Constituinte.** Disponível em: < <https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/219635/movimento-negro-nao-conseguiu-emplacar-embargo-a-africa-do-sul-na-constituente> >. Acesso em: ago. 2019.

LIMA, E. **Verbetes biográfico de Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos.** Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-alberto-cao-oliveira-dos-santos> >. Acesso em: ago. 2019.

⁴ Em sessão na Câmara dos Deputados na qual foi votado o requerimento de embargo à África do Sul.



Arquivo Nacional, acervo Maria Beatriz Nascimento



Beatriz Nascimento

Por: Sandra Martins da Silva¹

¹ Jornalista e mestra em História Comparada (UFRJ); membro da JEDUCA – Associação de Jornalistas em Educação; membro da ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros; membro da ALCAR – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. E-mail: smartins3.jor@gmail.com

A Terra é meu quilombo. Onde estou, eu estou. 1942 -1995 ²

*Tudo começou com Eduardo.
É preciso saber de onde se vem,
para saber aonde se vai.
E eu já estava.
Já não ia, nem vinha.³*

Em novembro de 1977, no dia 21, às 19h, no Instituto de Ciências, História e Filosofia da Universidade Federal (ICHF), uma atividade acadêmica teve de ser realizada de forma inusitada: às escuras. Era a abertura da terceira “Semana de Estudos sob a Contribuição do Negro na Sociedade Brasileira”. A sala localizava-se na Faculdade de Direito, estava cheia, cerca de cinquenta pessoas, entre convidados e palestrantes.

Todas as outras do corredor estavam iluminadas, com o natural ritmo das aulas. Aquela às escuras, era “a única sala do corredor sem luz era a que tinha pretos juntos!” Porém, também, tornou-se a única de onde “saíam urros vitoriosos de mãos que se energizavam a cada toque nos atabaques. Era Djalma Correa ⁴, um monstro na percussão. Ficou bonito. E, a gente realizou a Semana de Estudos com luz de velas”, disse, o então, graduando de geografia, Andrelino de Oliveira Campos ⁵.

André, como era chamado carinhosamente, integrava o Grupo de Trabalhos André Rebouças (GTAR), produtor daquela atividade extraclasse. O grupo era formado por graduandos/as de diferentes áreas – História, Ciências Sociais, Química, Geografia, Comunicação. Eles tinham que resolver o problema rapidamente. E, encontraram uma solução criativa. Conseguiram velas e as colocaram de forma estratégica na sala.

Talvez seja um exagero pensar em boicote... Mas, era. Afinal o Brasil, em 1977 era comandado por generais, assim como “não existia nada além da democracia racial.” E, conforme Andrelino, naquele contexto “uma meia dúzia de pretinhos cismava de se juntar a outra meia dúzia de branquinhos para pensarem numa outra história do Brasil. Nada de inventar a roda, mas já a inventando. Pois eles só estavam querendo contar a sua versão dos fatos”.

De acordo com Andrelino, Beatriz, escalada para abrir os trabalhos, ficara imóvel, como se estivesse “300, 400 anos para trás, 300, 400 anos para frente.

² Trecho de texto do documentário “Ori” (2008).

³ De Beatriz Nascimento para Eduardo Oliveira e Oliveira. Nascimento, Beatriz. Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Organizado por Alex Ratts e Bethânia Gomes. Salvador: Editora Ogum's Toques Negros, 2015, p. 84.

⁴ Djalma Novaes Correa (1942/), instrumentista, compositor, pesquisador de música e cultura popular formou-se pela Universidade Federal da Bahia, criador do Baiafro.

⁵ Entrevista de Andrelino de Oliveira Campos concedida à Sandra Martins, em 05 de abril de 2017.

Marlene e Berriel⁶. Na plateia, professores, alunos e, certamente, agentes infiltrados⁷ que foram ver o debate, que seria realizado por pesquisadores como Eduardo Oliveira e Oliveira, Carlos Hasenbalg, José Bonifácio Rodrigues e Décio Freitas, e que teria Beatriz como mediadora. Interessante registrar que o Clóvis Moura também esteve presente, mas na condição de observador. Afinal, ali se encontravam estudiosos da temática que ele abraçara há décadas.

O projetar de idas e vindas entre passado, futuro e presente, feito por Beatriz, ao qual Andreino aludira, era feito o tempo todo. “O GTAR, digo hoje, que essas idas e vindas é porque a gente está sempre surtado. Essas idas e vindas, nossos ancestrais, as condições em que viveram e que vivem, nos obriga a sermos criativos, de alguma forma, mesmo que não tenhamos no lombo as chicotadas, elas (condições) continuam nos chicoteando. E Beatriz ficava muito doente com isso, porque na realidade ela falava sozinha.” Não raro, falamos sozinhos, até entre nós.

No debate sobre quilombos, aquele trio era referência. Cada um com suas especificidades. Décio e Clóvis mais acadêmicos: “foram até o campo, aqui e acolá. Mais teóricos. Ela também era teórica, mas o campo sustentava seu trabalho.” No seu entendimento, Beatriz superava os dois estudiosos por apresentar uma perspectiva totalmente diferente. Porém, sem uma obra de cunho acadêmico, como a que os dois tinham, ela não teve a ressonância que merecia. “E, isso é um diferencial brutal.”

Sem se satisfazer com uma leitura, Beatriz retornava ao campo para conferir os dados e aprofundar mais as pesquisas. Sem recursos, tinha o apoio da família – as irmãs – que dava a sustentação para que fizesse campo. E, com isso, ela pode apresentar estruturas diferentes. Na atualidade, Andreino Campos também se tornou referência quanto a quilombos periurbanos. Vê-se muito teórico, mas não dispensa o campo, fazendo sempre que possível. “Acho que herdei dela. Não me satisfaço somente com livro. Prefiro fazer incursões por áreas que muitos não vão mesmo.” Parte de sua pesquisa, diz o ex-orientando da historiadora, era fruto da Beatriz. “Mas também é fruto da história das irmãs dela. Muito mais Carmo, que era a mais velha, Rosa, e Beatriz que era professora. Essas pessoas eram lindas, cada um com sua lindeza à parte.”

E falar um pouco desta “lindeza” é a proposta deste texto. Uma singela homenagem a esta intelectual que concebeu uma verdadeira “escola de pensadores”: o GTAR. Para ela, o grupo era onde se apoiava “emocional e intelectualmente”.

Os seus integrantes são hoje profissionais de outras áreas que não a de ciências humanas: tem gente de tecnologia, química e física. Mas, nos conhecemos todos quando eles eram estudantes e eram alunos meus, do Eduardo de Oliveira e Oliveira, da professora Maria Berriel, do professor Carlos Hasenbalg e de Ivone Maggie. O nosso trabalho começou na época braba mesmo, em 1974, em plena gestão do AI-5, quando juntar gente para discutir esses assuntos era perigoso (COSTA, 1982, p. 195).

6 Maria Maia de Oliveira Berriel, antropóloga, professora e diretora do ICHÉ/UFF, entre 1975 a 1979.

7 Pesquisas de Ludmila Gama Pereira (2017) trata de instituições de ensino superior que mantiveram agentes ligados à Reitoria, durante o regime militar, como a UFF.

Seção Aruanda

Abrir o texto com o depoimento de um fundador do GTAR teve uma intencionalidade: a de registrar que o grupo conseguira levar dois de seus integrantes à pós-graduação e um deles à docência em uma universidade pública. Andreelino de Oliveira Campos e Marlene de Oliveira Cunha foram os primeiros frutos germinados no projeto teórico e político concebido por Beatriz Nascimento, com apoio generoso do sociólogo Eduardo Oliveira e Oliveira, para a formação de uma intelectualidade negra no espaço acadêmico (AUGUSTO DOS SANTOS, 2011; RATTS, 2009; SILVA, 2018).

Destaque-se que Andreelino e Marlene se embrenharam nos caminhos apontados pela mestra que defendia a construção de uma História do Negro dentro da História do Brasil, entretanto, escrita também por negros/as, com autonomia e a subjetividade negra (RATTS, 2007; BARRETO, 2018). Para tanto, seria imprescindível que o meio acadêmico dialogasse com outras visões e perspectivas, por meio de um “estudo científico em todas as universidades sobre as relações raciais no Brasil” (SILVA, 2018, p. 22).

Marlene (1950/1988), primeira presidenta do GTAR, fez suas pesquisas sobre religiões afro-brasileiras. Sua dissertação de mestrado, “Em busca de um espaço gestual no candomblé de Angola”, defendida, em 1986, na Universidade de São Paulo (USP), foi pioneira “na temática relacionada às gestualidades, envolvendo corpo e a dança, relacionando-as com a questão da ancestralidade africana no Brasil” (CUNHA, 2017). A antropóloga, amiga pessoal de Beatriz, atuou em inúmeras pesquisas de campo da historiadora, levantando dados sobre os quilombos visitados, como o de Carmo da Mata (MG).

Por seu turno, Andreelino (1949/2018) buscou, em suas investigações, analisar, no mestrado, os quilombos periurbanos engolidos pela urbe – “Do Quilombo à Favela: a produção do ‘espaço criminalizado’ no Rio de Janeiro”, defendido, em 1998, na UFRJ. Em 2006, no doutorado, discutiu o processo de promoção da segregação socioespacial que impacta fortemente nos afrodescendentes potencializando todos os tipos de preconceitos – “O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro”. A partir de 1998, passa a integrar o quadro de docentes da Faculdade de Formação de Professores (FFP |) da UERJ, onde era professor adjunto.

É possível intuir possíveis ligações entre a linha de pensamento de Andreelino com a de Beatriz, em especial no tocante às reflexões que ela discutia com relação à continuidade e descontinuidade histórica dos quilombos com atuais áreas favelizadas, assim como áreas rurais de economia em transformação. Na concepção da historiadora, “a continuidade histórica atua como um fator mobilizador e perpetuador da organização de núcleos negros frente às adversidades sociais, culturais, políticas, econômicas, militares” (VINHAS, 2016, p. 273).

Mesmo não tendo contato direto com Beatriz Nascimento, ela foi marcante na minha formação teórico-política como mulher negra na luta contra o racismo, levando este tema para o campo da comunicação. Eu a vi somente em um encontro casual na Cinelândia, no início dos anos 1990. Em outro momento, me foi oportunizada a feitura do projeto gráfico do jornal Mergulho, um tabloide⁸. Nessa

publicação, a historiadora publicara um denso artigo, “A luta dos quilombos: ontem, hoje e amanhã”, em que historicizava o conceito de quilombo e discutia o de continuidade histórica. O último encontro energético foi na missa em sua homenagem, na Lagoa, em 1995. Um dia triste, doloroso, ela partira de forma terrível. No dia 28 de janeiro, ela estava com uma amiga em um bar em Botafogo, quando o namorado violento da moça apareceu agressivo. Beatriz a defendeu e foi assassinada com três tiros. Deixou uma filha, Bethânia Gomes (VINHAS, 2016, p. 22).

Intelectual, pesquisadora e ativista, Maria Beatriz Nascimento foi uma das grandes intelectuais que o Brasil teve nos estudos sobre quilombos, questões étnicas e raciais e condição da mulher negra na sociedade brasileira.⁹ Produziu intensamente por quase três décadas, porém com poucas publicações, se compararmos com intelectuais brancos. Autores como Negro e Gomes (2013); Ratts (2009) e Vinhas (2016) analisam os silêncios, invisibilidades, apagamentos da produção intelectual, narrativas e feitos dos descendentes de africanos. É possível e necessário “resgatar” alguns intelectuais negros da década de 1970 (Silva, Togo e Gomes, 2016), como o de Beatriz.

A sergipana, de Aracajú, “Bia”, nascida em 12 de julho de 1942, era a oitava entre dez irmãs/aos. Por volta dos sete anos, seus pais – dona de casa Rubina Pereira do Nascimento e o pedreiro Francisco Xavier do Nascimento – se mudam com toda a família para o Rio de Janeiro. Era a década de 1950, o apogeu do fluxo migratório de nordestinos para o Sudeste: em busca de melhores condições de vida. Depois de vários anos morando no bairro de Cordovil, no subúrbio carioca, a família Nascimento se estabelece em Botafogo, Zona Sul. “Racismo e sexismo marcaram a infância de Beatriz”, traço comum na vida das mulheres negras brasileiras (BARROS, 2018).

Aos 28 anos, em 1968, inicia a graduação em História na UFRJ. Estagiou no Arquivo Nacional com o historiador José Honório Rodrigues, seu orientador em várias pesquisas. Atuou como pesquisadora do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, no setor de História Oral, assim como documentarista do Museu Histórico Nacional. Formou-se em 1971, trabalhou como professora de História na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, articulando pesquisa e ensino, assim como fez inúmeras consultorias no campo das relações raciais.

Na década de 1970, dedicou-se mais à militância intelectual. Apoiou a mobilização que ocorria no Centro de Estudos Afro-Asiático, no então, Centro Universitário Candido Mendes, que queria formar grupos de pesquisas com foco nas questões negras e relações do Brasil e África. Nesse período, faz uma especialização em História na UFF, com Maria Maia Berriel e, por conta de um projeto de pesquisa sobre desigualdades raciais e mobilidade social, encaminhou seus bolsistas para o CEAA em busca de bibliografia. Firmou-se uma parceria institucional entre o ICHF/UFF e o Afro-asiáticos: de um lado, o interesse nos

8 Formato de jornal, próximo à metade de um jornal do tamanho “standard”. Vem do estilo de jornalismo conhecido como 'jornalismo de tabloide' que compactava histórias em formas curtas, de fácil leitura e geralmente exageradas.

9 Ricardo Alexino faz um panorama do ativismo intelectual de Beatriz Nascimento tecendo críticas a pouca visibilidade ao seu legado no espaço acadêmico, que praticamente fica limitado aos esforços da militância acadêmica. Disponível em <<http://jornal.usp.br/atualidades/a-contribuicao-de-beatriz-nascimento-para-o-estudo-sobre-o-negro/>>, acesso em 19 setembro 2017.

resultados da pesquisa, de outro, o acervo bibliográfico e rodas de conversa com estudantes, profissionais liberais e servidores. O objetivo era a criação de um grupo de estudos. Problemas diversos impediram que a proposta vingasse (CUNHA, SOARES, NASCIMENTO, VENTURA, 1976, s/n). Ao mesmo tempo, diferentes organizações – com perfis diferenciados – foram criadas no Rio de Janeiro¹⁰.

Por seu turno, Marlene Oliveira Cunha, que fora bolsista de Beatriz, reencontra na UFF o graduando de História, Sebastião Soares que frequentara as reuniões no Afro-Asiáticos. Resolvem reativar o sonho. Fizeram uma busca ativa por mais adeptos da ideia e foram procurar a professora Beatriz para orientá-los. Alguns professores atenderam ao chamamento da historiadora e se agregam ao sonho: Eduardo Oliveira e Oliveira (USP), Carlos Hasenbalg (IUPERJ) e Maria Berriel (UFF).

Formado por graduandos negros/as de diferentes cursos da UFF, o GTAR tinha como objetivo construir um fórum científico, na universidade pública, com foco nas questões relativas ao negro no Brasil, dentro de uma abordagem das relações raciais, refletindo sobre os diversos aspectos da experiência do negro brasileiro. Para tanto, reuniam pesquisadores negros/as e brancos, com expertise no tema, num diálogo de pares. A ação, visando ao envolvimento do corpo docente e discente¹¹, era desenvolvida por meio de dois movimentos: transmissão de informações e discussão com a comunidade, por meio da Semana de Estudos, utilizando-se como instrumento e produto pedagógico os Cadernos de Estudos.

A proposta do grupo de estudos tem a ver com a própria história de vida de Beatriz que não é muito diferente da história de vida de muitos negros/as brasileiras/os. Ou seja, para que não desistam do curso superior, eles devem, desde o primeiro período, ser envolvidos em um projeto político-pedagógico que agregue valor cognitivo, emocional e afetivo. A não aceitação do corpo coletivo negro pela universidade o exclui do ambiente acadêmico. É fundamental a criação de um quilombo. Ao mesmo tempo em que são conscientizados de quem são, de onde vieram e que o conhecimento que lhes é passado está eivado de valorações. Portanto, devem: aprender a conhecer e saber lidar com maestria com os instrumentos do mundo branco; saber reconhecer os conceitos etnocêntricos; assim como identificar o quanto a cultura dos dominados também reproduz os condicionamentos.

O aprofundamento das suas pesquisas sobre quilombos possibilitou essas inferências, em variados espaços simbólicos. Tais conhecimentos podem ser analisados através da rica abordagem da diáspora e experiência negra em linguagem cinematográfica, por meio do documentário “Ori” (1989), dirigido pela socióloga Raquel Gerber. A película tem como fio condutor a vida da historiadora e ativista Beatriz Nascimento que fez a pesquisa, roteiro e a narração. No documentário, apresentam-se a história dos movimentos negros brasileiro entre 1977 e 1988 e a travessia do Atlântico para encontrar os possíveis contínuos históricos no continente africano.

10 Vários autores discorrem sobre este início dos debates no CEAA, entre eles: MONTEIRO, 1991; ALBERTI & ARAUJO PEREIRA, 2007; ARAUJO PEREIRA, 2013; SEGURA-RAMÍREZ, 2000; NUNES PEREIRA, 2008.

11 Relato completo das metas do GTAR no Histórico do Caderno da Semana de Estudos, cujo conteúdo é referente às palestras nas Semanas de Estudos.

Seção Aruanda

Em outubro de 2018, o ICH/UFF sediou um seminário para lançar a exposição “43 anos do GTAR: ‘ainda’ em busca de um espaço”, que ficou aberto por oito meses na Biblioteca Central do Gragoatá. A iniciativa teve como objetivo dar visibilidade ao acervo do grupo, ao longo dos vinte anos de atuação deste primeiro grupo brasileiro de militância negra dentro do espaço acadêmico. Intelectuais que se relacionaram com Beatriz Nascimento e gestores da organização puderam falar de suas contribuições para a história do negro no Brasil, mas, também, fortaleceram a tese lançada quatro décadas antes, da democratização da universidade pública em todos os níveis. Assim como dar o devido retorno a toda a sociedade, pois é dela sua razão de ser.

A exposição “43 anos do GTAR”, assim como este texto-homenagem, se juntam aos inúmeros trabalhos que vêm sendo publicados sobre Beatriz Nascimento e seu legado. Produção esta que ficara invisível para a academia e para o grande público, apesar de, no “mundo dos pretos”, ela ter tido reconhecimento. Alex Ratts (2007) publica livro sobre a trajetória e legado da historiadora que revela trilhas infundáveis para pesquisas. No campo do audiovisual, o documentário-tese “Ori” foi relançado em 1989 e Gabriel Priolli disponibiliza no YouTube o documentário “O negro: da Senzala ao Soul”. Estas importantes iniciativas aguçaram o interesse por novas pesquisas sobre o legado desta intelectual que nos ensina que:

[...] “hoje o quilombo é o espaço que ocupamos. Quilombo somos nós. Somos parte do Brasil. Esse Brasil democrático, revolucionário que ajudamos a construir é assim que o queremos.

Contra todas as forças conservadoras. Quilombo é hoje o momento de resgate histórico. Estamos presentes em nós, entre nós, no mundo.”

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.

ALEXINO, Ricardo. Contribuição de Beatriz Nascimento para o estudo sobre o negro. **Jornal da USP**, São Paulo, 04 jul. 2017. Disponível em: <http://jornal.usp.br/atualidades/a-contribuicao-de-beatriz-nascimento-para-o-estudo-sobre-o-negro/>. Acesso em: 19 jul. 2017.

BARRETO, Raquel. Beatriz Nascimento, uma breve apresentação. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidade nos dias da destruição.

São Paulo: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

BERRIEL, Maria Maia de Oliveira. **A Identidade fragmentada**: as muitas maneiras de ser negro. São Paulo, 1998. 170 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

CAMPOS, Andreelino de Oliveira. **Do quilombo à favela**: a produção do ‘espaço criminalizado’ no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAMPOS, Andreelino de Oliveira. **O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos**

afro-descendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, Haroldo. **Fala crioulo**. Prefácio de Jorge Amado. Rio de Janeiro: Record, 1982.

CUNHA, João Alipio de Oliveira. Em busca de um espaço: a linguagem gestual no candomblé de Angola1: à memória de Marlene de Oliveira Cunha. **Caderno de Campo**, São Paulo, v. 1, n. 26, 2017.

CUNHA, Marlene de Oliveira. **Em busca de um espaço:** a linguagem gestual no candomblé de Angola. 1986. 176 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

CUNHA, Marlene de Oliveira; SOARES, Sebastião; NASCIMENTO, Rosa Virgínia; VENTURA, Ana Maria (org.). Histórico. **I Caderno da Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira UFF/ ICHF**, Rio de Janeiro, 1976, p. 02.

GAMA PEREIRA, Ludmila. A ditadura empresarial militar na Universidade Federal Fluminense: a Assessoria de Segurança e Informações e a sistematização do controle, da censura e da repressão aos docentes nos anos 1970. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2017- DE O CAPITAL À REVOLUÇÃO DE OUTUBRO (1867 – 1917), ago. 2017, Niterói. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC86/mc861.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MARTINS, Sandra; THEODORO, Gerson (Togo Yoruba); GOMES, Flávio. Redemocratizando na raça: sobre memórias, intelectuais negros e movimentos sociais contemporâneos (notas de pesquisa). **Histórias: questões & debates**. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS-UFPR). Paraná, v. 63, n. 2, 2015.

MONTEIRO, Helene. **O ressurgimento do movimento negro no Rio de Janeiro na década de 70**. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: um certo número de ideias para uma irrestrita história social do trabalho. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMÍNGOS, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade:** legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

NUNES PEREIRA, José Maria. Os estudos africanos na América Latina: um estudo de caso. O Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). In: CLACSO, CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES, 2008, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados-Universidad Nacional de Córdoba, 2008. p. 277-298. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/cea-unc/20121213122707/16nune.pdf> . Acesso em: 16 mar. 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. De Beatriz Nascimento para Eduardo Oliveira e Oliveira. In: RATTS, Alex; GOMES, Bethânia. (org.). **Todas (as) distâncias:** poemas, aforismos

e ensaios de Beatriz Nascimento. Salvador: Editora Ogum's Toques Negros, 2015. p. 84.

NASCIMENTO, Beatriz. A luta dos quilombos: ontem, hoje e amanhã. **Jornal Mergulho**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jan. 1990.

ORÍ. Direção: Raquel Gerber. Fotografia adicional: Adrian Cooper, Jorge Bodanzky e Pedro Farkas. Trilha sonora: Naná Vasconcelos. Pesquisas, texto e narração: Beatriz Nascimento. [S. l.]: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda, 1989. Restauração digital 2008 (91 min.).

PEREIRA, Amilcar Araujo. **O mundo negro**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no Movimento Negro de base acadêmica. In: PEREIRA. Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Org.). **O movimento negro brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte, MG: Nandyala, 2009.

RATTS, Alecsandro (Alex) J.P. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Imprensa Oficial: São Paulo, 2007.

SANTOS, Sales Augusto dos. A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 103-125, 2011.

SEGURA-RAMÍREZ, Héctor. **Revista Estudos Afro-Asiáticos e Relações Raciais no Brasil (1978-1997)**: elementos para o estudo do subcampo acadêmico das relações raciais no Brasil. Campinas, 2000. 168 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVA, Sandra Martins da. **O GTAR (Grupo de Trabalhos André Rebouças) na Universidade Federal Fluminense**: memória social, intelectuais negros e a universidade pública (1975/1995). 2018. 143f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

VINHAS, Wagner. **Palavras sobre uma historiadora transatlântica**: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento. 2016. 279f. : il. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25958/1/TeseFinalizadaCDWagberVinhas.pdf>. Acesso em: 10/10/2019.



Acervo Ministério da Cultura. Foto: Pedro França, foto modificada. 

Riachão

Por: Pedro R. J. Abib¹

¹ Professor da Universidade Federal da Bahia, sambista, cineasta e capoeirista discípulo do mestre João Pequeno de Pastinha

Riachão, o último malandro da Bahia

Praça do Campo Grande, Salvador, Bahia. Desce do ônibus um negro franzino e de baixa estatura. O paletó xadrez bem aprumado compõe com a calça e sapatos brancos impecáveis. No pescoço uma toalha cai sobre os ombros como se fosse cachecol, além dos vários colares dourados e guias de santo que a camisa colorida desabotoada deixa à mostra. Nas mãos um anel em cada dedo. Na cabeça uma boina branca, contrastando com sua pele escura. Aparenta uns quarenta e poucos anos, pela disposição e agilidade nos movimentos, mas na verdade tem quase oitenta.

Ao saltar do ônibus, nota-se logo que se trata de um sujeito incomum. Despede-se efusivamente do motorista e de alguns passageiros que respondem à altura. Nem sequer começa a caminhar pela praça e já ouve saudações com o seu nome, brincadeiras, tapinhas nas costas. Ele por sua vez, com muita “gaiatice” responde cantando alguns versos improvisados e, como não podia deixar de ser, sapateando maliciosamente um bom samba miudinho, acompanhado por uma verdadeira batucada de sons que o pequeno homem emite pela boca enquanto canta. Todos o reconhecem, todos se alegram com a sua presença. O homem não para um só segundo, sua energia e bom humor admiráveis, parecem inesgotáveis.

Essa foi a primeira vez que vi Riachão fora dos palcos. Antes já o tinha visto cantar no Clube Cruz Vermelha, tradicional espaço de samba de Salvador já desativado há um bom tempo, junto com João Nogueira, Edil Pacheco, Walmir Lima e outros bambas do samba da Bahia. Eram meados dos anos 1990 e eu fiquei admirado de ver aquela figura pitoresca trajado de um jeito muito peculiar e se comportando no palco com toda picardia, fazendo lembrar dos velhos malandros do samba de outrora. Me fez ter a sensação de que eu voltara no tempo.

Por isso fiquei ainda mais surpreso quando presenciei a cena na Praça do Campo Grande descrita no início do texto, pois percebi que o malandro que vi no palco do Cruz Vermelha não era apenas uma caracterização de um artista em cena, mas sim a sua própria personalidade encarnada no cotidiano de sua vida. Riachão sempre foi um personagem de si mesmo.

Por isso o malandro Riachão era essa figura inacreditável, que parecia saltar das páginas de um livro de histórias ou da tela de cinema diretamente para a vida real, cotidiana, concreta, vivida. Onde quer que se encontrasse Riachão era sempre a mesma coisa, não importava a hora e o local, ele sempre estava trajado daquele jeito peculiar e na primeira provocação ou saudação com o seu nome, o gaiato saía sapateando, batucando onde quer que pudesse tirar um som e cantando suas músicas que descreviam tão bem a sua Bahia, histórias e personagens do seu povo, que sua arte soube tão bem definir.

Por isso Riachão era tão querido. Possuía uma simplicidade, uma certa ingenuidade pueril, uma espontaneidade e sobretudo uma alegria que contagiava tudo e todos à sua volta. O povo baiano reconhece em Riachão a sua voz, a sua cara,

Seção Aruanda

a sua malemolência, a sua sagacidade. Riachão é o “Retrato Fiel da Bahia” - nome de uma das suas músicas mais conhecidas – que representa bem o significado que esse personagem tem para a sua gente.

Clementino Rodrigues por batismo, veio ao mundo aos quatorze dias de novembro de 1921. Nascido e criado no Bairro Fazenda do Garcia em Salvador, reduto de grandes sambistas, nunca deixou o bairro que tanto amava e que muito cantou em verso nos seus sambas. Aos 9 anos já cantava nas serenatas, nos aniversários ou nas batucadas com os amigos do bairro. Batucava em latas de água onde tamborilava seus sambas. A primeira composição veio aos 12 anos, um samba sem título que dizia: "Eu sei que sou malandro, eu sei, conheço o meu proceder/ Deixe o dia raiar que a minha turma, ela é boa para batucar".

O apelido "Riachão" ganhou ainda na infância, explica:

Quando menino, eu gostava muito de brigar. Mal acabava uma peleja, já estava eu disputando outra. E aí chegavam os mais velhos para apartar, empregando aquele ditado popular: você é algum riachão que não se possa atravessar?

Trabalhou como alfaiate, contínuo de banco, vendedor de cachorro-quente e por 20 anos trabalhou na Rádio Sociedade da Bahia onde também começou sua carreira artística, nos famosos programas de auditório, que o tornaram conhecido na Bahia. Era anunciado sempre como “o cantor que só canta músicas próprias”.

Por se inspirar em episódios extravagantes da capital baiana (como a exposição de uma baleia na praça da Sé), ele passou a ser chamado de “cronista musical da Bahia”. Expoente da era de ouro do rádio baiano nas décadas de 1940 e 1950, seus sambas irreverentes, tais como "Retrato da Bahia" e "Bochechuda e Papuda", o tornaram ganhador do "Troféu Gonzaga".

Riachão teve várias das suas músicas interpretadas por cantores nacionais, uma das mais conhecidas foi "Vá Morar com o Diabo", cantada por Cássia Eller. Também é de sua autoria a famosa música "Cada Macaco no Seu Galho", escolhida por Caetano Veloso e Gilberto Gil, em 1972, para marcar seus retornos ao Brasil depois de exílio político durante o regime militar no Brasil e que gravaram posteriormente

Apesar de ter o talento reconhecido pela crítica e por grandes artistas da MPB, Riachão não conseguia se inserir no mercado. Só para se ter uma ideia, seu álbum “Sonho de Malandro”, de 1973, que predominam os sambas da malandragem, que é também a marca registrada da sua obra, mesclando metais, acordeom, flauta, coro de pastoras e até um regional de choro, foi pouco divulgado.

Em 1976, Riachão teve um samba proibido pela censura. A letra da música “Barriga Vazia” falava da fome: “Eu, de fome, vou morrer primeiro / você, de barriga, também vai morrer um dia”. A notícia da censura correu a cidade e, num show no ICBA, em 1976, a plateia universitária frequentadora contumaz do espaço cultural, localizado em um bairro de elite em Salvador, exigiu que Riachão a cantasse.

Riachão trabalhou também como ator, atuando em alguns filmes, entre eles "A

Seção Aruanda

Grande Feira", de Roberto Pires, em 1961, e "Os Pastores da Noite", de Marcel Camus, em 1972, baseado na obra do amigo Jorge Amado. E em 2002, fez participação especial no seriado "Pastores da Noite", da Rede Globo de Televisão, baseado no filme.

O álbum "Humanenochum", lançado pelo selo Caravelas, em 2000, indicado ao Grammy Latino, representou um ponto de inflexão no reconhecimento nacional de sua obra, assim também como o documentário "Samba Riachão" (2001 - 89min.) dirigido pelo baiano Jorge Alfredo que conquistou o prêmio do Júri Popular no 34º Festival de Cinema de Brasília em 2001, além de vários outros prêmios.

Eu tive o imenso prazer de acompanhá-lo com meu violão algumas vezes e era sempre uma grande aventura, pois nas suas apresentações quase nunca havia roteiro, ou quando havia, ele sempre se lembrava em cena de alguma canção antiga ou que falava de alguma situação do momento e mandava ver. No máximo dava uma dica e solfejava as primeiras notas imitando um trombone com a boca dando o tom da música, marca registrada sua. Os músicos que se virassem para acompanhá-lo!

Conversar com o malandro então, era uma delícia. Não parava um minuto, contando causos e falando de suas histórias sempre com a entonação de quem estava num palco representando. A cada momento de sua conversa, pra completar alguma frase mandava sempre a famosa: "...galinha assada e coisa e tal", que virou também sua marca registrada. E quando contava como compôs determinada música num momento de inspiração, sempre se referia a alguém lá de cima que lhe enviava a música: "...então, desceu um sambinha", dizia ele.

Riachão sempre me lembrou outro malandro do mesmo naipe: Martinho da Cuíca, negro franzino de chapéu palha sempre de banda, sambista de primeira com quem tive o prazer de conviver em Salvador e que também era um remanescente desse tempo de glórias. Martinho "morava no sapato", pois aparecia assim do nada, onde quer que houvesse uma roda de samba na cidade. Sua cuíca roncava bonito e ele impressionava quando resolvia interpretar belos sambas com a elegância que lhe era peculiar. Fica aqui minha homenagem a esse outro grande malandro que também já foi pro andar de cima.

Os dois chegaram a dialogar sobre o tema da malandragem no documentário "Batatinha e o Samba Oculto da Bahia" sobre o sambista baiano Batatinha que eu dirigi em 2007. No filme Riachão ressaltava: "*malandro é uma coisa, vagabundo é outra coisa !*" evidenciando o valor que ele atribuía ao conceito de malandragem já que, no universo do samba e da capoeira, ser chamado de malandro é um grande elogio.

Em vida Riachão recebeu várias homenagens, entre elas, um dos circuitos do carnaval de Salvador, localizado no seu bairro - Garcia - foi batizado de "Circuito Riachão". Toda segunda feira de carnaval, o tradicional cortejo conhecido como "Mudança do Garcia" sai pelas ruas do bairro com um tom de irreverência e crítica político-social. Mas ao passar sob a varanda da casa de Riachão localizada na rua principal, o cortejo nunca deixou de bater seus tambores em reverência a esse grande sambista.

O músico e compositor baiano Tom Zé o definiu como "o depuramento de um

Seção Aruanda

artista”, encantado que era com a capacidade de Riachão de retratar o cotidiano com uma ironia e humor únicos, além da sua “pureza rítmica” que o elevava para um lugar onde poucos artistas merecem estar. O famoso historiador baiano Cid Teixeira o definiu como: “o samba transformado em gente”.

No ano de 2017 Riachão prestou depoimento na série "Depoimentos para a Posteridade", do MIS (Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro), na sede da Praça XV. Seu legado e sua memória ficam devidamente registrados para as futuras gerações.

Riachão morreu dormindo, de causas naturais no último dia 30 de março, aos 98 anos de idade, ainda ativo e cantando sambas por aí. O malandro não morreu, foi para o Órun se encantou! De lá segue iluminando as batucadas pelos quatro cantos desse país.

Salve Riachão!

Rferências

Documentário “Samba Riachão” (2001 – 89 min.) Direção Jorge Alfredo

Documentário “Batatinha e o Samba Oculto da Bahia” (2007 – 48 min.) Direção Pedro Abib

Dicionário Albin da Musica Popular Brasileira

<https://www.last.fm/pt/music/Riach%C3%A3o/+wiki> Acessado em 11/04/2020

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Riach%C3%A3o_\(sambista\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Riach%C3%A3o_(sambista)) Acessado em 11/04/2020



Acervo da família, foto: Ernesto Xavier

Chica Xavier

Por: Luana Xavier¹

¹ Mulher preta, filha de Oyá, neta de Chica Xavier, atriz, apresentadora e militante negra.

Chica é fé, Chica é amor, Chica é arte e Chica é resistência!

Eu que sempre tenho muita certeza e muita confiança sobre o que colocar em um papel quando sou convidada a discorrer sobre determinado assunto, me vejo perdida neste momento. A missão é falar sobre Francisca Xavier Queiroz de Jesus, Chica Xavier em artes e minha avó na vida. Essa estranha estagnação é porque não posso errar. Não me permito errar quando tenho que falar sobre a pessoa mais importante da minha história.

Acho que me dei conta que vó Chica era a figura central da minha existência quando por volta dos meus 19 anos comecei a viajar pelo Brasil com um espetáculo de teatro. Nesse período, ela era a primeira pessoa para quem eu queria ligar e contar sobre a cidade que conheci. Ela era a voz que me acalmava nos dias de angústia e saudade. Era o primeiro nome por quem eu rezava antes de dormir. Aliás, eu aprendi a rezar com minha avó. Desde pequena a ouvia dizer: “quer expressar carinho por alguém especial, reze por essa pessoa”.

Já existe uma biografia sobre ela, escrita pela Teresa Montero: “Chica Xavier, a Mãe do Brasil”. E no meu depoimento no livro falei um pouco sobre a missão espiritual da minha avó. Missão essa que aos poucos está sendo passada pra mim. Lembro de uma vez ter perguntado a ela de quem era uma foto 3x4 na gaveta, um rosto que não me era nada familiar. Então ela disse que era de uma senhora que ela conheceu na feira e que estava passando por problemas de saúde. Minha avó então pegou essa foto, anotou o nome atrás e a partir daí começou a rezar pela saúde desta moça.

Baiana, nascida em Salvador na Roça da Sabina, ela era presença confirmada nas trezenas de Santo Antônio, mas também frequentava terreiro de Candomblé. Vovó sempre foi sincrética. É irmã da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Pretos em Salvador, mas também é ialorixá da Irmandade do Cercado de Boiadeiro, em Sepetiba (RJ), da qual sou herdeira. Falo desse sincretismo da minha avó, porque a fé que ela nutre desde muito nova é sem dúvidas uma de suas maiores virtudes.

Vovó se tornou conhecida pelo Brasil afora por interpretar papéis, principalmente na TV, que sempre trouxeram uma força maternal. Ela é um pouco mãe, vó e tia de muita gente nesse país. Falo muito sobre ela nas minhas redes sociais, e os comentários são sempre nesse sentido. E embora a maioria dos papéis que ela já interpretou tenham trazido esse estigma do “não protagonismo” a que artistas pretos estão fadados, sua altivez e seu olhar são suas maiores marcas.

A Chica atriz é a mais conhecida por você que está lendo esta revista agora, por isso quero falar um pouco sobre a minha vó Chica.

Seção Aruanda

Vovó definitivamente vive pra família. Sempre gostou de casa cheia, almoço de domingo regado a moqueca de ovos (especialidade dela), cozido ou feijoada. Ela preza pela fartura. É que seu primeiro Orixá é Iansã, a deusa dos ventos e das tempestades, mas vovó também tem Oxóssi em seu Ori. Que é um Orixá caçador, senhor da fartura. Almoço na casa da minha avó tem que ter comida para o dobro de pessoas presentes. É que a qualquer momento pode chegar uma filha ou um filho. Os de barriga são apenas três, mas ela foi angariando muitos outros pelo caminho.

Francisquinha é colecionadora de amigos. Tanto é, que em viagens, ela dificilmente fica hospedada em hotel. Sempre tem a casa de um amigo pra ela se sentir mais a vontade e dar boas risadas com Kelé, seu companheiro de toda a vida.

Perdi a conta de quantas vezes seu nome foi confundido com a histórica Xica da Silva, mas vovó sempre tem uma resposta na ponta da língua: “Eu sou Chica de Kelé”. É que os quase 63 anos de casamento provam que amor preto cura. Amor preto é revolucionário! Hoje vovó está com 88 anos e vovô com 92, e eles ainda fazem declarações diárias de amor um pro outro.

Além da Chica atriz, e da chica mãe, temos também a Chica sacerdotisa de Umbanda. Embora na infância na Bahia ela tenha conhecido o Candomblé, quando veio para o Rio de Janeiro nos anos 50, foi a Umbanda que a acolheu. E o mais lindo sobre a fé da minha avó é que ela não diz a ninguém que a pessoa deve professar a mesma religião que ela. Ela é defensora ferrenha de que cada um siga aquilo que contempla a si próprio, mas se precisar de um banho de ervas e de uma reza, ela sempre se coloca à disposição. Já ouvi gente dizendo : ‘não tenho religião alguma, minha religião é Chica’. E mesmo que essa seja uma frase que coloca mais uma responsabilidade nas costas da minha avó, ela é um símbolo tão grande de fé, que jamais rejeitaria um título como esse.

Agora quero falar sobre a Chica militante. Emprestar sua imagem para inúmeros personagens no cinema, no teatro e na TV, já seria por si só uma forma de militância antirracista. Mas Chica sempre foi de colocar a “boca no trombone”. Foi Conselheira Curadora da Fundação Cultural Palmares por alguns anos. Na batalha pela implementação da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro brasileira nas escolas, ela estava no front. Rodou o Brasil falando sobre a importância desta lei. E como ela inclui a família em tudo, eu mesma a acompanhei em vários encontros e seminários que debatiam os rumos da educação no Brasil. E uma das coisas que muita gente não sabe, é que além de tudo o que já citei aqui, Francisca é também funcionária aposentada do Ministério da Educação. E muito por conta disso ela sempre fez questão que filhos e netos se empenhassem nos estudos. E foi por incentivo dela, que na época de vestibular, mesmo eu já sendo atriz, optei por cursar Serviço Social, porque vovó achava necessário que eu tivesse um plano B, já que artista no Brasil não é valorizado. Se for artista preto então, as dificuldades são ainda maiores.

Bem, eu poderia escrever uma dissertação sobre minha avó, porque histórias e ensinamentos não faltam, mas quis de alguma forma transformar esse texto em uma homenagem. Homenagem ainda em vida, porque ela merece todas as honrarias possíveis. Ela faz parte ativamente da história e da cultura desse país. Ela é referência para muita gente, e principalmente para mulheres negras. E algo que eu

Seção Aruanda

acho de suma importância é que nós, comunidade negra como um todo, precisamos entender que festejar nossos mais velhos, nossas conquistas e nossos avanços, também são ferramentas de militância. Porque a militância em forma de denúncia, embora seja necessária para nossa sobrevivência, ela também nos adoece. Por isso faço um apelo para que festejemos Chicas, Kelés, Ruths, Léas, Zumbis, Dandaras e tantas outras referências do nosso povo preto.

Chica é fé, Chica é amor, Chica é arte e Chica é resistência! Te amo hoje e sempre, minha avó!

O que disse o velho militante José Correia Leite sobre a Frente Negra Brasileira, organização do Movimento Negro da década de 1930

Aderaldo Gil (Aderaldo Pereira dos Santos)

A Revista AÚ inaugura a partir deste seu terceiro número a *Seção Berimbau*. Serão tratadas aqui abordagens sobre militantes e organizações do Movimento Negro brasileiro. O propósito desta seção é contribuir para dar visibilidade às diversas formas de luta criadas por grupo de pessoas negras para enfrentar o racismo em nossa sociedade, assim como destacar o protagonismo de intelectuais orgânicos do Movimento Negro ainda pouco conhecidos na sociedade. Desta feita, a referida seção destaca um pouco da experiência do militante histórico José Correia Leite e vai abordar também sobre a Frente Negra Brasileira, organização de negros e negras criada na década de 1930. De acordo com historiadores e comentadores do tema, a respectiva organização é considerada uma das mais importantes e a que reuniu maior número de pessoas negras entre seus quadros. O historiador Joel Rufino dos Santos (1985), em texto clássico que refletiu sobre o papel do Movimento Negro brasileiro no processo de luta dos movimentos sociais contra a ditadura militar e pela redemocratização política, afirmou ser a Frente Negra o marco inicial do que ele denominou de Movimento Negro em “sentido estrito”.

O texto de Joel Rufino ao qual me refiro tem um título sugestivo: *Movimento Negro e a Crise Brasileira*. Foi publicado em meados da década de 1980, em uma conjuntura de ascensão dos movimentos sociais em luta pela redemocratização. Joel argumentou sobre o papel que o Movimento Negro exercia no Brasil no combate ao racismo e contra o chamado “mito da democracia racial”. Sua análise identificou, a partir das experiências dos militantes deste movimento, duas concepções de movimento negro. Uma que envolveria o combate ao racismo através de formas de organização, ações e lutas em defesa dos valores culturais afro-brasileiros ocorridas em qualquer tempo da história. Sob esta perspectiva, o Quilombo dos Palmares (e todas as lutas quilombolas), as irmandades negras, os terreiros, os clubes de negros, por exemplo, fariam parte do que Joel Rufino definiu como Movimento Negro “em sentido amplo”. O Movimento Negro “em sentido estrito”, por sua vez, de acordo com o historiador, corresponderia à luta política mais organizada contra o racismo como resposta ao referido “mito da democracia racial”. E, desta feita, Joel Rufino identifica o surgimento da Frente Negra Brasileira como o marco inicial do

Movimento Negro “em sentido estrito”. Nos números seguintes desta nova seção da revista abordaremos sobre as experiências de outras organizações. Por ora, nosso ponto de partida é a história da Frente Negra. Vamos a ela.

Da imprensa negra à Frente Negra

De acordo com Joel Rufino, o embrião que deu origem à Frente Negra Brasileira (FNB) foi a movimentação entorno da imprensa negra paulista que existiu desde o final do século XIX. Vale lembrar, neste sentido, que a estratégia de criação de jornais por parte de grupos de negros e negras, para denunciar o racismo e propagar as reivindicações do povo negro, existiu em diversas regiões do país, a partir dos séculos XIX e início do XX. O livro de Ana Flávia Magalhães Pinto (2010), *Imprensa negra*, é referência importante para quem desejar conhecer mais sobre o assunto. Interessante também é ter acesso aos próprios jornais e para isto basta acessar a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional a fim de descobrir que vários periódicos negros estão disponíveis para leitura e pesquisa. Jornais como *A Pátria* (1889), *O Menelick* (1915), *A Liberdade* (1919), *O Getulino* (1923), *O Clarim d’Alvorada* (1924), por exemplo, serviram de base para o surgimento da Frente Negra Brasileira em setembro de 1931. Flávio Gomes (2005) nos alerta, neste sentido, que os jornais negros também estavam relacionados a algumas das instituições negras que existiam em São Paulo, antes mesmo do aparecimento da FNB, a exemplo de clubes, associações, sociedades recreativas, beneficentes e religiosas. Isto significa que o cenário do movimento de negras e negros em São Paulo que redundou na fundação da Frente Negra foi constituído por este conjunto de experiências.

Outra referência importante vinda de quem participou diretamente da experiência de criar jornais e da própria criação da Frente Negra é a obra *E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. Este livro registra as memórias de José Correia Leite, militante histórico do Movimento Negro paulista, fundador do jornal *O Clarim d’Alvorada* (1924). Diante da vasta experiência do senhor Correia Leite, que vai da década de 1920 em diante, suas memórias se constituem em material muito valioso que continua alimentando pesquisas diversas sobre *Movimento Negro* em todo o país, sobretudo, no campo acadêmico, através de dissertações e teses inspiradas na rica memória do senhor José Correia Leite. Portanto, como forma de divulgar o valioso trabalho que foi a publicação das suas experiências de ativista do Movimento Negro, a seguir tratarei da Frente Negra Brasileira, a partir de alguns aspectos da abordagem que o velho militante registrou em seu livro de memórias.

O que disse o velho militante sobre a Frente Negra?

O livro de memórias do senhor José Correia Leite foi organizado pelo poeta e escritor Luiz Silva (conhecido pelo pseudônimo Cuti) e publicado em 1992 com o título *... E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. Como já informado, a riqueza dos depoimentos é imensa e vem servindo de fonte para estudos sobre o Movimento Negro. As experiências relatadas abarcam um período longo que compreende diversas conjunturas importantes entre as décadas de 1920 a 1980. Nascido em 23 de agosto de 1900, na cidade de São Paulo, Correia Leite fundou o jornal *O Clarim d’Alvorada* (1924), fez parte do conselho que fundou a Frente Negra Brasileira (1931), criou o Clube Negro de Cultura Social (1932), ajudou

a fundar a Associação dos Negros Brasileiros (1940), presidiu o Conselho Deliberativo da Associação Cultural do Negro (1956), participou da criação da revista *Niger* (1960), colaborou com pesquisas sociológicas, com destaque para o livro clássico *Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes (1965). Além disso, deu depoimentos em documentários cinematográficos diversos, a exemplo do filme *A Escravidão*, do cineasta Zózimo Bubul. Faleceu em 27 de fevereiro de 1989.

Em relação ao contexto político na época do surgimento da Frente Negra Brasileira, o senhor Correia Leite observa que a campanha política para a presidência da República de 1929 teve um impacto importante no meio negro paulista. Segundo ele, “a campanha foi um movimento sem igual” (p. 88). Na sequência, o velho militante discorre suas impressões a respeito do respectivo acontecimento político. Ele começa destacando o aspecto de que a situação precária em que o negro vivia era um estímulo para a sua participação política, “Isso absorvia muito, principalmente o negro, que, com toda a marginalidade, era muito interessado em política, sempre gostou de assuntos de política” (p. 88), argumenta Correia Leite. O velho militante, então, sinaliza para o impacto que teve a eleição de Getúlio Vargas no meio negro: “O negro nunca tinha tido uma eleição com um candidato de oposição forte como foi o Getúlio” (p. 88), afirma Correia Leite. Em seguida, destaca o quanto esta eleição atraiu um contingente de pessoas negras que se tornaram cabos eleitorais:

As eleições até então eram feitas com todo mundo indo votar de cabeça baixa. Mas daquela vez as pessoas estavam vendo que alguma coisa ia mudar. E isso absorveu muito, a gente teve de desviar a atenção para esses assuntos. Porque o entusiasmo dos negros foi muito grande na campanha eleitoral, pois em grande maioria eles eram cabos eleitorais. (p. 91)

Outro ponto importante lembrado pelo senhor José Correia Leite, em relação à situação vivida pela população negra da época, diz respeito à crise econômica de 1929. Segundo ele, foi um ano “de uma recessão muito grande e as consequências na situação do negro foram graves” (p. 91). De acordo com o pensamento de Correia Leite, a referida crise e a participação dos negros mais politizados no movimento que redundou na chamada Revolução de 1930, abriu caminho para uma nova fase da luta negra paulista:

Desse modo é possível distinguir o Movimento Negro antes de 30 e depois de 30. Este tomou outra feição. O negro, por intuição ou qualquer coisa, na Praça da Sé se reunia em grupos e as discussões eram calorosas. Estava sempre à frente o Isaltino Veiga dos Santos, o que mais agitava os grupos. Foi um sujeito que lutou muito. Sem ele não teria existido a Frente Negra Brasileira. Em 30 não se tinha ideia do nome, mas estava-se discutindo de como o negro poderia participar. Não se queria ficar marginalizado na transformação que se esperava. (p. 91).

Ou seja, a nova fase se relacionava com a busca de se construir uma organização negra com mais força política para levar adiante as demandas que advinham do meio negro paulista:

Passou o ano de 1930. No ano seguinte surgiu a Frente Negra Brasileira, com o nome de ‘frente’ porque estava muito em voga essa palavra nos meios revolucionários. Era ‘frente’ daqui, “frente dali”. E o Isaltino Veiga dos Santos dizia que a Frente Negra Brasileira surgiu em 1931 sob a égide da Revolução de 30. § Aí começou uma outra fase do Movimento negro, a mais agitada e mais forte. Porque foi quando o negro teve motivação para se aglutinar. E como o negro tinha também de enfrentar a crise econômica que vinha de 29, envolvendo os Estados Unidos, houve uma pressão maior para que se procurasse resolver os problemas. Aqui no Brasil a ‘bomba’ tinha estourado mais pro lado do negro, o subempregado. Se a situação estava difícil, para nós estava muito mais difícil. Então, nessa fase de 29 e 30 procurava-se uma coisa que trouxesse segurança, uma melhoria de vida. (93).

Seu Correia Leite também relatou sobre algumas das estratégias que foram colocadas em prática na época para enfrentar o problema da falta de recursos:

A Frente Negra surgiu e logo teve de enfrentar a sua primeira dificuldade: conseguir dinheiro. Alguém teve a ideia de criar um grupo de pessoas para a arregimentação. Essas pessoas receberam o nome de ‘cabos’. Elas saíam pelos bairros da periferia e cobravam um mil réis de cada pessoa arregimentada, o que seria a primeira mensalidade. No fim do dia os ‘cabos’ recebiam uma porcentagem do dinheiro arrecadado no seu trabalho. E isso deu certo. (p. 93).

Além da atuação dos chamados “cabos”, teve papel decisivo na sustentação da Frente a atuação das mulheres negras através do grupo intitulado de *Rosa Negra*, formado por mulheres *frentenegrinas*. De acordo com velho militante, este grupo, além de ajudar financeiramente a entidade, organizando bailes e festas, “mantinha o jornal *A Voz da raça*” (p. 123) que se constituiu em veículo de comunicação oficial da Frente Negra Brasileira.

Por divergir da direção política e ideológica que foi estabelecida na Frente Negra Brasileira, seu José Correia Leite apresentou carta de rompimento (p. 94) e se afastou da entidade. No entanto, em que pese este aspecto, seu relato revela o entusiasmo que movia a militância negra da época. Vale ressaltar que, além de ter criado uma escola primária, a Frente Negra teve representação em outros estados, inclusive, no Rio de Janeiro. A organização se transformou em partido político em 1936 e, em função do Estado Novo, foi extinta em 1937. A história da Frente Negra Brasileira durou, portanto, de 1931 a 1937. Continua aguardando o interesse de mais pesquisadores (as) para trazer à tona outros meandros desta valiosa experiência negra. E mais uma vez o depoimento do velho militante lança luz aos interessados na pesquisa histórica: “Fiquei sabendo depois que houve na Frente Negra uma dissidência e saiu de lá um outro grupo com o título de Frente Negra Socialista. Eram elementos de esquerda que ingressaram na Frente Negra com intenção de induzir associados para conquistar a direção da entidade.” (p. 117) . Esta é uma história que precisa ser conhecida com mais profundidade. A história da Frente Negra Socialista aguarda seus historiadores. Um abraço.

Referências

GOMES, Flávio. **Negros e Política (1888-1937)**, Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CUTI (Org). **E assim falou o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa Negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Movimento Negro e a Crise Brasileira**. Revista Política e Administração, Rio de Janeiro, n.2, jul/set 1985.

Novos corpos e novas trajetórias do cinema negro latino-americano

Roberta Filgueiras Mathias¹

Para pensar o Cinema Negro Latino-americano, precisamos inicialmente fazer duas perguntas centrais, constantes, e ainda sem respostas definitivas (porque talvez não haja uma única resposta para essas complexas questões): “O que é Cinema Negro?” e “O que é Cinema Negro Latino-Americano?”

O classificamos pela temática, pela etnia do diretor, pela equipe? Nesse pequeno texto irei utilizar todas essas classificações, pois não pretendo chegar a uma resposta em poucas páginas. No entanto, deixo a provocação que é, sempre, pertinente e levanta debates essenciais para o reconhecimento de algumas artes negras no Continente.

Primeiro, considero essencial pensar o Brasil como um país que não consome (ou não consumia até pouco) a arte latina em toda sua multiplicidade. Isso envolve, então, a produção de cinema negro e “mestizo” que os outros e até mesmo o nosso país produz. O “Encontro de Cinema Negro Zózimo Bulbul”² vem há 13 anos tentando preencher essa lacuna, mas há tanta produção e tanto ainda a ser conhecido que considero esse espaço como uma maneira de indicar e trazer para discussão diretores latino-americanos contemporâneos negros, “mestizos” ou que trabalhem recorrentemente com a temática, para que possamos ter uma noção do que vem sendo produzido nos países vizinhos nos últimos anos.

Um primeiro recorte que gostaria de fazer vem do site Retina Latina³ com o “Ciclo de cine afro: América Latina recupera su identidad perdida”. O nome, já provocativo, nos convoca a uma discussão do que foi a diáspora e quais identidades produziu nos corpos latino-americanos. Sem definir gênero, mas contando apenas com uma ficção, o curta “Fail”, de Andrés Vergara Núñez, sobre um homem negro que sofre em busca de emprego, o site se preocupa mais em agregar filmes nos quais a temática seja o corpo negro e as dificuldades encontradas por esses corpos em um

1 Antropóloga, fotógrafa e crítica de cinema com experiência em Antropologia Urbana e Visual. Especializada em Cultura e Filosofia, Mestre na área de Estética. Iniciou o Doutorado em Antropologia Social pela Universidad Nacional de San Martín e retomou os estudos no PPCIS pela UERJ. Professora do IUPERJ, na pós-graduação, em Fotografia e Imagem e integrante do LEARCC (FEBF/UERJ) coordenado pela Dr^a. Ana Paula Alves Ribeiro. Email: mathias.beta@gmail.com.

2 O Encontro de Cinema Negro Zózimo Bulbul surgiu em 2007 com o Centro Afro Carioca de Cinema, espaços no quais são realizados além da exibição de filmes, conferências, debates e oficinas. Mesmo com o falecimento de Zózimo em 2013, o Encontro continuou a movimentar a comunidade negra do Rio de Janeiro e cineastas de outros estados e países que vêm especialmente para o Encontro. Disponível em: <http://afrocariocadecinema.org.br/>. Acesso em: 09 de abril de 2020.

3 O Encontro de Cinema Negro Zózimo Bulbul surgiu em 2007 com o Centro Afro Carioca de Cinema, espaços no quais são realizados além da exibição de filmes, conferências, debates e oficinas. Mesmo com o falecimento de Zózimo em 2013, o Encontro continuou a movimentar a comunidade negra do Rio de Janeiro e cineastas de outros estados e países que vêm especialmente para o Encontro. Disponível em: <http://afrocariocadecinema.org.br/>. Acesso em: 09 de abril de 2020.

continente que, passados séculos da colonização, continua racista. É claro que nós, brasileiros, conseguimos a abolição (e, mesmo assim, uma abolição frouxa que não permitiu a nós, negros, desatarmos nossas amarras) somente em 1888. E essas reminiscências ainda aparecem no setor cinematográfico que olha para o diretor negro como necessariamente produtor de um estilo de arte, nisso incluo o cinema. É esperada uma certa linguagem negra que não existe, pois somos múltiplos, embora precisemos nos unir para ganhar força, daí a importância do encontro de Cinema Negro e de plataformas como a Retina Latina que promovem e se nutrem dos debates gerados pelos encontros entre diretores e espectadores (ainda que, no caso da Retina, seja um encontro virtual).

Assim, a Retina Latina ainda nos apresenta outros quatro documentais: *Cachila*, sobre uma família uruguaia⁴ negra que mantém rituais e vive de arte; *Tarreta Roja*, sobre o jogador de futebol equatoriano Agustín “El Tin” Delgado, dirigido por Rodolfo Muñoz; *Gertrudis Blues*, um curta dirigido por Patricia Carrillo, que conta a história de Gertrudez (esse ainda permanece online); *Tumaco Pacífico*, sobre uma população majoritariamente negra que vive às margens do Pacífico Colombiano poluído, de Samuel Córdoba; *Este Pueblo necesita um muerto*, sobre uma travesti negra e colombiana que diariamente passa por preconceitos advindos das múltiplas identidades que seu corpo carrega, um curta dirigido por Ana Cristina Monroy, que também ainda se encontra no site. Embora todos os demais filmes não se encontrem mais na plataforma, considero essencial fazermos um apanhado da produção de e sobre negros na América Latina.

Acredito que, dessa maneira, teremos mais substrato para entender a movimentação artística e o novo imaginário visual que estamos criando nas últimas décadas sobre o corpo negro.

Há, ainda, a plataforma Bombozila⁵ que conta com 18 filmes na categoria Diáspora Negra, dirigidos por cineastas latino-americanos. Também aqui, observamos a forte presença de documentários como, se agora, que podemos finalmente contar as histórias de nossos antepassados e de nossos corpos sob uma ótica própria, essa fosse uma das principais demandas. Digo, para nós mesmos que passamos anos vendo a história ser escrita, narrada e filmada por outros. É preciso enfatizar, no entanto, que embora a Bombozila possua a categoria Diáspora Negra, o site não é centrado somente por esse viés, envolvendo-se em outros debates como as questões indígenas e territoriais da América Latina.

Considero essas pequenas (grandes) plataformas essenciais para criar uma interlocução entre produtores de audiovisual que, talvez, não se esbarrassem de outra forma. Falo principalmente da produção de outros países.

No Brasil, temos a Afroflix⁶ que tem em sua equipe Yasmin Thayná, Steffania Paola, Bruna Souza, Monique Rocco, Erika Candido, Silvana Bahia e Bruno F. Duarte. Uma equipe toda negra, com apenas um homem e com nomes conhecidos de todos que transitam pelo mundo afro no Brasil. Talvez, o que queira dizer é que

4 No Uruguai, o Candombe ritmo e dança originários de África tem um papel central na formação cultural da população.

5 O nome Bombozila vem das entidades femininas africanas, que fazem a conexão entre o mundo espiritual e o mundo material. Disponível em: <<https://bombozila.com/category/diaspora-africana/>>. Acesso em 09 de abril de 2020.

6 Disponível em: <<http://www.afroflix.com.br/>>. Acesso em 10 de abril de 2020.

ainda somos poucos, ainda nos reconhecemos nos eventos artísticos, políticos e acadêmicos e essas plataformas são uma maneira de consolidar e fazer rodar (como as forças de nossos ancestrais) os nomes nem tão conhecidos na cinematografia latina. O Afroflix possui um vasto conteúdo dividido entre: documentário, experimental, ficção, fic/doc, programa, série, videoclipe e vlog. Está aí a diversidade de gêneros da qual timidamente “reclamava”⁷ na página anterior.

O interessante no Afroflix é que ele procura abranger toda diversidade negra do país e tem em seu acervo muitos filmes do Rio de Janeiro, onde se concentra parte de sua equipe, mas também do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, São Paulo, Alagoas. Vale, com certeza, navegar pelo site e descobrir essas produções.

Digo isso, pois é urgente que criemos conteúdo documental sobre nossos corpos e dos nossos, mas é igualmente urgente nos permitirmos transitar por todos os gêneros audiovisuais possíveis. Talvez, nos últimos cinco anos, tenhamos visto essa potência, antes asfixiada, na multiplicidade de artistas negros que se jogam no experimentalismo da vídeoarte.

Considero ainda importante falar sobre a versão de 2018 do Festival de Cinema Latino-Americano (que ocorre em São Paulo todos os anos), edição cujo homenageado foi o cineasta Jeferson De, conhecido por sua militância no cinema. Criador do “Dogma da Feijoada”⁸ (nesse artigo já comecei quebrando várias de suas regras), Jeferson se destaca não somente por sua produção, mas por sua reflexão sobre o cinema negro. Ainda dessa edição, destaco o filme Keyla (dirigido pela branca colombiana Viviana Gómez Echeverry), porém tem seu enredo criado todo ao redor da jovem negra Keyla em uma comunidade de descendentes africanos. A personagem central pega para si o ritmo da narrativa. É ou não cinema negro? Apenas outra provocação.



Figura 1: Imagem do filme colombiano "Keyla"(2017)

7 Obviamente sei da importância dos documentários negros, mas considero que os filmes experimentais carregam em si uma outra afirmação: a de que podemos fazer o que quisermos, ainda mais em um mundo tão branco como ainda é o do cinema experimental.

8 1 O filme tem de ser dirigido por realizador negro brasileiro;

2. O protagonista deve ser negro;

3. A temática do filme tem de estar relacionada com a cultura negra brasileira;

4. O filme tem de ter um cronograma exequível. Filmes-urgentes;

5. Personagens estereotipados negros (ou não) estão proibidos;

6. O roteiro deverá privilegiar o negro comum brasileiro. Super-heróis ou bandidos deverão ser evitados. Disponível em: <http://livraria.imprensaoficial.com.br/media/ebooks/12.0.813.132.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2020.

Seção Zum-zum-zum

Tal qual fizemos nas Artes Plásticas, mais notadamente na recente exposição Histórias Afro-Atlânticas⁹, considero essencial que continuemos a construir plataformas e eventos que provoquem a discussão entre as produções negras latino-americanas. É evidente que, nesse momento (re)inicial ainda que possamos apontar a própria figura de Zózimo Bulbul como um dos primeiros incentivadores ou ainda os múltiplos artistas da família peruana Santa Cruz - esse será um trabalho de formiguinha, de contato em contato, como o que tentei esboçar aqui.

Ainda considero que nosso conhecimento como nação, em geral, sobre a arte latino-americana é iniciático, precisamos, então, ir em direção às outras diásporas africanas nas Américas para que possamos nos reconectar e nos reconhecer nas linguagens audiovisuais ricas e multifacetadas que são produzidas nos demais países vizinhos. O conhecimento visual **sobre, de e para** nossos corpos é uma das possibilidades para traçarmos novas rotas e conexões afro-latinas.



Figura 2: A produtora executiva Fernanda Lomba, durante apresentação no CineSesc

Poderia ter me aprofundado no trabalho da própria Yasmin Tainá¹⁰ enquanto artista ou ainda na força e complexidade de Grace Passô¹¹, mas acredito que minha contribuição possa ser maior ao trazer nomes não tão conhecidos e ao abrir uma das diversas trilhas e investigações que vêm sendo retraçadas para pensar o Cinema Negro latino-americano. Seria ainda mutilador¹² não citar aqui os trabalhos da baiana Viviane Ferreira, de Juliana Vicente (da Preta Portê Filmes), de Badu Badu (do coletivo “ Nagô) e de Fernanda Lomba (cujo filme *Incorporação-Foice a face*, encontra-se na Bombozila), citadas como representantes de uma geração composta por tantas outras cineastas negras brasileiras que vêm acrescentando ao cenário novas linguagens visuais. Acredito, no entanto, que, somente ao pensarmos juntos enquanto corpos negros diaspóricos latino-americanos, conseguiremos nos fortalecer e enriquecer a discussão sobre o Cinema Negro contemporâneo. Espero que esse texto, ainda que breve, provoque em alguns a vontade de se embrenhar pelas produções audiovisuais negras e mestizas.

9 Exposição ocorrida em São Paulo no MASP e no Instituto Tomie Ohtake ,entre 28 de junho e 21 de outubro de 2018, que contou com 400 obras de artistas de diversos países e se propôs a criar uma interlocução entre obras de distintas épocas e distintos países a partir dos trajetos e das diásporas negras.

10 Yasmin Tainá, como já dito, faz parte da equipe do Afroflix na qual desempenha o papel de Diretora-Geral, além de ser cineasta (destacou-se a partir do filme *Kbela*, 2015), mas também é uma ativista do audiovisual e frequentemente escreve e fala sobre a produção audiovisual nacional.

11 Grace Passô é mineira, tem vasta carreira no teatro e nos últimos anos vêm se destacando em filmes da Produtora Filmes de Plástico, como *Temporada* (2018), mas também transita por outros espaços. Disponível em: <<https://www.filmesdeplastico.com.br/>>. Acesso em 10 de abril de 2020.

12 E utilizo essa palavra justamente por saber de toda força que ela tem para os corpos negros.